



Departamento de História

Políticas culturais locais: alterações e continuidades na última década em Cascais

Filipa Pereira Coutinho Duarte Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Mestre Maria João Lima, Assistente de Investigação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Outubro, 2016



Departamento de História

Políticas culturais locais: alterações e continuidades na última década em Cascais

Filipa Pereira Coutinho Duarte Ferreira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Mestre Maria João Lima, Assistente de Investigação,
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Outubro, 2016

Agradecimentos

A realização desta dissertação não seria possível sem o apoio de várias pessoas muito importantes, a quem não quero deixar de agradecer.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e à minha avó Teresa, por me proporcionarem esta oportunidade. À minha família materna, pela paciência que tiveram comigo ao longo deste processo e ainda, em especial, à minha irmã Rita pelos seus valiosos conselhos, e a minha irmã Mónica por tudo. Ao meu namorado Francisco Vasconcelos, pelo apoio constante e praticamente incansável. Às minhas melhores amigas, por estarem sempre ao meu lado, em todos os momentos, incluindo nesta fase difícil, especialmente à Daniela Marques, que experienciou esta fase de realização da dissertação ao mesmo tempo que eu e assim houve um apoio mútuo quase diário. À prima dela, Tatiana Guerreiro, e à minha colega de Mestrado, Mónica Sarreira pelas suas sugestões.

Um obrigado especial ao meu professor e orientador José Soares Neves e à minha co-orientadora Maria João Lima. Quero agradecer-lhes toda a disponibilidade, empenho e eficiência. Sem as suas preciosas indicações e conhecimento transmitido, isto não teria sido possível.

Devo ainda um último agradecimento à Fundação D. Luís I. Em particular, a Salvato Telles de Menezes pela sua disponibilidade e simpatia, ao ter-me concedido prontamente a entrevista sobre o projeto Bairro dos Museus, na fase exploratória, em 2015, e a Maria Teixeira por ter sido tão prestável.

Resumo

Nesta dissertação de Mestrado procurou-se perceber como se têm processado as políticas culturais locais, na última década, no concelho de Cascais. A oferta cultural é a vertente em que este estudo se foca. Para isso, estudou-se a evolução, entre 2005 e 2016, dos objetivos estratégicos da autarquia e da oferta cultural local. A metodologia de investigação utilizada é qualitativa, com ênfase na análise documental e de conteúdo.

O objeto de estudo da dissertação é o projeto Bairro dos Museus (BM), que começou a ser desenvolvido em 2014, pela Câmara Municipal de Cascais e pela Fundação Dom Luís I, retomando um propósito que já tinha sido pensado há anos atrás: a reorganização dos equipamentos culturais de Cascais. Analisado à luz dos conceitos de distrito cultural e distrito (ou bairro) de museus, que orienta do ponto de vista teórico a dissertação, verifica-se que o projeto BM tem colocado em prática várias linhas de ação com o objetivo do desenvolvimento e promoção da cultura, e em particular dos museus, do concelho em estudo.

De acordo com os dados obtidos, conclui-se que houve uma evolução positiva nas políticas culturais no que toca à oferta. Em particular, o BM revela-se estruturante na oferta cultural e Cascais tem sido um concelho promotor da dinamização cultural. Comprova-se assim que a cultura é importante para o desenvolvimento de um local.

Conceitos-chave: políticas culturais locais; bairro dos museus; Cascais; distritos culturais; oferta cultural; equipamentos culturais; desenvolvimento.

Abstract

This master's thesis sought to understand how have been executed the local cultural policies in the municipality of Cascais in the last decade. The aspect in which this study focuses is the cultural offer. To understand what has changed, was studied the evolution of the strategic objectives of the municipality and the local cultural offer between 2005 and 2016. The research methodology used was qualitative, based on content and document analysis.

This thesis aim is to study the project Bairro dos Museus (BM), which began to be developed in 2014 by the municipality of Cascais and Fundação Dom Luís I, resuming a purpose that had been thought years ago: the reorganization of the cultural facilities of Cascais. After analysing the BM based on the concepts of cultural district and museum quarter which guide the theoretical perspective of this thesis, it can be seen that the BM has put in place several lines of action with the objective of developing and promoting culture in general, and in particular the museums of the municipality under study.

According to the data obtained, it turns out that concerning cultural offer there was a positive evolution in cultural policies. Particularly, the BM reveals itself as structural in the cultural offer and Cascais as a promoter of cultural dynamization. This proves that culture is important for local development.

Keywords: cultural policies; local; bairro dos museus; Cascais; cultural district; cultural offer; cultural facilities; development.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice Geral.....	vii
Índice de quadros.....	ix
Índice de figuras.....	xi
Glossário de siglas	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.1. Políticas Culturais	3
2.1.1. Conceptualização	3
2.1.2. Políticas culturais nacionais.....	6
2.1.3. Políticas culturais locais.....	8
2.2. Cultura e desenvolvimento.....	15
2.2.1. Património cultural e turismo cultural	17
2.3. Distritos culturais de museus	21
3. METODOLOGIA.....	27
4. CASCAIS: O CONCELHO E AS POLÍTICAS PARA A CULTURA.....	29
4.1. O concelho.....	29
4.1.1. Caracterização sociodemográfica do concelho.....	29
4.1.2. Indicadores da Cultura	32
4.2. Oferta cultural: contexto atual e evolução	35
4.2.1. Oferta cultural atual	35
4.2.2. Evolução da oferta cultural entre 2005 e 2015.....	47
4.3. Políticas culturais locais: contexto atual e evolução	55
4.3.1. Contexto atual: objetivos estratégicos da autarquia.....	55
4.3.2. Evolução das políticas culturais 2005-2015.....	61
5. O BAIRRO DOS MUSEUS	75
5.1. Caracterização e objetivos do projeto Bairro dos Museus	75
5.2. Estrutura organizacional e meios de gestão.....	81
5.2.1. Apresentação da Fundação D. Luís I.....	81
5.2.2. Articulação CMC / Fundação D. Luís I.....	82
5.2.3. Parceria CMC com FDL no projeto Bairro dos Museus	83

5.2.4. Recursos	83
5.3 Implementação do projeto.....	85
6. CONCLUSÃO.....	93
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
8. ANEXOS	I
Anexo A – Imagens retiradas do <i>site</i> da Câmara Municipal de Cascais.....	I
Anexo B – Artigo 2.º do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM Cascais)	II
Anexo C – Alguns artigos do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) de Cascais, 2016	IV
Anexo D - Capa do folheto desdobrável do “Bairro dos Museus” (2015).....	VIII
9.CV	IX

Índice de quadros

Quadro 1 - Despesas da Cultura em Cascais em 2013 (em milhares de Euros)	33
Quadro 2: Museus e Visitantes por Concelho da Grande Lisboa em 2013	34
Quadro 3: Evolução dos equipamentos culturais do concelho de Cascais entre 2002 e 2016	47
Quadro 4: Os Museus e outros equipamentos culturais de Cascais	49

Índice de figuras

Figura 1: Organograma da Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (2016)	
.....	63
Figura 2: Organograma do Departamento de Inovação e Comunicação (2016)	63
Figura 3: Mapa de localização dos equipamentos culturais incluídos no Bairro dos Museus em 2016	87

Glossário de siglas

AML: Área Metropolitana de Lisboa

BM: Bairro dos Museus

CCC: Centro Cultural de Cascais

CMC: Câmara Municipal de Cascais

DABP: Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico

DAPC: Divisão de Animação e Promoção Cultural

DCIP: Divisão de Cidadania e Participação

DEC: Departamento de Cultura

DFP: Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial

DIC: Departamento de Inovação e Comunicação

DMEI: Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação

FDL: Fundação D. Luís I

FIC: Festival Internacional de Cultura

GAML: Grande Área Metropolitana de Lisboa

GPAC: Gabinete de Gestão Patrimonial Cultural

OCCO: Orquestra da Câmara de Cascais e Oeiras

PDM: Plano Diretor Municipal

PS: Partido Socialista

PSD/PP: Partido Social Democrata/ Partido Popular (coligação)

PSD: Partido Social Democrata

ROSM: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais

TEC: Teatro Experimental de Cascais

WPC: World Press Cartoon

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é realizada no âmbito do Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, com ramo de especialização em Gestão Cultural, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

A cultura tem vindo a ganhar cada vez mais relevo nos últimos anos, provando ter influência em tudo à sua volta, não só noutros setores de atividade, como por exemplo, o turismo mas até mesmo no desenvolvimento local. As expressões culturais multiplicaram-se nos últimos anos, bem como as diversas utilizações que a cultura pode ter. Consequentemente, estes novos usos da cultura podem trazer muitos benefícios e isso pode ser tido em conta na formulação das políticas culturais locais.

Com a presente dissertação, pretende-se explorar como se têm vindo a processar as políticas culturais locais em Cascais durante a última década. O foco do estudo incide numa vertente específica, a oferta cultural. Portanto, procura-se tomar conhecimento dos objetivos estratégicos da autarquia, da oferta cultural local, e das respetivas evoluções entre 2005 e 2016. Tem como objeto de estudo central o projeto Bairro dos Museus (BM), que começou a ser desenvolvido em 2014, retomando um propósito pensado 20 anos antes (a reorganização dos equipamentos culturais de Cascais, devido à sua proximidade), tendo realizado várias ações com o objetivo do desenvolvimento e promoção da cultura, e em particular dos museus, do concelho em estudo.

O interesse por esse projeto aliado ao facto de gostar muito do concelho de Cascais foi o que motivou a realização desta dissertação. O tema escolhido vai também de encontro ao propósito do ramo de especialização pelo qual optei neste Mestrado, na medida em que se procura estudar como funciona a gestão da cultura. Neste caso, no setor público local.

A importância que a cultura parece estar a conquistar, como mais uma alavanca para o turismo, setor de atividade central no concelho de Cascais, e como fator de desenvolvimento local justifica a pesquisa realizada. A pertinência do tema prende-se, assim, com o destaque da cultura como fator de desenvolvimento, com a relevância do projeto Bairro dos Museus, no contexto da oferta cultural local e com o intuito de servir a nível pessoal como parte inicial da formação profissional.

Este trabalho inicia-se com algumas questões: O que é que mudou entre 2005 e 2015 quanto à oferta cultural? Que novos equipamentos e valências culturais existem, que outros terão sido encerrados? Que eventos e atividades culturais têm sido realizados na última década? Cascais tem sido um concelho promotor da dinamização cultural local? Em que medida o projeto “Bairro dos Museus” contribui para o alargamento da oferta cultural em Cascais? Para responder a essas questões de partida, este estudo recorre à metodologia

qualitativa e o principal método utilizado é a análise documental e de conteúdo de diversas fontes, como por exemplo documentos administrativos da Câmara Municipal de Cascais (CMC), jornais locais e uma entrevista ao Presidente da Fundação D. Luís I (FDL), entre outros.

Começo esta dissertação com o enquadramento teórico, que serve de base à investigação, onde abordo três temas: as políticas culturais, a relação entre cultura e desenvolvimento e os distritos culturais de museus. Este último é o conceito que mais se aproxima do objeto de estudo, o Bairro dos Museus. Após o enquadramento teórico definiu-se também a metodologia a utilizar.

De seguida, ocupo-me da parte empírica desta dissertação. Começo por contextualizar o concelho de Cascais. Logo depois, falo da oferta cultural atual, onde são descritos os equipamentos culturais de Cascais em 2016, pois são eles que acolhem a maior parte da oferta cultural do concelho, e refiro ainda alguns eventos culturais recorrentes. Ainda na mesma linha de pensamento, observo a sua evolução entre 2005 e 2016. De seguida, trato de esclarecer os atuais objetivos estratégicos da autarquia para o território concelhio e, mais particularmente, as linhas programáticas do setor cultural. Complementarmente estuda-se a evolução das políticas culturais locais na última década, observando a estrutura orgânica da cultura na CMC e a evolução das competências e objetivos no setor cultural autárquico.

Por fim, estudo o projeto Bairro dos Museus que ocupa três capítulos: a caracterização e objetivos do projeto, a apresentação da sua estrutura organizacional e meios de gestão, e a implementação do projeto. Sublinho ainda que o capítulo 5.2 abrange a apresentação da FDL (entidade encarregue do projeto), a articulação da FDL com a CMC, a parceria das mesmas duas entidades no projeto Bairro dos Museus e finalmente os recursos do projeto.

Concluo a dissertação refletindo sobre os resultados obtidos ao longo do estudo, esperando que a mesma contribua para novos conhecimentos, nomeadamente, de como se deu a evolução da oferta cultural em Cascais, do recente conceito de distrito cultural de museus e do projeto Bairro dos Museus em particular, que constitui um caso prático de aplicação desse conceito teórico.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este enquadramento teórico articula três conceitos. O primeiro é o das políticas culturais, que se encontra estruturado em três partes: conceptualização, políticas nacionais e políticas locais. O segundo prende-se com a ligação entre cultura e desenvolvimento e a relação entre património cultural e turismo cultural. O último conceito estudado é o de distrito cultural, que é um exemplo da relação que há entre cultura e desenvolvimento.

2.1. Políticas Culturais

“A cultura adquire, actualmente, novas expressões, ocupa novos lugares e exerce novas influências. Deste modo, os seus usos e valores também se multiplicaram. Esta multiplicidade é muito evidente no longo catálogo de objectivos que a política cultural hoje apresenta, especialmente a nível local” (Morató, 2010: 38)

2.1.1. Conceptualização

A aposta na política cultural é essencial nas sociedades contemporâneas que pretendem dinamizar-se e desenvolver-se. Como podemos ver num artigo de Alexandre Melo: “Qualquer país que queira “energizar” a sua sociedade, no sentido de fazê-la participar da dinâmica global, tem que fazer uma aposta forte na política cultural” (Melo, 2010: 210). Pois é esta que define objetivos e “os objectivos culturais são fundamentais para assegurar a qualidade de vida e as possibilidades de desenvolvimento social” (Melo, 2010: 210).

É destacável o facto de que as políticas culturais têm sido alvo de maior atenção. Se até cerca do ano 2000 havia poucos estudos sobre as práticas das políticas culturais, na última década têm sido realizados alguns, indicando novos posicionamentos na administração cultural (Santos, 2010: 33-34).

A política cultural é um campo que tem várias implicações e que tem vindo a sofrer diversas alterações, sendo assim complexo. Antes de mais, importa ter presente a definição de políticas culturais. Entre os estudos disponíveis, uma das aceções mais concisas e claras, é a que as define como: “o quadro geral das intervenções públicas no domínio cultural, quer dimanem dos governos nacionais, das autarquias locais ou regionais ou delas dependentes. Uma política supõe a definição de objectivos explícitos e estes não podem ser alcançados sem o apoio de mecanismos de planificação, de execução e de avaliação” (Fisher e outros, 1998: 37 *apud* Santos, Lima e Neves, 2005: 24). Assim entendidas, as políticas culturais públicas são decisões governamentais, que se traduzem num conjunto de objetivos, a fim de orientar as ações nos diversos domínios da cultura.

A “produção legislativa é um instrumento fundamental de concretização das orientações e objectivos da política cultural” (Santos, 1998: 84). Assim, a política cultural constitui um conjunto de ferramentas de planeamento da área multi relacionável que é a cultura. É também uma forma de pensar sobre os assuntos, nas circunstâncias atuais de constantes mudanças (Bradford, Gary e Wallach, 2000: 12).

A formulação de políticas culturais é cada vez mais fundamental no séc. XXI, dado o aumento das novas tecnologias e da procura de variadas formas de entretenimento (Arthurs, 2000: 209). Assim, na criação de políticas é imprescindível ter em conta as condições e necessidades locais.

No nosso país, a formação de políticas é influenciada pelas diretrizes da União Europeia e pelos programas criados para estimular a atividade cultural, como se pode ver: *“em Portugal, o debate político sobre as políticas culturais e o processo de formação de tais políticas têm tido por referência fundamental o modelo europeu-continental e, mais precisamente, a experiência francesa”* (Silva, 2003: 12).

Na análise de políticas culturais, é também muito relevante a área na qual os agentes culturais estão incluídos. José Madureira Pinto refere que o campo das políticas culturais incide sobre os *“modos de relação com os bens culturais”* e sobre os *“espaços sociais de afirmação cultural”* (Pinto, 1994: 769). Os modos referidos pelo autor vão desde a criação cultural à receção e os espaços desde o doméstico ao coletivo. É este espaço coletivo que mais importa presentemente nas políticas culturais da autarquia de Cascais, pois uma política cultural estará mais próxima da modernidade “quanto mais recusar a lógica dos espaços reservados da cultura para articular territórios, espaços públicos e criações culturais” (Silva, 2003: 18).

É ao definir orientações no sentido de dinamizar os espaços públicos que “a política cultural desempenha um papel decisivo na legibilidade ou imaginabilidade da cidade” (Lopes, 2000a: 86). Desta forma, as políticas culturais contribuem para a construção e afirmação da identidade cultural local, pois podem fazer com que um concelho se diferencie e consequentemente atraia mais turistas e potenciais investidores. O turismo é uma indústria mundial em crescimento e a cultura é indiscutivelmente um fator de atratividade. Isto remete para o benefício económico das externalidades positivas, gerado pelo valor simbólico dos bens culturais:

Com isto não se pretende aludir apenas aos benefícios pecuniários que decorrem, por exemplo, dos gastos de turistas e visitantes atraídos pela arte e cultura, mas também ao facto da riqueza e diversidade da oferta cultural funcionar hoje em dia como ‘factor de localização imaterial’ para muitas actividades, sobretudo as de mão-de-obra mais qualificada (Henriques, 2002: 65).

A valorização da cultura reflete-se positivamente na economia local porque ao atrair turistas beneficia a hotelaria, os transportes, a restauração e cria emprego (ver próximo capítulo: 2.2. Cultura e desenvolvimento).

De acordo com António Firmino da Costa, as políticas culturais são “processos sociais institucionais” em que se combinam “duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder”, que por sua vez “são dois pilares da organização das sociedades” (Costa, 1997: 1). Estas são realmente duas orientações fundamentais, pois a cultura molda os valores identitários de uma determinada sociedade e o poder é o que comanda a sociedade. Neste sentido, a política cultural abrange vários valores: “cultural policy addresses basic democratic concerns: matters of identity, diversity, and social harmony; innovation and creativity; and civic engagement and discourse” (Bradford, Gary e Wallach, 2000: ix).

A propósito dos valores e do poder, necessariamente implicados nas políticas culturais (locais), convém não esquecer o facto:

de a política cultural ser *política*, quer dizer, projectada e concretizada no quadro das restrições decorrentes do equilíbrio que os vários setores e programas têm no conjunto da orientação política, da base técnica e dos meios orçamentais das câmaras, e submetida a uma lógica político-eleitoral de actuação que tende a sobrevalorizar os efeitos públicos imediatos dos acontecimentos e a sua congruência com os ciclos políticos (Silva, 1995: 268).

Isto significa que a política cultural (local) está integrada num programa, respeitante a uma determinada área, onde se incluem políticas relativas aos demais setores de que o governo está encarregue. Consequentemente, deve ser adaptável e ter em conta o orçamento e recursos disponíveis. Por vezes, é pensada para concretizar ações de curto prazo, de grande visibilidade, a fim de serem rapidamente identificadas pelos eleitores como um elemento positivo a ter em conta.

Uma vez definido o conceito de políticas culturais, convém contextualizar o seu aparecimento. Embora, naturalmente, já existisse cultura e alguma forma de respetiva regulação anteriormente, considera-se que a origem das políticas culturais remonta à década de 60 do séc. XX, aquando da criação do Ministério dos Assuntos Culturais (1959), em França, dirigido por André Malraux (Rubim, 2010: 250). A partir daí, o desenvolvimento internacional das políticas culturais foi principalmente da responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Conselho da Europa, como se pode ver:

foram provavelmente as duas principais organizações responsáveis pelo desenvolvimento, desde os anos 60, não só de políticas culturais, a vários níveis, mas também de conceitos que as informam – conceitos como os de cultura, de desenvolvimento cultural ou de animação sócio-cultural, por exemplo – e ainda, de programas e critérios de avaliação a tal respeito (Costa, 1997: 5).

Entre as várias iniciativas levadas a cabo pela UNESCO, destaca-se a que incentivava os países a adotarem políticas para o desenvolvimento cultural das sociedades: “UNESCO announced a World Decade for Cultural Development in 1989. By the time the decade closed it had further developed its notions of cultural policy” (Bradford, Gary e Wallach, 2000: 4).

2.1.2. Políticas culturais nacionais

Em Portugal, até 1974, com o regime salazarista, o setor da cultura estava sob responsabilidade da Junta de Educação Nacional. Nesse ano, com o golpe militar a 25 de abril, instaura-se a democracia em Portugal, revolucionando todos os sistemas (Santos, 1998: 62-66). Em 1976, foi aprovada a constituição que se encontra em vigor atualmente. Esta marcou o início de um novo período político em que se sucederam vários governos, vigorando presentemente o XXI Governo Constitucional. Solucionados os problemas mais urgentes, é nos anos 80 que há um maior foco na área da cultura: “A partir dos anos 80 a cultura passa a constituir um tema recorrente do discurso político, sendo as questões culturais cada vez mais discutidas na Assembleia da República” (Santos, 1998: 69). No plano internacional, começa-se a perceber os potenciais benefícios económicos da cultura:

os anos 80 representaram um redireccionamento geral muito importante da política cultural: a viragem para a economia como nova perspectiva de avaliação e legitimação da acção cultural pública. A nova orientação surgiu no contexto local, vinculada a objectivos de regeneração urbana e de promoção económica do território (Morató, 2010: 44-45).

Neste contexto, passou a haver uma maior orientação para o mercado. As instituições culturais começaram a preocupar-se com critérios comerciais, tais como eficiência, rendibilidade, competitividade e modernização. A capacidade de gerar receitas passa a ser importante na gestão cultural:

exemplo que ressalta é a ‘empresarialização’ dos serviços culturais (...) com vista ao auto-financiamento (daí, por exemplo, as cafetarias e as lojas dos museus, que tanto peso – e até mesmo alguma autonomia – ganharam dentro dos equipamentos). Igualmente elucidativo é ainda o exemplo das políticas de incentivo ao mecenato privado (Henriques, 2002: 71).

Entre 1985 e 1995, assistiu-se a um importante desenvolvimento, tanto a nível de financiamento como de realização de projetos, relacionado com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Em 1995, é criado pela primeira vez em Portugal um Ministério da Cultura, evidenciando a relevância do setor cultural na orgânica do Governo (Silva, 2007:

12). Nos períodos em que não funcionou o Ministério, a cultura era responsabilidade ou da Secretaria de Estado¹ ou estava dispersa por outros ministérios (Santos, 1998: 76).

Desde 1976, nas políticas culturais nacionais têm incidido sobre vários objetivos, entre os quais, a democratização da cultura (acesso aos bens culturais), a descentralização da oferta cultural, a afirmação da identidade cultural nacional (valorizando-se, por exemplo, a língua portuguesa), a salvaguarda do património, o apoio à criação e o incentivo à prática do mecenato cultural. Desde cerca de 1985, outros tópicos muito relevantes são a internacionalização, através da promoção da identidade portuguesa e da participação em projetos internacionais, e a profissionalização da administração do setor cultural (Santos, 1998: 70-75).

No programa do atual Governo continuam a importar os objetivos de descentralização, democratização e internacionalização e ainda a intenção de “investir na Cultura” (Programa do XXI Governo Constitucional, 2015-2019: 2-3) e de “imprimir um carácter transversal à política cultural e desenvolver o trabalho em rede entre a administração central e local” (Idem: 199).

Nas políticas culturais, pelo menos em termos de afetação de recursos financeiros, a prioridade tem sido a área do património: “Pedra de toque da memória colectiva, da história e da identidade nacional, o património tem honras de prioridade nas políticas culturais” (Santos, 1998: 235) sendo primordial conservar o património, para que possa ser apreciado pelas gerações atuais e vindouras.

A propósito de públicos, é perceptível que o público de museus tem aumentado bastante nos últimos anos. De 2000 para 2010, observa-se que o número de visitantes de museus em Portugal duplicou, e quase se pode dizer o mesmo da quantidade de museus. Segundo as Estatísticas da Cultura, em 2010 registou-se em Portugal 10.363 visitantes e 340 museus, enquanto em 2000 se registaram 5.760 visitantes e 198 museus. Os dados mais recentes, respeitantes a 2014, registam 11.750 visitantes e 392 museus, notando-se assim que houve um aumento gradual entre 2010 e 2014 (INE, 2015a: 39). Note-se que de “acordo com o inquérito do INE, em 2014 estavam em atividade 674 museus, dos quais foram considerados para fins estatísticos 392 Museus” (INE, 2015a: 20). Relativamente à disseminação territorial de museus “pode dizer-se que a localização dos museus é claramente descentralizada desde muito cedo” (Neves, Santos e Lima, 2013: 53). Correlativamente ao referido alargamento de públicos, as “políticas culturais têm dirigido a

¹ Desde a criação do Ministério, apenas entre 2011 e 2015 é que o mesmo não existiu, ficando a área da Cultura dependente do Secretário de Estado da Cultura ligado à Presidência do Conselho de Ministros.

maior parte dos seus esforços para assegurar um incremento da oferta cultural, nomeadamente a nível dos museus e da música erudita” (Santos, 2010: 19-20).

2.1.3. Políticas culturais locais

As autarquias têm tido um papel indiscutível nas políticas culturais. Com a Constituição da República de 1976, legitimou-se o poder das Administração Local, conferindo assim autonomia às autarquias:

A constituição da República Portuguesa consagra as Autarquias Locais como pessoas colectivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos e de autonomia administrativa e financeira, competindo-lhes a prossecução dos interesses próprios comuns e específicos às respectivas populações. De referir que na figura jurídica de Autarquia Local se incluem as Freguesias, os Municípios e as Regiões Administrativas (Santos, 1998: 339-340).

Segundo Augusto Santos Silva, os 308 municípios existentes têm geralmente a função, não de produtores de políticas culturais, mas de recetores, tanto das políticas nacionais como das europeias (Silva, 2007: 25). O facto de as autarquias serem mais recetoras de políticas está previsto pelas leis pois “Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: (...) c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum” (art.º 78 da Constituição da República Portuguesa). Também uma lei mais recente, referente às competências da administração local, entre outros desígnios, “estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). Ainda de acordo com a mesma lei, está determinado que são “atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias” e que entre as várias atribuições dos municípios, encontra-se o domínio “e) Património, cultura e ciência” (Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

Entre 1976 e 1987, segundo Juan Mozzicafreddo e outros autores, podem observar-se duas fases que caracterizam as políticas municipais. A primeira, em que se instalou a democracia, pauta-se por um alargamento das competências autárquicas e uma política intervencionista para dar assistência às necessidades locais mais urgentes. Portanto, na fase do denominado “grau zero do poder local”, a prioridade, durante cerca de uma década, foi construir infraestruturas básicas como estradas, escolas e saneamento. A segunda fase, nos anos 80, focou-se na modernização, no controlo de gastos e no desenvolvimento do setor privado. Basicamente, a preocupação era o desenvolvimento de melhores condições (Mozzicafreddo *et al.*, 1991: 43). Foi nesta altura que se começou a perceber a importância da cultura para a imagem exterior de Portugal e para o desenvolvimento do país.

Nas políticas culturais autárquicas há duas características que se destacam. A primeira é o protagonismo da Câmara Municipal na concretização das mesmas, face às freguesias (nível inframunicipal) e associações de municípios (nível supramunicipal), as quais raramente têm iniciativa própria no campo cultural. Este facto prende-se com as suas limitações ao nível das atribuições e competências e com outras razões políticas “relativas a uma certa tendência neocentralista do nível municipal face às freguesias (...)”, mas também por razões administrativas, inerentes à insuficiência dos meios humanos e financeiros das freguesias” (Montalvo, 2003: 259).

Augusto Santos Silva aponta como segunda característica, a indiferenciação ideológica, isto significa que a atuação cultural é independente da cor partidária no poder (Silva, 2007: 13). No entanto, isto não é sempre assim. Se por um lado, Santos Silva afirma que existem três características do poder local, referidas por vários autores, que acentuam a referida indiferenciação: a consensualidade (as ações são tidas como evidentemente necessárias), o presidencialismo (o Presidente da Câmara desempenha um papel central na autarquia) e a formulação de prioridades em patamares (em que a cultura é a última) (Silva, 2007: 13). Posto isto, pode, de facto, haver consenso em algumas questões, sendo que o presidencialismo é normalmente notável. Contudo, por outro lado, José Soares Neves, ao analisar os programas político-partidários, constatou diferentes posicionamentos, nos vários partidos, no domínio da cultura. Portanto, os partidos têm muitas vezes influência nas políticas culturais, dado que são eles que as conduzem:

A visão claramente institucional das políticas culturais remete antes de mais para o exercício do poder central, mas este exercício está ligado às opções políticas do partido no governo e à personalidade do responsável pela tutela. Deste modo, resulta claro que política cultural não é sinónimo de uma única possível condução política. Antes pelo contrário, as diferentes opções e personalidades permitem e sugerem a emergência de novas políticas culturais que deverão articular objectivos e meios (Neves, 2002: 87).

O discurso cultural autárquico é também afetado pelo tempo, pela evolução natural, pela mudança de padrões, seja a nível ideológico, seja a nível técnico. Conforme dito acima, uma das maiores referências na ação cultural das autarquias é a política nacional. Um bom exemplo disso são as parcerias que foram estabelecidas pelo Estado com as autarquias locais, na implementação de redes culturais. Desde 1987, que os programas de Redes, pretendendo uma cobertura nacional de dinamização cultural em diversos domínios, têm sido criados e têm sido bem-sucedidos. A maior parte das autarquias, vendo as vantagens dos programas, aderiram, aceitando partilhar custos ou gerir equipamentos culturais (Silva, 2007: 14). A pioneira nestes programas de Redes foi a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, criada em 1986. Mais tarde, foi criada a Rede de Bibliotecas Escolares (1996). Repare-se que quanto “às medidas políticas os principais marcos são claros: lançamento da RNBP em 1986 (X GC), da RBE em 1996 e do Programa Nacional de Promoção da

Leitura/Itinerâncias culturais em 1997 (ambas no XIII GC), e do PNL em 2006 (XVII GC)” (Neves e Lima, 2009: 20). A estas acrescem a Rede de Teatros e Cineteatros (1999), a *Rede Municipal de Espaços Culturais* (1999) e o *Programa de Apoio aos Arquivos Municipais [PARAM]* (1998) (Neves e Lima, 2009). O Programa de Difusão de Artes do Espetáculo (1999-2002) “dá continuidade, embora com características próprias e aspectos inovadores, à intervenção do Estado na difusão das artes do espetáculo, procurando contribuir para a correção das assimetrias regionais no acesso à cultura” (Santos, 2004: 25).

Já *O Panorama Museológico em Portugal*, demonstra bem que “a evolução do panorama museológico nacional é marcada pelo crescimento” (Neves, Santos e Lima, 2013: 32). Portanto, os museus tiveram uma evolução positiva, não só no que se refere à quantidade, mas também em termos de qualidade, como se pode ver: “esta análise longitudinal permite concluir pela melhoria dos níveis de qualificação dos museus em Portugal uma vez que aumentou o número de museus que cumprem o conjunto de critérios considerados” (Neves, Santos e Lima, 2013: 169). Este progresso deveu-se principalmente à constituição da Rede Portuguesa de Museus (RPM), em 2000, que incluía museus de tutela pública e privada.

Para melhor se compreender o empenho dos municípios na requalificação de equipamentos, é necessário ter em conta a forte ligação da cultura ao turismo: “Para alguns concelhos o turismo cultural tem constituído uma aposta central nas dinâmicas concelhias, criando fortes oportunidades para o desenvolvimento económico local” (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 36). Estes programas de Redes resultaram numa evolução positiva para o país, na área da cultura, devido ao esforço conjunto da Administração Central e da Administração Local para um propósito comum. Verificou-se assim cumulatividade de esforços e complementaridade, ou seja, as autarquias intervieram em áreas menos cobertas pela ação da Administração Central (como por exemplo: associativismo) e *vice-versa*. Para além disso, a participação das Câmaras Municipais nestes programas de Redes criou uma oportunidade para os municípios, que puderam partilhar custos de investimento de capital, e também fez crescer a importância atribuída à cultura nas autarquias.

Segundo Augusto Santos Silva, existem fatores de variação das políticas culturais locais. Um já referido é a política nacional, na medida em que é o poder central que as formula, em primeira instância, mas depois é a administração local que as adapta, conforme as suas opções de objetivos e os meios à disposição. Outro fator de variação, que o autor indica, tem a ver com as qualificações dos responsáveis municipais pelo setor cultural. Outro fator que o autor considera que pode ser tido em conta é o plano discursivo, no qual a cultura, enquanto expressão da identidade local, pode assumir uma centralidade multidimensional, no intuito de desenvolvimento da comunidade e de afirmação no contexto global contemporâneo (Silva, 2007: 17).

Deste modo, o espaço da cultura tem vindo a crescer nos municípios. Uma das dimensões de análise das políticas culturais é a despesa com o setor cultural. Assim, note-se que: “A análise da despesa pública municipal com o setor da cultura, desde que há dados detalhados (1986, ano da adesão de Portugal à Comunidade Europeia), mostra que se registou um aumento exponencial” (Neves, 2010: 125). Enquanto em 1986 a cultura representava apenas 3% da despesa total municipal (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 27), em 2008 representava 6.6%. A partir de 2009, dada a crise económica que teve início em 2008, observa-se uma contenção de custos (Neves, 2010: 129).

Segundo Augusto Santos Silva, o investimento em equipamentos culturais é o primeiro traço que caracteriza o padrão de ação cultural das autarquias entre 1985 e 2005. Especialmente entre 1990 e 1995, os municípios realizaram um grande investimento em equipamentos culturais, o que deixou obviamente o país muito mais bem equipado, alcançando uma boa escala de descentralização cultural (Silva, 2007: 24). O segundo é a pouca atenção dada ao funcionamento, posto que a construção do equipamento é demorada e no âmbito das eleições tem mais visibilidade a realização das obras. Contudo, este facto altera-se naturalmente, à medida que os equipamentos vão sendo construídos, pois atraem mais público e conseqüentemente os programadores vão realizando o trabalho necessário. A terceira característica é a preocupação com o acesso da população à cultura. Para esse efeito, “as três estratégias preponderantes incidem na amplitude da oferta, nos preços e, mais recentemente, na formação dos públicos” (Silva, 2007: 25). A quarta característica é a relação predominante com as escolas e associações locais. O quinto traço, indispensável na cultura de todos os municípios, são as tradições locais, visto que envolvem aspetos emblemáticos, comemorativos e sociais. O último aspeto é a necessidade de promoção no exterior, procurando afirmarem-se na região, no país e no estrangeiro. Assim, a fim de atrair público e investimento, as autarquias têm vindo a apostar em grandes eventos culturais para garantir uma maior visibilidade e projeção (Silva, 2007: 26-27).

Alguns autores têm chamado à atenção para o facto de que, na passagem do séc. XX para o séc. XXI, se evidencia um padrão preponderante nas políticas culturais locais em Portugal. A cultura tem vindo a conquistar autonomia na estrutura autárquica, a ter um peso mais significativo no orçamento municipal e a ser promovida através de diversas iniciativas. Os mesmos autores defendem que as políticas culturais locais se têm organizado de acordo com três objetivos fundamentais: a conservação do património, o desenvolvimento da oferta cultural e a formação de públicos (Silva, Babo e Guerra, 2013: 116). Nesse sentido, algumas iniciativas levadas a cabo pelos municípios são: “a construção de equipamentos culturais diversos, a recuperação de edifícios de valor patrimonial para a instalação de serviços de cariz cultural, a programação regular de atividades em diferentes domínios artísticos, assim

como promoção de eventos culturais de dimensão nacional ou internacional” (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 26).

Outra prova da relevância que a cultura tem vindo a assumir na Administração Local são as alternativas que têm vindo a ser postas em prática para uma melhor gestão dos equipamentos e atividades culturais (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 27). Estas alternativas passam pela delegação de funções a instituições já existentes ou pela criação de empresas para o mesmo efeito (Montalvo, 2003: 263-264). Nesse sentido:

Numa lógica de investimento e sustentabilidade partilhados, as organizações do Terceiro Setor revelam-se pois, figuras com notórias vantagens, desde logo por permitirem a reunião de capitais de diversas naturezas (financeira, cultural, social, simbólica) para o desenvolvimento de actividades culturais (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 79).

Desta forma, com mais recursos e processos menos burocratizados consegue-se uma melhor gestão cultural (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 80). Esta tendência, de descentralização das responsabilidades, é global nas práticas de gestão cultural e deve-se ao aumento das procuras culturais, que impõe uma necessidade de serviços de qualidade e de competências qualificadas e diversificadas.

Este período de transição do séc. XX para o séc. XXI caracteriza-se também por dois aspetos menos positivos. O primeiro é o foco em ações de curto prazo e conseqüentemente pouca atenção ao planeamento e sustentabilidade necessários para uma ação de longo prazo. O outro é a falta de recursos humanos especializados (Silva, Babo e Guerra, 2013: 117). Posto isto, as autarquias vivem uma situação incongruente, pois apesar de serem cada vez mais ativas no setor cultural, têm limitações ao nível do orçamento e dos recursos humanos (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 124). Portanto, o que necessita de maior atenção são as equipas culturais e a programação, tanto em quantidade como em qualidade. Na programação, é, por exemplo, necessário evitar sobreposições e “gerir mais eficientemente os recursos disponíveis” (Neves, 2010: 125).

Segundo alguns autores, este padrão tem originado efeitos políticos e sociais. As estratégias levadas a cabo pelos municípios provaram, por vezes, ser transversais a diferentes partidos políticos, conquistando assim legitimidade social. Verificou-se também um aumento de equipamentos culturais e a descentralização. Um terceiro efeito foi a extensão, à área da programação, do estabelecimento de parcerias (Silva, Babo e Guerra, 2013: 119). Em quarto lugar, verifica-se, entre as políticas locais e as nacionais, complementaridade, isto é, seguem as mesmas diretrizes e agem nas respetivas áreas, e cumulatividade de esforços, a fim de se reunir um maior conjunto de recursos (Silva, 2007: 25). Em quinto lugar, a expansão do papel da cultura a nível político e simbólico: “Since the democratization of local power in 1976, the role of culture has shown its potential in the dynamics of electoral competition, political legitimacy, local marketing and in engendering

social consensus” (Silva, Babo e Guerra, 2013: 120). Por fim, a cultura tornou-se um marco distintivo e quando um local é identificado através desse marco cultural consegue um impacto positivo pois atrai pessoas e investimento. A título de exemplo, Lisboa foi nomeada capital europeia da cultura em 1994, o Porto foi em 2001 e Guimarães em 2012 (Silva, Babo e Guerra, 2013: 122).

As políticas culturais têm sido influenciadas por mudanças ocorridas no campo cultural. As procuras culturais têm-se diversificado e têm emergido novos públicos. Como resultado, as dinâmicas locais têm-se alterado, surgindo estratégias na promoção da oferta cultural local, com base no território, com conceitos como bairros, distritos e agrupamentos culturais. Desta forma, nos últimos anos, têm aparecido novos temas e objetivos no planeamento das políticas culturais (Silva, Babo e Guerra, 2013: 123-124).

Com base em alguns estudos de caso, têm sido identificadas tendências nas políticas culturais locais em Portugal. A primeira é a sua combinação com políticas de outros setores, tais como as de educação, regeneração urbana e promoção turística. A segunda tendência é o desenvolvimento de relações entre diferentes agentes e produtores culturais e a sua articulação com o mercado. A terceira tendência é a alteração do contexto das políticas. Esta pode ocorrer através do destaque das melhores características locais, da cooperação e das parcerias com agentes exteriores (Silva, Babo e Guerra, 2013: 125).

Alguns autores chamam ainda à atenção para alterações no padrão de ação das políticas culturais locais. Aos tradicionais objetivos de preservação e promoção do património, de formação de públicos e de desenvolvimento das atrações culturais, acrescentam-se o de desenvolvimento do ambiente cultural local e o da cultura como alavanca para o desenvolvimento local (Silva, Babo e Guerra, 2013: 126-128).

Neste contexto, Maria de Lourdes Lima dos Santos identifica quatro valências da cultura, que naturalmente são importantes no delineamento das políticas culturais: cultura como catalisador de desenvolvimento, como fator de qualificação das populações, como estímulo à criatividade e à inovação também noutros setores e como elemento de coesão (Santos, 2010: 35).

Contudo, as políticas culturais enfrentam vários desafios na sociedade contemporânea. Segundo António Albino Canelas Rubim, um dos grandes desafios é a articulação das diferentes dimensões espaciais: “a nova sociabilidade impõe que as políticas culturais devam ser capazes de articular dimensões nacionais, locais, regionais e globais” (Rubim, 2010: 265). Mais especificamente, as dimensões globais e locais têm sido tão relevantes que alguns autores utilizam o termo *glocal* para explicitar a aproximação que se gerou entre as duas (Rubim, 2010: 260). De acordo com o mesmo autor, outro desafio enfrentado pelas políticas culturais é a transversalidade da cultura, isto é, a sua interatividade com as outras áreas da sociedade, como economia, “educação, turismo,

saúde, política, etc. Deste modo, as políticas culturais contemporâneas têm de estar abertas a esta plêiade de interfaces” (Rubim, 2010: 266-267). Assim, as políticas culturais têm como maior desafio redefinir e legitimar o papel central da cultura na atualidade.

Augusto Santos Silva sugere também mais cinco desafios que se colocam nas políticas culturais autárquicas. O da diversidade, que se prende com as procuras, é geralmente difícil de gerir. O desafio da atualidade relaciona-se com duas necessidades: uma é a de se manter a consonância com as políticas nacionais e a outra é a de, não querendo descurar a tradição habitualmente presente nos discursos locais, conseguir acompanhar a modernidade. A terceira questão, que é a mais evidente, é a de dimensão, isto é, o facto das políticas e desenvolvimentos culturais se concentrarem a nível municipal, havendo uma falta a nível de planeamento nas freguesias e de colaboração entre municípios. O quarto grande desafio que se coloca é o da continuidade, ou seja, gerir constantemente os equipamentos, oferecer atividades de forma regular, formar públicos eficazmente e garantir parcerias. Em quinto lugar, está o impacto, ou seja, conseguir resultados positivos e perduráveis, o que implica ter em conta os públicos da cultura (Silva, 2007: 27-29).

Conforme aqui apresentado, em Portugal, num período de cerca de 40 anos, a cultura tornou-se uma questão extremamente importante nas políticas locais. As políticas culturais locais foram responsáveis, juntamente com as nacionais, por importantes melhorias em termos de equipamentos e eventos culturais. Na primeira década do séc. XXI, as mudanças culturais são especialmente importantes, particularmente na crise económica que começou em 2008, dado que a cultura é um estímulo no processo de desenvolvimento:

The creative, identity and economic value of culture can serve as levers for innovation and development processes based on a richer exploitation of immaterial resources, of personal abilities and skills, symbolic elements, and collective environments that are formed and consolidated – districts, cities, creative territories, in the strict sense (Silva, Babo e Guerra, 2013: 127).

Em suma, “a tendência expansiva da política cultural impele-a a conceber, de forma gradual, a sua acção em termos de cultura antropológica (cultura como forma de vida)” (Morató, 2010: 48). Esta transversalidade que o setor cultural tem vindo a assumir exige melhorias na gestão cultural, mas traz vantagens para o desenvolvimento local. Mais especificamente, vantagens “na criação de emprego, de produtos e serviços inovadores, na correcção de assimetrias regionais, na promoção da imagem de uma cidade, região ou país” (Gomes, Lourenço e Martinho, 2006: 55).

2.2. Cultura e desenvolvimento

“O desenvolvimento exige o desenvolvimento da cultura”

(Silva, 2000: 146)

A cultura tem um papel muito importante no desenvolvimento dos territórios. Como já se viu no capítulo anterior, este facto tem sido tido em conta na formulação das políticas culturais. Augusto Santos Silva e outros autores referem, entre os novos objetivos das políticas culturais locais, a cultura como alavanca para o desenvolvimento local (Silva, Babo e Guerra, 2013: 126-128) e Maria de Lourdes Lima dos Santos identificou, entre as valências da cultura, a “cultura como catalisador de desenvolvimento” (Santos, 2010: 35). Esta ligação entre cultura e desenvolvimento mostrar-se-á essencial nas políticas culturais de Cascais, nomeadamente no projeto cascalense Bairro dos Museus, que analiso nesta dissertação. Assim, cultura e desenvolvimento são dois conceitos teóricos centrais.

Augusto Santos Silva expõe a relação entre estas duas noções fundamentais, baseando-se no significado de cada uma:

Se assumirmos os dois conceitos nos seus sentidos mais latos, tomando por cultura um conjunto complexo e dinâmico de significações, padrões de conduta, práticas, obras e instituições, e reservando a palavra desenvolvimento para conotar, ao mesmo tempo, os processos e os projectos de formação ou transformação social, a sua relação recíproca torna-se evidente (Silva, 2000: 1).

Sendo assim, a cultura e o desenvolvimento interrelacionam-se profundamente, visto que ambos se cruzam no campo social, operando na estruturação da sociedade.

Cultura é um conceito muito complexo, que pode ter várias definições, conforme seja considerado do ponto de vista antropológico, sociológico, turístico, etc. De um modo abrangente, pode-se considerar “cultura como património de conhecimentos, de princípios, de usos e de regras, de experiências e de opções, que contribuem para transformar o mundo material e criar novos valores espirituais” (Cunha, 2013: 171). Dentro da cultura, destaca-se a especial importância do património cultural: “Na sociedade moderna, o valor cultural tem a sua expressão mais clara institucionalizada no património” (Morató, 2010: 37). O valor da herança cultural tem sido cada vez mais reconhecido, bem como a sua utilidade como instrumento de crescimento económico e de desenvolvimento (James Allen Smith em Bradford, Gary e Wallach, 2000: x).

Atualmente, a cultura parece ter influência em tudo, desde as expressões criativas à vida quotidiana: “Culture carries connotations of everything from the way individuals make sense of their everyday lives to the most elite, or most commercial, expressions of creative life” (Bradford, Gary e Wallach, 2000: 1). Desta forma, a cultura passou a ocupar uma

posição fundamental na sociedade (Morató, 2010: 40), constituindo uma espécie de fio condutor no planeamento estratégico de um local “a cultura tece as mediações e os nós que entrelaçam o campo artístico, o campo cultural, o campo político e o campo económico, produzindo intersecções e consensos” (Lopes, 2010: 56).

Neste sentido, a cultura serve também de orientação para o desenvolvimento “a cultura, em sentido vasto, é uma matriz do desenvolvimento” (Silva, 2000: 25). Atente-se então ao significado de desenvolvimento: “o desenvolvimento é, antes do mais, um processo social complexo que tem como finalidade a satisfação plena das necessidades sociais, das mais básicas às de ordem espiritual” (Banha *et al*, 1994: 660). Portanto, o desenvolvimento é sobretudo um processo de transformações, a fim de satisfazer as necessidades de uma sociedade. Por isso, implica necessariamente a realização de projetos, no intuito da dinamização de um território (Silva, 2000: 2).

Segundo Augusto Santos Silva, o desenvolvimento implica essencialmente modernização “dos quadros institucionais, da acção política, da actividade económica, das infra-estruturas de comunicação, dos sistemas de saúde e assistência, das estruturas culturais” (Silva, 2000: 168-169) e mudança. As mudanças têm a ver com o carácter dinâmico dos processos sociais, com a natural evolução ao longo do tempo, com as possíveis transformações nas práticas sociais e com a acção de agentes através da realização de projetos e programas (Silva, 2000: 9). Outras condições que se revelam necessárias ao desenvolvimento são o crescimento e a inovação (Silva, 2000: 166-167).

Este autor destaca ainda o interesse da perspetivação cultural do desenvolvimento, explicando que:

perspectivar culturalmente o desenvolvimento é orientá-lo e avaliá-lo a partir de um universo cultural, que vamos também construindo, no sentido em que indagamos que valores e que regras, que atitudes e que saberes é necessário aproveitar e criar para que possamos combinar as nossas escolhas ético-políticas com as estratégias indispensáveis à afectação vantajosa dos recursos, ao crescimento harmonioso, integrado e auto-sustentado (Silva, 2000: 145-146).

Deste modo, pensar o desenvolvimento na ótica da cultura induz mais facilmente a ideias inovadoras e conseqüentemente a optar por estratégias com o melhor aproveitamento de recursos, no âmbito do crescimento dos vários setores de um território.

O desenvolvimento da cultura, que consiste em proporcionar boas condições para a realização das diversas atividades culturais, é muito importante no desenvolvimento global “a estruturação de um campo cultural activo pode ser o elemento *decisivo* de uma estratégia de desenvolvimento” (Lopes, 2000a: 82). De acordo com Santos Silva, existem três contribuições principais do desenvolvimento cultural para o desenvolvimento global. A primeira é o *reforço da afirmação identitária*, dado que a cultura é uma forma de marco

distintivo da localidade perante o exterior (Silva, 2000: 147). A identidade cultural local constitui uma base de desenvolvimento pois “referencia o que constitui, para qualquer grupo e a cada escala considerada, o sistema de elementos simbólicos seu característico” (Silva, 2000: 154) sendo assim “um poderoso elemento de agregação comunitária e de facilitação do envolvimento em torno de projectos colectivos” (Henriques, 1990: 143). A segunda contribuição do desenvolvimento da cultura para o desenvolvimento em sentido amplo é a *promoção da inovação*. A cultura tem impacto no desenvolvimento local porque estimula a criatividade e a inovação, o que faz com que haja mais soluções nos diversos campos sociais (Silva, 2000: 148). O terceiro contributo é a *promoção de qualificações* pois as competências “científicas, técnicas e artísticas são componentes axiais da formação humana consubstancial ao desenvolvimento” (Silva, 2000: 149).

Outra consequência benéfica do desenvolvimento cultural é a possibilidade de um impacto positivo a nível financeiro noutros setores:

investment in the cultural field also has indirect economic effects observable in other sectors: for example, investment in heritage has an impact on tourist spending and movements in the region, and therefore on the hotel business and even on the construction industry when work is carried out by restoration firms (D’Angelo e Vespérini, 2000: 35).

Por todas as razões apresentadas, o “desenvolvimento – mundial, nacional ou local – pede, hoje, uma perspetivação cultural. Pede o desenvolvimento da cultura e a *culturalização* da acção económica e política” (Silva, 2000: 171). Com tudo isto, percebeu-se não só que o desenvolvimento da cultura é condição necessária para o desenvolvimento em sentido lato, mas também que perspetivar culturalmente o desenvolvimento é vantajoso para outros setores, como a política e a economia.

2.2.1. Património cultural e turismo cultural

No âmbito do desenvolvimento da cultura, Cascais está a implementar o projeto Bairro dos Museus, com uma forte orientação para os turistas e por isso importa, desde já, ter presente a definição de conceitos como património cultural e turismo cultural.

O património cultural pode ser definido como “ l’ensemble des *sites*, *quartiers*, *collections* ou *pratiques* qu’une société hérite de son passé et qu’elle entend préserver et transmettre aux générations futures” (Grefe, 1999: 1). Portanto, o património cultural tem um valor simbólico e um valor social identitário, constituindo uma parte da imagem de marca de um determinado território. Logo, é muito importante a valorização do património e uma boa gestão do mesmo, como podemos ver: “une rénovation-réutilisation contribue à

améliorer l'image de marque d'un quartier ou d'une ville, en améliore l'agrément et peut même inciter de nouvelles activités à venir s'installer" (Grefe, 1999: 57).

Para uma boa gestão do património não basta inventariá-lo e conservá-lo, outras duas etapas do procedimento patrimonial são a difusão e a valorização. Entre os vários objetivos dos locais patrimoniais encontram-se: apresentar e transmitir o património, criar animações em volta do património, criar lugares de encontro para a coletividade, criar polos de atração para os turistas, dar uma imagem forte ao território, ajudar o desenvolvimento das comunidades (Grefe, 1999: 95). Assim uma boa gestão patrimonial é fundamental para o desenvolvimento do concelho. No séc. XXI, o património cultural configura-se mesmo como recurso turístico: "El patrimonio cultural constituye uno de los recursos básicos para la configuración de un destino turístico que debemos valorar y transformar en un producto al servicio de un desarrollo local duradero" (Hernández e Tresserras, 2001: 203).

Os serviços culturais, incluindo os ligados ao património, constituem um recurso turístico pois são um bem que satisfaz as necessidades da procura. A oferta turística engloba quatro grupos de bens: os bens livremente disponíveis, como as paisagens e o clima, os bens imateriais, onde se incluem as tradições e a cultura, os bens turísticos básicos criados, de que são exemplo os monumentos, os museus e os parques temáticos, e por fim claro os bens e serviços turísticos complementares, tais como os meios de comunicação, a restauração e a hotelaria (Cunha, 2013: 150-151). Considera-se ainda o acolhimento e a cultura como uma das componentes do produto turístico (Cunha, 2013: 154-155). Desta forma, a cultura e o turismo estão claramente associados:

As relações entre o turismo e a cultura são profundas e têm um duplo sentido: turismo como acto cultural e forma de cultura e turismo cultural como meio de permitir ao homem o acesso a formas de expressão cultural (Cunha, 2013: 170).

Isto significa que o turismo pode ser uma forma de atividade cultural e de promover a cultura. A emergência do turismo cultural advém de vários fatores, como se pode ver: "los cambios producidos en los países desarrollados a partir de los años 80 permiten una mayor disponibilidad para las actividades de tiempo libre y los viajes gracias a varios factores" (Hernández e Tresserras, 2001: 201). Assim, devido em parte a esta disponibilidade de tempo livre, o turismo atualmente é "a maior indústria universal e a que conhece maior crescimento mundial (6,5% por ano), (...) sabendo-se que neste momento existem 70 milhões de europeus que praticam turismo cultural" (Garcia, 2010: 234).

As práticas culturais podem ser uma das atividades no decorrer das férias ou viagens, por isso "todo turismo es en alguna forma necesariamente cultural" (Marchante e Holgado, 2002: 83). No entanto, os tipos de turismo têm a ver com as razões que levam o turista a viajar. Nesta lógica, "o turismo cultural abrange as viagens cujas motivações

incluímos no grupo das culturais e educativas e a que corresponde uma oferta muito variada e dependente dos valores culturais existentes” (Cunha, 2013: 171).

Em qualquer caso, o património cultural constitui uma das principais ligações entre turismo e cultura, como se pode verificar: “para além dos grandes pólos de atracção do turismo cultural/intelectual (equipamentos e eventos artísticos de ressonância mundial), o cruzamento mais intenso entre cultura e turismo focaliza-se no património” (Garcia, 2010: 234).

Por todos os fatores enunciados, a cultura é sem dúvida uma componente da oferta turística, pelo que será benéfico aumentar a qualidade da oferta cultural. Note-se: “Hay que apostar por estrategias orientadas a cualificar la visita, esta es una de las mejores maneras para prolongar la estancia y para incrementar los niveles de gasto” (Borja *et al*, 2005: 21-22). Um local acolhedor e rico em atrativos é um lugar mais vivo e dinâmico (Borja *et al*, 2005: 21-22). E “se o que se pretende é que os turistas compreendam e desfrutem das suas experiências culturais, é necessário que essas experiências se tornem compreensíveis e acessíveis” (Fernandes e Sousa, 2000: 21). Tendo em conta que os museus são uma das formas mais populares de atratividade, os equipamentos devem ser colocados em evidência e ter uma boa acessibilidade.

O desenvolvimento do turismo cultural requer “economic and cultural investment, drawing on evidence of a region’s past, together with its identity and appeal, in order to make this past accessible and bring it into the present” (D’Angelo e Vespérini, 2000: 35). Logo, é de valor mobilizar atividades culturais para atrair turistas, sendo que os residentes também podem usufruir da melhoria da oferta e ser mais participativos no seu concelho. Assim, a “cultura é encarada, pois, como um factor de atracção, passível de convencer os turistas a visitar uma determinada localidade” (Fernandes e Sousa, 2000: 15).

Finalizando, é relevante ter em conta a importância da valorização do património cultural e do turismo cultural para o concelho em estudo. O concelho de Cascais é um destino turístico privilegiado em Portugal, sendo que: “Turismo e Cultura é uma relação que vem sendo valorizada, em particular quando se trata do património cultural, e que encontra a sua expressão na noção de turismo cultural” (Santos, Lima e Neves, 2005: 66). Posto isto, de acordo com António Capucho, presidente da Câmara Municipal de Cascais em 2005, os “responsáveis devem procurar requalificar o concelho ao nível das infraestruturas e relançar a imagem de Cascais como zona de excelência, com o mais forte índice de desenvolvimento social da área da Grande Lisboa e quarto destino turístico do País (depois do Algarve, Lisboa e Madeira)” (Capucho em Santos, Lima e Neves, 2005: 13).

2.3. Distritos culturais de museus

“When culture is not created, it dies”

(Richard Kurin, 2000: 355)

Bella Dicks (2003) desenvolve o conceito de *visitability* que sugere que os espaços sejam visualmente atrativos e estejam preparados para serem visitados. Para isso é importante passar a ideia de diversidade e dinamismo, sendo que o desenvolvimento da cultura é uma forma de conferir aos territórios essa imagem positiva. Tal como foi mencionado acerca da boa gestão do património cultural, no “que toca a um equipamento (...) É preciso animá-lo, usá-lo, fazer dele um pólo de actividade cultural continuada” (Silva, 1995: 259). Assim, é importante que as localidades criem iniciativas e eventos culturais pois, dinamizar e diversificar a oferta cultural serve, não só para satisfazer a procura já existente mas também para atrair novos públicos (Silva, 1995: 269). Para este propósito, é ainda determinante o “*marketing* cultural – para dar a conhecer os bens culturais e torná-los objectos de consumo concorrenciais no mercado global dos bens” (Santos, 1998: 315).

Um local que transmita uma imagem clara e coerente (Lopes, 2000b: 76) é muito mais apelativo para o visitante. Neste sentido, como já foi referido no capítulo anterior, a organização do campo cultural é fundamental para melhorar a imagem identitária e para promover o desenvolvimento local (Lopes, 2000a: 82-84). Kevin Lynch desenvolveu o conceito de ‘legibilidade’ ou ‘imaginabilidade’ da cidade, explicando que um local que tenha marcas e percursos facilmente identificáveis é mais perceptível, destacando-se mais facilmente dos demais. Um local altamente legível será bem estruturado e notável, convidando a uma maior atenção e participação. A fim de se conseguir uma imagem local mais forte e legível, o espaço deve ser organizado segundo pontos de foco, nomes de áreas ou ligado através de rotas (Lynch, 1960: 3-11).

Uma das formas de organizar o espaço público e facilitar a identificação da imagem de um determinado local é a criação de distritos. De acordo com a definição de Lynch, os distritos são áreas que têm algo em comum e que podem ser usadas como referência para os indivíduos (Lynch, 1960: 66). Os distritos podem ser delimitados de várias formas: “The physical characteristics that determine districts are thematic continuities which may consist of an endless variety of components: texture, space, form, detail, symbol, building type, use, activity, inhabitants, degree of maintenance, topography” (Lynch, 1960: 67).

De um ponto de vista mais abrangente, a construção de espaços públicos visualmente agradáveis tem vindo a tornar-se essencial (D’Angelo, 2000: 28) na produção das identidades locais. A identidade de um espaço é estabelecida “pelo *sentimento de pertença* a uma comunidade geográfica detentora de um património cultural comum” (Ferreira e Guerra, 1994: 308).

Neste sentido, nas últimas duas décadas, tem-se assistido ao desenvolvimento de uma nova forma de organização ou representação cultural, baseada em lógicas de territorialização, expressa por conceitos como *urban scenes*, *neighbourhoods*, *districts* and *cultural clusters* (Silva, Babo e Guerra, 2013: 123). Estes aglomerados culturais, conforme o nome indica, consistem na concentração física de vários equipamentos culturais num único lugar, sendo que uma forma desta concentração é o denominado aglomerado de museus (Nikolić, 2010: 1). Existem diferentes designações e expressões do fenómeno de aglomerados culturais, mas todos os casos têm em comum o facto de serem estratégias de ofertas culturais que pretendem explorar sinergias entre várias atividades e criadores e entre estes e as diferentes audiências. Estas estratégias são então criadas através da concentração espacial, “creating specific identity markers, and through ‘atmospheres’, i.e. the collective ways of being, acting, producing and consuming, presented as belonging to those spaces” (Silva, Babo e Guerra, 2013: 123-124). Estes desenvolvimentos são benéficos em vários sentidos, como se pode ver: “these developments generate economies of scale and agglomeration, favour the achievement of positive externalities and provide upgrading processes in the value chain” (Silva, Babo e Guerra, 2013: 125).

O Conselho da Europa notou, em 2000, o desenvolvimento de *cultural quarters* nas cidades europeias (D’Angelo, 2000: 150-153). Esta é uma forma de melhorar a imagem local, para competir globalmente, com o objetivo de atrair investimento e conquistar novos públicos. Conjuntamente contribuem para a vida da comunidade, podendo desta forma ser uma solução para problemas sociais. Mais ainda, os *cultural quarters* ou bairros culturais podem também servir para regenerar áreas urbanas, como é o caso da área de museus de Frankfurt, do bairro cultural industrial de Sheffield’s e do bairro de artistas de Dublin, em Templebar (D’Angelo, 2000: 151-153).

De entre os diversos estudos científicos que analisam estes tipos de estratégias (veja-se, por exemplo, Bernardi, 2006; Francesconi e Dossena, 2016; Le Blanc, 2010; McCarthy, 2005; Montgomery, 2003; Noonan, 2013; Sacco *et al*, 2013) é possível detetar diferentes abordagens do conceito. Utilizam-se diferentes designações como *cultural districts* e *cultural quarters* e existem vários exemplos de implementação destes aglomerados culturais em diferentes lugares. Muitos localizam-se em Itália e em Inglaterra, sendo que cada um tem as suas especificidades. Apesar de terem critérios de base semelhantes, cada caso é um caso, dependente das características do território, dos objetivos pretendidos e dos meios disponíveis.

De entre as diversas denominações existentes para os referidos aglomerados culturais, uma das que mais se aproxima do caso que será abordado nesta dissertação - o projeto Bairro dos Museus, em Cascais - é a de distrito cultural, mais especificamente distrito cultural de museus. Assim, para este conceito, utiliza-se como referência nesta

dissertação a abordagem de Walter Santagata (2002 e 2006), que apresenta uma explicação ampla e clara deste conceito que se tem tornado um fenómeno global.

Este economista italiano considera que os distritos culturais nasceram na intersecção de três revoluções modernas: a do conhecimento tecnológico, a do conhecimento de informações (caracterizada pela expansão do sistema distributivo global possibilitado pela *Internet*) e a da produção de conhecimento cultural (da qual a expansão transforma estilos de vida e possibilidades) (Santagata, 2002: 20).

Segundo este autor, os distritos culturais são definidos por duas condições básicas que são a localização e a natureza idiossincrática da cultura produzida: “In theoretical terms, a cultural district arises at the confluence of two phenomena: that of localization, as first identified by Marshall, and that of the peculiar or “idiosyncratic” nature of culture” (Santagata, 2006: 1103). A primeira condição enunciada deriva do trabalho de Alfred Marshall que foi pioneiro no estudo da indústria localizada (Santagata, 2006: 1104). O segundo requisito para a criação de um distrito cultural tem a ver com a própria estrutura social e com a cultura local. Esta é idiossincrática, ou seja, tem determinadas características distintivas, dado que para a sua produção é necessário um conhecimento que está de certa forma implícito nas comunidades, passando, de geração em geração, os gostos, estilos de vida, instituições e organizações (Santagata, 2006: 1106-1107). Ainda uma terceira componente desta teoria de distritos culturais é a herança cultural local, que se traduz uma fonte de identidade e de criatividade (Santagata, 2006: 1106).

Desta forma, os bens culturais têm características espaciais e temporais específicas: “The production of a culture is indissolubly linked to a place, or in a social sense to a community and its history” (Santagata, 2006: 1106). São estas características, do ambiente social e da evolução histórica de um local, que se tornam vantagens competitivas a serem exploradas e realçadas. A inspiração para a construção de uma indústria de cinema, de um conjunto de serviços de museus ou de um complexo eno-gastronómico, vem de uma ligação cultural ao espaço em que se inserem. Estes diferentes serviços transformam a criatividade em cultura e a cultura em bens e serviços valiosos economicamente (Santagata, 2002: 11).

Assim, a cultura, para além dos seus valores materiais e espirituais na vida de uma comunidade, tem sido reconhecida como um recurso para o crescimento económico sustentável. Isto deve-se às suas características intelectuais, criativas e sociais (conteúdo simbólico e poder identitário) que geram um impacto positivo em campos económicos como o turismo (Santagata, 2002: 9). A experiência italiana é um bom exemplo, dado que os seus distritos industriais têm gerado crescimento sustentável. As atividades culturais orientam-se para o crescimento económico quando são governadas pela lógica dos distritos industriais, através do desenvolvimento de pequenas e médias empresas: “Italian industrial districts,

such as those producing glass in Murano-Venice or woven goods and apparel in Prato or Biella, constitute an ideal model for the production of cultural goods” (Santagata, 2002: 10).

Contudo, os distritos industriais são apenas um dos tipos de distritos culturais. São vários os exemplos dos diferentes tipos, principalmente na Europa mas não só:

from Hollywood to Spoleto; from Chianti-shire in Tuscany and vineyards in Bourgogne to car design in Turin; from the pottery district of Caltagirone in Sicily to the audiovisual district of Babelsberg in Berlin; from the fashion district in Milan to local museums networks in France (Santagata, 2002: 10).

Santagata propõe quatro modelos de distritos culturais. O referido distrito cultural industrial, que serve de exemplo para os outros modelos, baseia-se principalmente em externalidades positivas, cultura localizada, tradições de artes e ofícios e em fidelizar consumidores culturais. O segundo modelo é o distrito cultural institucional, que é baseado no estabelecimento de direitos de propriedade e em valores simbólicos. Outro modelo apresentado é o distrito cultural metropolitano, focado na comunicação, tecnologia, artes performativas, indústrias de lazer e comércio eletrónico. Por fim, o distrito cultural de museus tem por base as externalidades de rede e a procura do tamanho ideal (Santagata, 2002: 11). Isto significa que pretende ser um complexo de museus, constituindo uma rede que traga várias vantagens para os museus bem como para o local e que satisfaça da melhor forma as necessidades do público. Este é o modelo que será aqui detalhado, visto ser a melhor referência para o caso analisado nesta dissertação, dadas as características em comum com o Bairro dos Museus de Cascais.

Os distritos de museus, segundo o autor, são a forma mais explícita de distrito cultural, normalmente localizam-se no centro histórico e a sua densidade tem o efeito de atrair muitos visitantes. Este tipo de distrito cultural é um projeto das políticas culturais públicas: “A museum cultural district is the product of public policy” (Santagata, 2002: 17). As condições básicas para a formação de um distrito cultural de museus, tal como no caso dos distritos culturais institucionais, são a presença da cultura local e uma opção inicial institucional. No caso dos distritos culturais de museus, a sua criação provém de uma decisão municipal para estabelecer uma zona de museus. O projeto destes distritos é orientado para a valorização económica através do estabelecimento de uma rede inovadora à volta do património histórico e artístico local (Santagata, 2002: 17-18).

Segundo Walter Santagata, a realização de distritos culturais de museus tem um vasto e diversificado impacto. Resulta na projeção internacional de uma ótima imagem local, sendo, portanto, considerada um investimento em reputação. Deste modo, gera efeitos positivos na própria área cultural e na área do turismo, veja-se que: “Its realization increases

the demand for hotel services. Tourist expenses extend to several crafts and design-based activities and other cultural services” (Santagata, 2002: 18).

O desafio dos distritos de museus é não apenas reunir os museus já existentes, mas sim criar uma unidade representativa com melhor qualidade, programação e gestão de recursos. Assim, são também um meio para encontrar um tamanho ideal: “In these sense, each museum should aspire to endogenous growth or to joining other cultural structures in order to reach efficiency in terms of productive capacity, quality of services and level of reputation” (Santagata, 2002: 18).

Walter Santagata explica que o tamanho adequado e a realização de economias de escala e de variedade criam externalidades positivas essenciais para o crescimento qualitativo dos museus. As principais externalidades produzidas são as externalidades de rede (a grande quantidade de museus num espaço delimitado oferece aos visitantes uma melhor atmosfera cultural com um maior leque de possibilidades), as externalidades de consumo (a procura de um bem aumenta devido ao facto de outros consumirem o mesmo bem), as externalidades de tempo (as pessoas otimizam o seu tempo) (Santagata, 2002: 18). As economias de escala e de variedade, conseguidas através da realização de uma dimensão adequada, são muitas:

The provision of commercial services may be improved. The staff and the collections can be managed with more positive results, as can the realization of a systematic calendar of the events. Many activities in three strategic areas – scientific and cultural, managerial and technical assistance – can be centralized with obvious advantages in terms of facilitating decisions and saving on costs of employment redundancies (Santagata, 2002: 18-19).

Quanto à estruturação do campo cultural de um local de pequena escala existem desvantagens como o facto de se depender das condições locais, particularmente na área da criação/produção. Contudo, existem também vantagens como a facilidade de comunicação entre os agentes culturais: “a pequena escala tem uma vantagem adicional, ao permitir redes de comunicação informais, flexíveis e ágeis, desburocratizando processos de decisão e densificando os contactos entre os agentes culturais” (Lopes, 2000a: 82-83).

Santagata considera que apesar de alguns casos gerarem pequenos inconvenientes, espera-se que a evolução dos distritos culturais seja benéfica de muitas formas, tais como: “job creation, income generation, improved institutional capacity, international openness and the intergenerational transmission of creativity” (Santagata, 2006: 1117). Nos casos específicos do distrito cultural metropolitano e do distrito cultural de museus, o economista italiano considera que a sua implementação corre o risco de falhar “but it may be that risk can be reduced simply by respecting the local cultural endowment” (Santagata, 2002: 21). Aponta também que os quatro tipos de distrito cultural, apesar das suas diferenças

significativas, são complementares: “Taken together they show the potential for new paths of economic development and local growth” (Santagata, 2002: 20).

O distrito cultural de museus está a estabelecer-se como um marco coletivo capaz de melhorar o valor de um dado local e consequentemente atrair turistas e estudantes. Alguns exemplos que o comprovam são: “The Quartier Museum of Wien, the Insel Museum of Berlin, the museums of the city of Strasbourg or the museums of the Savoy collections in Turin” (Santagata, 2002: 22). Também outro muito conhecido é o Museum Quarter em Amesterdão.

Ainda que a definição de distritos culturais proposta por Walter Santagata seja bastante abrangente e esclarecedora, como acontece com qualquer fenómeno social, não é perfeita: “As with all social phenomena, any definition of cultural district remains in some sense imperfect, due to its progressive evolution along with the continuous transformations of the local society and its economic structure” (Santagata, 2002: 20).

3. METODOLOGIA

Nesta dissertação, a estratégia metodológica escolhida foi a qualitativa/compreensiva por ser a mais adequada para tratar o tema de estudo. A pesquisa qualitativa tem uma estrutura flexível e implica a realização de descrições detalhadas e perceber o contexto social como um processo (Bryman, 1992: 61).

A escolha do tema desta dissertação veio do interesse despertado pelo projeto Bairro dos Museus, na altura que o escolhi como tema de trabalho, em abril e maio de 2015, no âmbito da disciplina “Projetos culturais de Património” deste Mestrado. Assim, para a realização desta dissertação, considerou-se necessário compreender o funcionamento das políticas culturais locais e, com base na caracterização realizada na *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais* (Santos, Lima e Neves, 2005), e na observação da situação atual (2016) identificar, recorrendo a um método comparativo diacrónico, as evoluções entretanto ocorridas na última década, do ponto de vista das políticas públicas e da realidade social e cultural do concelho. Deste modo, foi possível contextualizar o projeto Bairro dos Museus, sua génese e desenvolvimento.

O trabalho teve início com a pesquisa bibliográfica, onde se exploraram os conceitos-chave. Para realizar a componente empírica desta dissertação, o principal método escolhido foi a análise documental e de conteúdo de diversas fontes, designadamente: estatísticas oficiais (INE), folhetos e brochuras de divulgação das atividades culturais realizadas em Cascais (com especial atenção aos do Bairro dos Museus), legislação, documentos e regulamentos da Câmara Municipal de Cascais (CMC), jornais locais e *sites* institucionais (ver webgrafia). Foram ainda consideradas comunicações de um congresso (Espinheira, 2015) e de um seminário (Menezes, 2015b).

Outra forma de recolha de informação foi a entrevista semi-diretiva realizada em abril de 2015, no âmbito do trabalho final da disciplina “Projetos Culturais de Património”, que consistiu numa reflexão sobre o projeto Bairro dos Museus. O entrevistado foi Salvato Telles de Menezes, Presidente da FDL, entidade responsável pelo projeto conjuntamente com a CMC. Esta entrevista foi realizada na fase exploratória da investigação que veio a dar lugar à presente dissertação.

Por morar em Cascais, foi ainda utilizado o método de observação direta (Quivy e Campenhoudt, 2013: 196). Assim, os equipamentos culturais são familiares, facilitando a tomada de imagens e a recolha de materiais de divulgação diversos, como por exemplo folhetos. Para além disso, no decorrer desta dissertação, teve-se acesso a algumas informações através de informantes privilegiados (observadores participantes), que refiro no final do subcapítulo 4.2.2. (evolução da oferta cultural) e no final do capítulo 5.3. (implementação do Bairro dos Museus). Portanto, o facto de viver em Cascais permitiu um

conhecimento prévio da dinâmica do espaço e facilitou ainda estas conversas informais. De certo modo, as conversas funcionam como entrevistas não estruturadas, que são “parte de um programa de investigação e utilizam o conhecimento que o investigador tem da situação social” (Burgess, 1997: 116). As entrevistas “podem ajudar o investigador no acesso a situações que, ao longo do tempo, e conforme o lugar ou a própria situação, eram ‘fechadas’” (Burgess, 1997: 116).

Portanto, estes foram os métodos utilizados para responder às minhas perguntas de partida (ver capítulo 1).

4. CASCAIS: O CONCELHO E AS POLÍTICAS PARA A CULTURA

Este quarto ponto divide-se em três capítulos (e cada um deles tem dois subcapítulos): o concelho, que por sua vez trata da caracterização sociodemográfica e dos indicadores de cultura de Cascais; a oferta cultural e as políticas culturais locais, sendo que cada um destes refere-se primeiro ao contexto atual e seguidamente à evolução de 2005 para 2015.

4.1. O concelho

O concelho de Cascais situa-se no Distrito de Lisboa, mais especificamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), na área da Grande Lisboa, e é rodeado pelo Oceano Atlântico, por Sintra e por Oeiras. Atualmente o concelho ocupa uma área de “97,4 Km² e divide-se em quatro freguesias: Alcabideche, Carcavelos-Parede, Cascais-Estoril e S. Domingos de Rana” (Henriques, 2014: 5)².

A freguesia Cascais-Estoril é especialmente atrativa, tanto pelo centro histórico da vila de Cascais, que tem mais de 650 anos de história – Cascais recebeu a designação de vila em 1364 – como pelas suas praias, que no séc. XIX foram o local de veraneio da Corte (Henriques, 2014: 3).

Cascais mantém-se um local de veraneio e de lazer, constituindo “um destino turístico privilegiado em Portugal” (Santos, Lima e Neves, 2005: 67) com ótimas condições de acolhimento, desde a hotelaria e restauração de grande qualidade à sua população hospitaleira.

É ainda motivo de destaque o facto de o concelho ser detentor de um vasto conjunto de património imóvel classificado³. Não descurando a sua preservação, no “início do século XXI, o município de Cascais investiu fortemente na defesa do património histórico e cultural, como garante da sua autonomia, impulsionando a criação de novas infraestruturas e serviços” (Henriques, 2014: 93).

4.1.1. Caracterização sociodemográfica do concelho

População

O concelho tem 208.514 residentes (INE, 2014), sendo que foi na década de 70 que alcançou a fasquia dos 100 mil habitantes e em 1900 totalizava apenas 11 mil habitantes.

² As freguesias foram organizadas desta forma recentemente, até 2013 eram seis.

³ Para informação detalhada consultar “Património Classificado”, disponível em: <http://www.cascais.pt/sub-area/patrimonio-classificado>.

Assim, verifica-se que ao longo do século a população residente aumentou bastante e de forma contínua (Santos, Lima e Neves, 2005: 38), destacando-se o facto de que nos últimos 46 anos duplicou.

O concelho de Cascais apresenta uma densidade populacional de 2.140,8 hab/km², que pode ser vista como elevada se compararmos com o próprio país (113,1 hab/km²) ou com a capital (931,1 hab/km²). Relativamente à área da Grande Lisboa, Cascais é o quinto concelho com maior população. Em 2013, teve uma taxa de crescimento efetivo de 0,09% (INE, 2014).

Idade

Quanto à caracterização da população por Idade, o concelho é marcado pelo envelhecimento. Entre 2001 e 2011, apesar do grupo etário mais jovem (com menos de 14 anos) e a população potencialmente ativa (aqui considerada entre os 25 e os 64 anos) registarem variações positivas, de 27% e de 20% respetivamente, foi a faixa etária com mais de 65 anos que registou a maior variação (43%). Refira-se ainda que o grupo entre os 15 e 24 anos apresentou uma variação negativa (-4%) (INE, 2012). Os dados mais recentes mostram que em 2013 o índice de envelhecimento é alto (112%), de 112 idosos por cada 100 jovens. No entanto, o índice de envelhecimento nacional é ainda maior, registando 136 idosos por cada 100 jovens e o do concelho de Lisboa é o mais elevado de Portugal, com 190 idosos por cada 100 jovens (INE, 2014: 42).

Estrangeiros Residentes

Relativamente aos residentes do concelho de Cascais, um aspeto importante refere-se à população estrangeira⁴, que em 2001 representava 8% da população. Este aspeto liga-se a “problemas de diversidade cultural e de públicos-alvo de políticas culturais públicas” (Santos, Lima e Neves, 2005: 64). Os dados mais recentes, de 2013, mostram que a população estrangeira residente já representa 9,7% da população concelhia. É o terceiro

⁴ A propósito da população estrangeira residente no concelho, refira-se que há alguns museus no centro histórico de Cascais e eventos recorrentes na freguesia Cascais-Estoril que são dirigidos a este segmento de público e que a “significativa oferta cultural gratuita e constante (temporária e permanente) e a variedade de contextos possíveis para práticas de sociabilidade em idioma estrangeiro contribuem fortemente para o potencial de atração de estrangeiros para o concelho de Cascais” (Santos, 2012: 35-36). As práticas culturais dos estrangeiros são relevantes, na medida em que são um público a ter em conta na estruturação da oferta cultural em Cascais.

concelho da Grande Lisboa com mais residentes estrangeiros. O primeiro é Lisboa e Sintra é o segundo (INE, 2014).

Quanto à nacionalidade dos estrangeiros residentes, em Portugal a maioria dos imigrantes vem do Brasil, seguindo-se Cabo Verde, Ucrânia e Roménia. No município de Cascais a proveniência é semelhante, com a diferença de que a Roménia vem em segundo lugar, em vez de em quarto (INE, 2014).

Nível de ensino

No que diz respeito ao nível de ensino da população cascalense, o que reúne um maior volume populacional é o Ensino superior (27%), seguindo-se o Ensino secundário (20%) e o 1º ciclo do Ensino básico (20%) (INE, 2012). Isto mostra uma melhoria muito significativa, já que em 2001 o Ensino Superior reunia um volume menor (22%), o Ensino Secundário tinha um volume de 22% e o 1º ciclo do Ensino Básico é que reunia o maior volume (24%). Portanto destaca-se o facto de se verificar um aumento de residentes com nível de Ensino Superior. Importa também referir que ao passo que nesse ano os que não tinham atingido nenhum nível de escolaridade representavam 11% da população (Santos, Lima e Neves, 2005: 51), nos Censos de 2011 já só representam 6,6%. Refira-se ainda que a taxa de analfabetismo nacional é de 3,23% e a de Cascais é de 2,45% (INE, 2012). Estes dados mostram uma evolução positiva em comparação com os registados em 2001, 9% e 4,5% respetivamente (Santos, Lima e Neves, 2005: 51). Deste modo, verifica-se que a população do concelho é bastante escolarizada.

Atividade

No que se refere à população ativa em Cascais (49,5%) observa-se que, em 2011, considerando a população ativa empregada (43,6%), o setor de atividade claramente dominante é o setor Terciário (86,3%) (INE, 2012).

No que toca à profissão principal de trabalhadores por conta de outrem, no concelho de Cascais, verifica-se que é a secção Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as que apresenta o maior número (8.841), enquanto a secção dos Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta apresenta o menor número (249) (INE, 2015b: 120). No Continente e na AML verifica-se a mesma relação (Idem).

Em Cascais, destaca-se ainda que as outras duas categorias com maior volume de trabalhadores são os Especialistas das atividades intelectuais e científicas (4.604), e Pessoal administrativo (4.201) (INE, 2015b: 120). Note-se que “os estudos de públicos e de

práticas culturais têm mostrado a importância das categorias profissionais na identificação dos grupos cuja relação é mais próxima ou, pelo contrário, mais distante das práticas culturais” (Santos, Lima e Neves, 2005: 58).

Quanto ao desemprego, é facto que a nível nacional aumentou de 2001 para 2015. Isso pode-se constatar observando as estatísticas de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (INE, 2016). Em 2001 a taxa de desemprego em Portugal era de 4,7%, a da AML era de 5,0% e a de Cascais era de 4,7%. Em 2015 a de Portugal era de 8,3%, a da AML 7,5% e a de Cascais 7,2% (INE, 2016). Assim, também em Cascais o desemprego aumentou significativamente de 2001 para 2015. Contudo, enquanto em 2001 a taxa era igual à de Portugal, em 2015 a taxa de desemprego em Cascais é consideravelmente mais baixa (menos 1,1 ponto percentual) do que a nacional. Em comparação com a AML, novamente a de Cascais é menor, mas a diferença é pouca (menos 0,3 pontos percentuais tanto em 2001 como em 2015).

Relativamente aos setores de atividade do concelho, a área que mais se destaca é o turismo, sendo que a freguesia Cascais-Estoril é a mais visitada. Em 2013, Cascais regista 587 dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por cada 100 habitantes, sendo um dos concelhos de Portugal com mais dormidas. O concelho de Cascais tem uma grande capacidade de alojamento turístico, contando com 51 estabelecimentos. Nestes, em 2013, a ocupação de hóspedes portugueses é significativa (28%) mas a de estrangeiros é bastante superior (72%), sendo que a maior parte dos hóspedes estrangeiros vem de Espanha, Reino Unido e França (INE, 2014: 246-251).

4.1.2. Indicadores da Cultura

Relativamente à área da cultura no concelho de Cascais destacam-se dois indicadores: a despesa do município com cultura e o número de visitantes de museus.

Despesa com Cultura

É importante referir que, de acordo com o quadro nº 1, do total de despesas municipais em 2013, apenas 3,32% foi utilizado em atividades culturais. A junção da despesa da cultura com a de desporto totalizou 4,7% (INE, 2014: 79).

Desta forma, verifica-se uma diminuição da despesa com cultura na despesa total do município, posto que dez anos antes, em 2003, a percentagem da despesa com este setor era de 4,1% e o volume de 5,4 milhões de euros (Santos, Lima e Neves, 2005: 103-107).

Isto poderá estar relacionado com o facto de que no início do século XXI ter havido um grande investimento do município de Cascais em equipamentos culturais (ver adiante cap. 4.2.2).

Quadro 1 - Despesas da Cultura em Cascais em 2013 (em milhares de Euros)

	Despesas do município de Cascais com Cultura	Total de Despesas Municipais em Cascais	Percentagem
Despesas Correntes	3.575	106.849	3,35%
Despesas de Capital	760	23.666	3,21%
Total	4.335	130.515	3,32%

Fonte: INE (2014), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Ao analisar a despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante, verifica-se que o concelho de Cascais, no contexto da AML encontra-se numa posição intermédia, com 17,2€ por habitante. Contudo, está abaixo de Portugal (36,2€) e da AML (Grande Lisboa tem 27,4€ e Península de setúbal tem 34,9€). Neste sentido, mantém a mesma posição que ocupava em 2005: “quando ponderada pela população, situa-se numa modesta posição intermédia, embora abaixo das médias nacional e da GAML” (Santos, Lima e Neves, 2005: 122). No entanto, destaca-se que no contexto da Grande Lisboa encontra-se numa posição mais elevada, sendo o 4º concelho com maior despesa em atividades culturais por habitante (INE, 2014: 79).

Visitantes de Museus

Ao nível de visitantes de museus regista-se um aumento muito significativo. Em 2002, o “panorama na GAML⁵ quanto aos museus mostra que Cascais ocupa um lugar relativamente modesto no que toca aos Visitantes” contando 19.940 visitantes (Santos, Lima e Neves, 2005: 303). Como se pode verificar pelo quadro nº 2, em 2013 os museus de Cascais contaram com um total de 190.622 visitantes. Portanto, num período de 11 anos, o número de visitantes de museus em Cascais aumentou para dez vezes mais. E

⁵ A GAML (Grande Área Metropolitana de Lisboa) é atualmente designada por Área Metropolitana de Lisboa (AML), abrangendo 2 áreas: a Grande Lisboa – que inclui os concelhos de Cascais, Oeiras, Lisboa, Sintra, Odivelas, Amadora, Loures, Mafra e Vila Franca de Xira – e a Península de Setúbal – esta inclui Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra (www.aml.pt consultado em 27-07-2016).

particularmente apura-se uma média de 38.124 visitantes por museu, sendo que 8% destes eram visitantes escolares (INE, 2014: 79).

Quadro 2: Museus e Visitantes por Concelho da Grande Lisboa em 2013

	Número de Museus	Total de Visitantes
Amadora	2	10.859
Cascais	5	190.622
Lisboa	41	3.272.142
Loures	0	0
Mafra	4	254.518
Odivelas	0	0
Oeiras	1	Sem informação
Sintra	7	Sem informação
Vila Franca de Xira	3	101.580

Fonte: INE (2014), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Comparativamente com os concelhos da Grande Lisboa também a evolução pode ser considerada positiva, dado que a posição de Cascais melhorou de 2002 para 2013. Pode-se observar, pelo quadro nº 2, que Mafra e Lisboa têm mais visitantes, mas que Vila Franca de Xira e Amadora têm menos do que Cascais.

4.2. Oferta cultural: contexto atual e evolução

4.2.1. Oferta cultural atual

Uma vez que as políticas culturais de Cascais são objeto de estudo desta dissertação é imprescindível ter conhecimento do território a que as mesmas se aplicam. Dado que quando se pretende “estudar a implantação do setor cultural impõe-se a restrição do universo aos equipamentos culturais” (Santos, Lima e Neves, 2005: 127), o foco principal neste ponto será uma breve apresentação dos equipamentos culturais existentes no ano de referência do presente estudo, 2016.

Definições

Antes de mais, importa ter em conta algumas definições do que irá aqui ser abordado. A primeira a destacar é a noção de *equipamento*, a qual “remete para uma totalidade definida por uma função dominante”. Portanto, neste caso, o foco incidirá sobre os que tem a função cultural como predominante. A outra noção que também é de referir é a de *valência*, esta é “uma parte de uma unidade mais vasta, cujo objetivo ou utilização permanente ou momentânea podem, ou não, ser distintos dos dessa unidade onde se insere” (Santos, Lima e Neves, 2005: 125). De seguida, faz-se a distinção do que é “*cultural* ou *não cultural*, ou seja, aqueles cuja função ou utilização principal é cultural e aqueles cuja função ou principal utilização é diversa, mas aonde se realizam actividades culturais com alguma regularidade” (Idem). Tanto os equipamentos como as valências podem ser culturais ou não culturais. São exemplos de equipamentos não culturais: as sedes de junta de freguesia, os pavilhões desportivos, as igrejas e os jardins públicos (Santos, Lima e Neves, 2005: 125).

Equipamentos Culturais

No leque de equipamentos culturais municipais estão incluídos os museus, os centros culturais, as associações culturais, os arquivos, as bibliotecas, os auditórios e os teatros (Santos, Lima e Neves, 2005).

Arquivo

Cascais tem um arquivo municipal, o Arquivo Histórico Municipal de Cascais, que foi criado em 1987, estando atualmente sob a responsabilidade da Divisão de Arquivos,

Bibliotecas e Património Histórico. Tem funcionado no Complexo Municipal Multisserviços da Adroana mas passará em breve a instalar-se na Casa Henrique Sommer (situada no centro histórico de Cascais). Desde 2010, passou a estar on-line o Arquivo Histórico Digital de Cascais, através do qual é possível aceder on-line a todas as descrições e digitalizações da documentação já processada arquivisticamente (<http://cascais.pt/arquivohistoricodigital>).

A Casa Henrique Sommer, com arquitetura do final do séc. XIX, é classificada como Imóvel de Interesse Municipal e encontra-se em requalificação desde 2013, depois de vencidos os obstáculos que atrasaram por anos o começo previsto da requalificação⁶. A reabilitação é financiada em 65% pelo Programa Operacional Regional de Lisboa⁷. Estará para breve a sua abertura e será incluída no espaço abrangido pelo Bairro dos Museus (ver capítulo 5).

Nesta Casa irá também ser instalada a Livraria Municipal, serviço de venda publicações da autarquia (ou por esta apoiadas), com especial enfoque na área do património⁸. Inaugurada em 2001, esta Livraria conta atualmente apenas com o serviço *on-line* e vendas em alguns museus⁹.

Bibliotecas

Sob a responsabilidade da mesma divisão do Arquivo Histórico Municipal - a Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico - encontram-se as três Bibliotecas Municipais, que integram a Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública¹⁰. As Bibliotecas disponibilizam serviços variados, de entre os quais os comuns são: “Consulta gratuita de livros, periódicos e multimédia; empréstimo domiciliário gratuito; acesso gratuito aos computadores públicos e à *internet* sem fios, organização de eventos” (CMC, 2016) e um catálogo on-line.

A Biblioteca Casa da Horta da Quinta de Santa Clara foi inaugurada em 2001, sendo a primeira a integrar a Rede Nacional de Bibliotecas de Leitura Pública. Funciona num

⁶ Castro, Laís (2013), “Casa Sommer: obras de recuperação vão finalmente arrancar”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 27, 20jun, p. 7.

⁷ CMC, “Requalificação da Casa Sommer” (11-12-2015), disponível em <http://www.cascais.pt/requalificacao-da-casa-sommer> consultado em 20-09-2016.

⁸ CMC, “Livraria Municipal de Cascais”, disponível em <http://www.cascais.pt/sub-area/livraria-municipal-de-cascais> consultado em 20-09-2016.

⁹ CMC, “Venda de edições municipais centralizada na Livraria do edifício Cascais Center” (27 de agosto de 2012), disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/venda-de-edicoes-municipais-centralizada-na-livraria-do-edificio-cascais-center> consultado em 20-09-2016.

¹⁰ www.cascais.pt consultado em 15-07-2016.

edifício do séc. XVIII e entre as suas valências destacam-se o espaço de leitura ao ar livre e o Auditório.

A Biblioteca Infantil e Juvenil é a mais antiga. Como o próprio nome indica tem um público-alvo específico e localiza-se no Parque Marechal de Carmona desde 1975. Antes disso, em 1971, ainda funcionou numa sala anexa à Biblioteca Municipal do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e até 2003, ano em que a sua gestão passou para o município, era gerida pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A Biblioteca de S. Domingos de Rana, é a única biblioteca municipal que não está instalada na freguesia de Cascais-Estoril e é a mais recente. Foi inaugurada em 2005, num edifício de arquitetura moderna, construído com o propósito de servir de biblioteca e que conta com vários pátios e diversas áreas funcionais, incluindo uma sala polivalente¹¹.

Contemplaram-se apenas as bibliotecas municipais enquanto equipamentos culturais. Ficaram de fora as bibliotecas que constituem valências culturais de outros equipamentos culturais, bem como os centros de documentação (como o do Espaço Memória dos Exílios, do Museu da Música Portuguesa e da Casa Reynaldo dos Santos).

Centro Cultural de Cascais

Num conjunto arquitetónico conhecido como as Casas da Gandarinha (desde 1977 pertencente à CMC), onde há séculos atrás (1641) existiu um convento (Convento da Nossa Senhora da Piedade), está hoje em funcionamento, desde 2000, o Centro Cultural de Cascais (CCC). É um equipamento polivalente, em que as atividades centrais são a expositiva e a musical.

O projeto do CCC surgiu numa época em que, tal como se verifica atualmente, a autarquia estava a investir em equipamentos e eventos culturais como uma das suas prioridades. Assim, este Centro Cultural nasceu da vontade de salvaguardar o património, para preservar a identidade do centro histórico de Cascais, e de criar um espaço que fosse aumentar e diversificar a oferta cultural e consequentemente impulsionar a projeção do município para além da localidade, de modo a atrair novos públicos e turistas (Martinho e Gomes, 2005: 17-23). Podem-se evidenciar os objetivos da sua criação:

O projecto do Centro Cultural de Cascais comporta, assim, três desígnios fundamentais: i) aumentar as condições para o desenvolvimento de uma oferta qualificada, sobretudo de exposições, e, desse modo, incentivar a procura fidelizada, também naquele domínio; ii) contribuir para a requalificação patrimonial de Cascais, em particular do centro histórico, onde se localiza o CCC, que passou a integrar um significativo conjunto museológico e patrimonial, na zona da Parada; iii) integrar o concelho num roteiro cultural de “vanguarda” e alcançar

¹¹ www.cascais.pt consultado em 15-07-2016.

projecção além da escala local, com consequente reforço também do capital turístico (Martinho e Gomes, 2005: 24)

Destaca-se que o CCC se localiza no centro histórico de Cascais, integrando um conjunto de museus, conforme o desígnio ii) acima citado, numa área que era denominada de perímetro ou zona da Parada. Esta é limitada geograficamente “a Oeste pelo Farol de Santa Marta, a Este pela Cidadela e a Norte pelo Museu do Mar” (Carvalho, 2010: 34) abrangendo o Parque Marechal Carmona e vários equipamentos culturais, com diferentes especializações (Martinho e Gomes, 2005: 26).

Relativamente aos modos de funcionamento, este equipamento cultural municipal é, desde 2001, gerido conjuntamente pela Fundação D. Luís I e pela CMC. Nesta gestão cabe à FDL, devido às suas competências no campo das artes visuais (Martinho e Gomes, 2005: 53), a programação das exposições. Por outro lado, a Divisão de Animação e Promoção Cultural (DAPC) está encarregue da programação do auditório pois, já antes da abertura do CCC coordenava iniciativas na área cultural, nomeadamente:

as apresentações de formações musicais apoiadas regularmente pela câmara, como o Moscow Piano Quartet e a Orquestra da Câmara de Cascais, cujas temporadas de concertos têm sede no auditório do CCC e que antes da inauguração do CCC, se realizavam noutros espaços camarários, como o Museu Condes de Castro Guimarães ou o Teatro Gil Vicente (Martinho e Gomes, 2005: 30)

É ainda de referir que o CCC é dinamizado pelo Serviço Cultural e Educativo e tem como exposição permanente o acervo da FDL, adquirido ao longo dos anos de existência da Fundação “a partir da doação de obras pelos artistas que têm exposto no CCC” (Martinho e Gomes, 2005: 34).

Museus

O concelho de Cascais tem atualmente 17 espaços museológicos, nomeadamente, o Museu Condes de Castro Guimarães, o Museu do Mar – Rei D. Carlos, a Casa de Histórias Paula Rego, o Farol-Museu de Santa Marta, a Casa de Santa Maria, a Casa Duarte Pinto Coelho, a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, o World Press Cartoon – Casa do Cartoon, o Palácio Real da Cidadela de Cascais, o Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, o Espaço Memória dos Exílios, o Forte de São Jorge de Oitavos, o Museu da Vila, a Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos, o Moinho de Armação – Tipo Americano, o Marégrafo de Cascais e o Espaço Memória Teatro Experimental de Cascais (TEC).

Todos estes museus são de gestão municipal, exceto o Palácio Real da Cidadela de Cascais que é gerido pela Presidência da República. Alguns deles são, desde a sua criação,

de gestão partilhada entre a CMC e a Fundação D. Luís I (FDL), nomeadamente a Casa de Histórias Paula Rego e a Casa Duarte Pinto Coelho. Acrescenta-se ainda o facto de que, desde 2015, com o projeto Bairro dos Museus, a maioria tem esta gestão conjunta (ver subcapítulo 5.2.3) – são exceções a isso: o Moinho de Armação, o Marégrafo e o Espaço Memória do TEC.

O Museu Condes de Castro Guimarães é “um edifício de referência na paisagem habitual dos habitantes de Cascais, mas também um elemento arquitectónico” (António Capucho e Ana Clara Justino em Carvalho, 2008: 8). Este museu está aberto ao público há mais de 80 anos, mais precisamente desde 1931. O palacete onde se insere foi mandado construir por Jorge O’Neill no início do séc. XX e vendido ao Conde Manuel de Castro Guimarães em 1910. Este, por sua vez, em 1924, legou o “edifício juntamente com o seu mobiliário, livros, objectos de arte e propriedade anexa (...) à vila de Cascais com o propósito de aí ser criado um museu municipal e uma biblioteca e jardim público” (Santos e Neves, 2005: 26). E assim foi sendo que a Biblioteca foi uma valência muito importante por ser a única de leitura pública no município até o seu acervo ser transferido em 2000 para a Casa da Horta da Quinta de Santa Clara (Santos e Neves, 2005: 26). Este museu situa-se no Parque Marechal Carmona, no centro histórico de Cascais, na antes denominada ‘zona da Parada’.

O Museu do Mar – Rei D. Carlos está também situado no centro histórico da vila, no antigo perímetro da Parada. Foi inaugurado formalmente em 1992 e tem o mar como tema nuclear. O museu tem uma exposição permanente, que resulta, em parte, de investigações científicas que permitiram a integração de um acervo de exemplares de fauna e flora e de uma outra fase “de aproximação à comunidade piscatória local” (Santos e Neves, 2005: 26-27). Atualmente conta com um circuito expositivo que tem cinco salas temáticas e “promove regularmente a realização de exposições temporárias de curta duração (3/4 meses); conferências, colóquios e seminários de carácter científico”¹².

Mesmo ao lado do Museu do Mar, encontra-se a Casa de Histórias Paula Rego, inaugurada em setembro de 2009. A artista Paula Rego escolheu Cascais para a construção da Casa das Histórias, um museu com projeto do arquiteto Eduardo Souto de Moura. Este museu tem cerca de 750m² de áreas de exposição permanente e temporária, cafetaria, loja, livraria e um auditório com capacidade para 200 lugares. Com um serviço educativo dinâmico e uma programação diversificada, a Casa de Histórias pretende não só reforçar o panorama nacional de arte contemporânea, mas “sobretudo, inscrever-se no circuito internacional da arte e dos seus públicos”.

¹² Nesta página, a partir desta nota, a informação é proveniente do site <http://www.cm-cascais.pt/> consultado em 20-07-2016.

Ainda na zona da Parada, no centro histórico da vila de Cascais, estão o Farol-Museu de Santa Marta e a Casa de Santa Maria, um ao lado do outro, perto da marina de Cascais, e a Casa Duarte Pinto Coelho, à entrada do Parque Marechal Carmona.

O Farol-Museu de Santa Marta, após ter sido reabilitado, está aberto ao público desde julho de 2007. Este equipamento conjuga um espaço museológico com o farol, que mantém a sua função de sinalização costeira. O museu conta com uma coleção da Marinha Portuguesa/Direção de Faróis e contém 2 núcleos expositivos, um auditório onde passa um pequeno filme sobre a História dos Faróis de Portugal, uma loja e um Serviço Educativo. Os visitantes podem ainda ter acesso às plataformas do antigo forte, com vista para a Baía de Cascais, e à torre do farol.

A Casa de Santa Maria, tal como o Museu Condes de Castro Guimarães, foi mandada construir por Jorge O’Neil (aristocrata ligado à indústria tabaqueira) e é também associada à paisagem de Cascais. Esta casa, uma das obras mais representativas da arquitetura de Raul Lino, foi construída em 1902 e adquirida pela CMC em 2004. No seu interior, destaca-se a diversificada coleção de azulejos. Para além de visitas guiadas, recebe, de forma regular, conferências, apresentações de livros, workshops, exposições temporárias e cursos livres, e pode ainda ser requisitada para casamentos e outros eventos sociais e promocionais.

A Casa Duarte Pinto Coelho é a antiga Casa dos Guardas do Palácio Condes de Castro Guimarães, que terá sido construída no início do séc. XX. Tendo sido adaptada a espaço museológico e inaugurada em outubro de 2013, deve o seu nome às coleções que acolhe de Duarte Pinto Coelho, colecionador e decorador de prestígio, natural de Cascais¹³.

Também no mesmo perímetro, mais especificamente dentro da Cidadela de Cascais, situam-se a Fortaleza Nossa Senhora da Luz, o World Press Cartoon – Casa do Cartoon, o Palácio Real da Cidadela de Cascais e ainda o Cidadela Art District.

A Cidadela de Cascais foi cedida ao município em 2004. Em 2008, iniciou-se um concurso de concessão de exploração e reabilitação da Cidadela e as propostas teriam de ser apresentadas até janeiro de 2009 (Prado, 2008). O projeto de reabilitação terá sido concretizado entre 2009 e 2012. A Pousada de Cascais, do grupo Pestana (grupo hoteleiro, a quem foi cedida a exploração e que investiu na reabilitação), foi inaugurada em março de 2012 (Freitas, 2012). Conforme o projeto de 2002, a reabilitação da Cidadela, teria fins turísticos e culturais (Santos, Lima e Neves, 212-213). Assim, as realizações de objetivo cultural foram sendo concretizadas, como se pode ver em seguida, o Palácio Real

¹³ <http://www.cm-cascais.pt> e Mesquita, Marta (2013), “Casa Duarte Pinto Coelho ‘traz’ decorador de volta à sua Cascais”, *Caras*, 31out, disponível em www.caras.sapo.pt consultados a 22-07-2016.

(atualmente um polo do Museu da Presidência da República) abriu ao público em 2011, a Casa do Cartoon em 2015 e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz reabriu em 2016.

O Palácio Real da Cidadela de Cascais, é atualmente um polo do Museu da Presidência da República, que foi aberto ao público em novembro de 2011¹⁴, após ter sido reabilitado. Este património histórico da vila serve também de residência de verão para o Presidente da República. Para além da possibilidade de visita a este polo museológico, existe ainda a programação de visitas guiadas e exposições temporárias bem como iniciativas como conferências e lançamentos de livros¹⁵.

O novo espaço cultural World Press Cartoon – Casa do Cartoon, inaugurado em maio de 2015, com a exposição "TOP 50" dos prémios WPC 2014, é um espaço onde se podem apreciar exemplos de caricatura de imprensa. É resultado de uma parceria entre a CMC, a FDL e a Pousada de Cascais. Esteve fechado devido a problemas técnicos mas reabriu portas a 24 de julho de 2016 com uma exposição do Augusto Cid¹⁶.

A Fortaleza de Nossa Senhora da Luz reabriu ao público no dia 22 junho de 2016, pelo período de um ano. Esta Fortaleza e a Cidadela onde se encontra “fazem parte dos fortes militares construídos entre os séculos XV e XVII para defesa da costa e da entrada do Tejo”¹⁷.

Dentro da Cidadela, encontram-se ainda a Pousada de Cascais, hotel pertencente ao grupo Pestana, e o Cidadela Art District, projeto do mesmo grupo hoteleiro. O Cidadela Art District, inaugurado em março de 2014, é um projeto que alia o hotel a um bairro das artes e consiste num conjunto de galerias de arte e de residências artísticas. Os estúdios estão nos antigos edifícios militares, onde o público os pode encontrar a trabalhar. Neste projeto, além das exposições nas galerias, prevê-se a ocorrência de diversas intervenções artísticas.

Ainda na freguesia Cascais-Estoril, mais especificamente no Monte Estoril, está o Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria, desde 1988, instalado na antiga Torre de São Patrício (projeto do arquiteto Raul Lino). O nome da casa é homenagem à família que a deixou à CMC em 1974. O nome do Museu deve-se à junção dos espólios do etnomusicólogo Michel Giacometti e do compositor Fernando Lopes-Graça, cedidos pelos próprios à CMC, em 1988 e 1994, respetivamente (Santos e Neves, 2005: 27-28). Este acervo é o que “determina a vocação do museu, que tem por missão e objetivo a

¹⁴ Coelho, Catarina (2012), “Uma nova página na Cidadela de Cascais”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 7, 16fev, pp.20-21.

¹⁵ <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 21-07-2016.

¹⁶ <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 21-07-2016.

¹⁷ Sem autor (sem data), “Fortaleza da Nossa Senhora da Luz”, Guia da Cidade, disponível em <https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-fortaleza-de-nossa-senhora-da-luz-cidadela-282584> consultado a 21-07-2016.

preservação, conservação, estudo, divulgação e valorização do Património Musical Português”¹⁸. O Museu está atualmente (julho de 2016) fechado ao público devido a obras de requalificação.

O Espaço Memória dos Exílios foi inaugurado em fevereiro de 1999 e situa-se no Estoril, no piso superior da Estação dos Correios. O seu grande objetivo é “a evocação da memória de um dos acontecimentos mais relevantes da história do concelho: ter representado um local de refúgio, espera e passagem de milhares de exilados e refugiados no contexto dos conflitos europeus - a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial”¹⁹. Este espaço cultural dispõe de um núcleo de exposição permanente, um espaço para exposições temporárias e uma biblioteca especializada em História Contemporânea. Para além disso, promove conferências, seminários, apresentação de livros e Ciclos de Cinema.

Também na freguesia Cascais-Estoril, na estrada do Guincho, sobre o mar, encontra-se o Forte de São Jorge de Oitavos. Este, inaugurado em 2000, e aberto ao público desde 2001, inseriu-se na linha da autarquia de Cascais de recuperação do património histórico do concelho. Este Forte, construído no séc. XVII, fazia parte de uma linha defensiva e foi ocupado para fins militares até 1943. Em 1999, foi cedido pela Direcção-Geral do Património à Câmara Municipal de Cascais (Santos e Neves, 2005: 28-29).

Ainda na mesma freguesia, no centro histórico da vila de Cascais, abriu o mais recente museu do concelho. O Museu da Vila, inaugurado em julho de 2015, pretende dar a conhecer a história do concelho desde o período Neolítico até ao princípio do século XX. Este espaço tem também o intuito de preservar a memória e identidade cascalense. O museu divide-se em cinco áreas temáticas e utiliza algumas soluções multimédia, que permitem ao visitante percorrer a história de forma interativa.

Na Parede (freguesia Carcavelos-Parede), encontra-se a Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos. Esta casa, com características Art-Déco, foi construída em 1930 e doada à CMC, por Irene Quilhó, em maio de 2004, “com o recheio existente e um magnífico espólio documental (bibliográfico, arquivístico e fotográfico) que contém os arquivos pessoais de Reynaldo dos Santos, de Irene Quilhó e de seus filhos João Carlos e Luís Alberto Quilhó Jacobetty”. Mais tarde, em 2012, foi ainda doado a esta Casa, o Arquivo científico da Prof. Doutora Maria de Sousa. Assim, com todos estes arquivos, “este espaço

¹⁸ <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 22-07-2016

¹⁹ Toda a informação nesta página, exceto a que tem a devida referência bibliográfica, é do *site* <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 22-07-2016.

disponibiliza ao público um centro de documentação especializado em Medicina e História da Arte”.

Na freguesia de Alcabideche, localiza-se o Moinho de Armação - Tipo Americano. Este tipo de moinho data do início do séc. XX. A reabilitação e conservação deste exemplar têm o intuito de mostrar o valor dos moinhos como património. Este Moinho, desde 2007, tem atividades para grupos escolares e abre ainda em alguns dias para a realização de oficinas de pão.

Em Cascais (freguesia Cascais-Estoril), existem ainda mais dois espaços museológicos: o Marégrafo de Cascais e o Espaço Memória TEC. Estes têm em comum o facto de só poderem ser visitados mediante marcação. O primeiro, na Baía de Cascais, é de fins do séc. XIX e foi dos primeiros observatórios da Europa destinado ao estudo das correntes e marés. No final de 2005, a CMC estabeleceu um protocolo com o Instituto Português Geográfico, “com vista à colaboração na conservação, divulgação e animação desta peça patrimonial”²⁰. Quanto ao segundo espaço acima referido, tal como o nome indica, trata-se de um espaço criado, em 2006, com o intuito de preservar a memória do Teatro Experimental de Cascais (TEC). Esta companhia tem um longo percurso de cerca de meio século de história. Este espaço apresenta uma centena de peças da carreira do TEC e também recebe regularmente exposições temporárias.

Teatros e Auditórios

Atualmente são três os teatros a funcionar no concelho: o Teatro Municipal Mirita Casimiro, o Teatro Gil Vicente e o Espaço Teatro Confluência. A sua gestão é privada, no entanto têm-se estabelecido parcerias com a autarquia para o acolhimento de espetáculos. Outra característica comum aos três teatros é a sua localização na freguesia Cascais-Estoril. O Teatro Gil Vicente é o mais antigo, inaugurado em 1869 e sede e propriedade dos Bombeiros Voluntários de Cascais²¹. O Teatro Municipal Mirita Casimiro é a sede do TEC²². O Espaço Teatro Confluência (2006) é da Associação Cultural Confluência, fundada pelo ator Ricardo Carriço e pela escritora Maria Helena Torrado²³.

Os auditórios também são três, tal como os teatros, e igualmente abertos ao estabelecimento de parcerias. A responsabilidade da gestão do Auditório Fernando Lopes-

²⁰ Toda a informação desta página vem do site <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 24-07-2016.

²¹ <http://www.ahbvc.org.pt/2318-2/> consultado em 18-07-2016.

²² <http://www.cm-cascais.pt/equipamento/espaco-memoria-teatro-experimental-de-cascais> consultado em 19-07-2016.

²³ Coelho, Catarina (2012), “Perfil do Município – Ricardo Carriço, promover o sonho através da cultura”, C – *Boletim Municipal Cascais*, 8, 15mar, pp.6-7.

Graça, situado no Parque Palmela e do Auditório do Centro Cultural de Cascais cabe à Câmara Municipal de Cascais. Ambos se situam na freguesia de Cascais-Estoril e têm uma programação cultural regular e variada, mas têm diferentes dimensões²⁴.

Há ainda um auditório mais recente, que devido às suas ótimas condições tem sido muito utilizado para espetáculos organizados pela CMC, como é o caso de concertos da Orquestra Sinfónica de Cascais. O Auditório da Senhora da Boa Nova, que abriu em 2010, no Estoril, não é de gestão municipal. Este Auditório está integrado no Complexo da Boa Nova - inaugurado em 2009, inclui uma Igreja, um Colégio e um Centro Comunitário – e está sob a responsabilidade do Centro Paroquial do Estoril (CPE), que é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) erigida em 1982²⁵.

Foram contemplados os auditórios que têm sido mais utilizados. Alguns que são valências de outros equipamentos culturais como por exemplo, entre outros, o auditório da Casa das Histórias Paula Rego, ou o caso de equipamentos não culturais como o Centro de Congressos do Estoril ou de valências culturais em equipamentos não culturais como o Auditório Casino Estoril, não foram aqui considerados.

Outras observações

Para além da descrição dos equipamentos culturais, é relevante assinalar outras questões referentes ao panorama da oferta cultural atual do concelho de Cascais, segundo a experiência de observação participante, isto é, enquanto residente cascalense. Deste modo, apesar de não haver espaço para uma informação detalhada sobre toda a oferta, ficam estas pequenas observações.

Com o propósito de ter presente uma noção mais próxima da “realidade cultural do concelho” (Santos, Lima e Neves, 2005: 127) é adequada a utilização do termo ‘valência’. Posto isto, dá-se o caso da “implantação de valências não culturais em equipamentos culturais” (Santos, Lima e Neves, 2005: 126) de que são exemplos, entre outros, o Restaurante Conversas na Gandarinha no edifício onde está instalado o Centro Cultural de Cascais e a cafetaria na Casa das Histórias Paula Rego.

Ocorre também o inverso, ou seja, nos “equipamentos não culturais, estão largamente disseminadas as valências culturais” (Santos, Lima e Neves, 2005: 127). Acontece isto, por exemplo, com o Auditório Lopes Graça, instalado no Parque Palmela; a sala de cinema “O Cinema da Villa”, reaberta a 20 de agosto de 2015²⁶, no centro comercial

²⁴ <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/auditorios-e-teatros> consultado em 19-07-2016.

²⁵ www.cpeestoril.pt consultado em 19-07-2016.

²⁶ <http://www.gazetadosartistas.pt> consultado a 24-07-2016.

Cascais Villa; as galerias abertas, já referidas, que formam o “Cidadela Art District”, da autoria da Pousada de Cascais, instaladas no antigo edifício dos militares.

Desde 2005, observa-se que é cada vez mais frequente a ocorrência de atividades culturais em equipamentos não culturais, como por exemplo nos jardins ou em outros espaços públicos (Santos, Lima e Neves, 2005: 126). São exemplos: os Grandes Concertos do Casino, no Casino Estoril, que se realizam todos os verões desde 2000; o Festival Estoril Jazz, que é dos festivais recorrentes mais antigos, teve origem em 1971 (Lourenço e Gomes, 2005: 15) e já se realizou no Pavilhão Desportivo Dramático de Cascais e no Auditório do Casino do Estoril²⁷; as Festas do Mar (terão começado em 2004) são concertos maioritariamente de artistas portugueses e lusófonos, com entrada livre, realizados no mês de agosto, na Baía de Cascais e cada vez atraem mais visitantes; a exposição ArteMar, que acontece uma vez por ano, desde 2009, no Passeio Marítimo²⁸; o Festival Out Jazz, há 10 anos que se realiza em Lisboa, e em 2016 passa a realizar-se também em Cascais, que tem várias sessões no Parque Marechal Carmona, no Parque Palmela e no Jardim Casa das Histórias Paula Rego (<http://www.ncs.pt/outjazz.php>); o Lumina – Festival da Luz (é anual e teve início em 2011, sendo que não se realizou em 2012, vai agora, em setembro de 2016, realizar a 5ª edição) que tem lugar nas ruas de Cascais²⁹; o Music Festival Cascais Groove, realizado no Parque Palmela³⁰; os eventos no Mercado da Vila (projeto iniciado entre 2012 e 2014), que vão desde Mercados Temáticos mensais (Mercado do Chocolate, da Corte, etc.), a noites temáticas como o arraial de Santo António, a Feiras de artesanato, com atividades como *workshops* de culinária e ateliers infantis³¹. Aliás o projeto de dinamização do Mercado da Vila vai ao encontro do programa do Bairro dos Museus:

o projeto de reorganização, requalificação e desenvolvimento económico do Mercado da Vila, que está em curso desde 2012, representa a preservação dos valores da convivência, da coesão social, do fomento da atividade económica e da criação de emprego (...) A dança, a música, o teatro e as artes plásticas terão uma presença regular no programa anual de eventos do Mercado da Vila, onde a gastronomia será considerada como o valioso produto de uma das mais importantes indústrias criativas (Bairro dos Museus, sem data: 2-3).

²⁷ <http://www.cm-cascais.pt> consultado a 28-09-2016.

²⁸ <http://www.fundacaodomluis.pt/> consultado a 16-07-2016.

²⁹ <http://www.lumina.pt/> consultado a 16-07-2016.

³⁰ <https://cascaisgroove.pt/> consultado a 5-10-2016.

³¹ CMC, “Mercado da Vila Cascais – Mercados Temáticos 2016” disponível em http://www.visitcascais.com/dynamic-media/event/mercado_da_vila_de_cascais_2016.pdf e CMC (24jan 2014), “Há nova vida no Mercado da Vila de Cascais - Nos primeiros e segundos domingos do mês há bons motivos para ir ao Mercado da Vila de Cascais”, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/residentes-visitantes-investidores/destaque/ha-nova-vida-no-mercado-da-vila-de-cascais-nos-primeiros> consultado a 15-07-2016.

Outras atividades culturais em espaço público são as Festas tradicionais de Santo António em Tires, bem como a feira do livro no Jardim Visconde da Luz.

Ainda a acrescentar ao panorama da oferta cultural de Cascais, existem vários eventos culturais recorrentes como a Feira do Livro que em 2014 já ia na 28.ª edição³², o Lisbon & Estoril Film Festival³³, a exposição Landart Cascais³⁴, o Muraliza (festival de arte mural³⁵) e o Festival Internacional de Cultura (FIC)³⁶, que nasceu em 2015. Criado em parceria com o grupo Leya, teve uma duração de 10 dias, entre 3 e 12 de julho de 2015. Este Festival abrange diversas expressões artísticas, recebendo vários autores das áreas da Música, Teatro e Literatura. O FIC tem entrada gratuita e realiza-se pela vila de Cascais, nomeadamente, no Jardim Visconde da Luz, Mercado da Vila, e museus do Bairro dos Museus (ver capítulo 5). Refira-se ainda, uma iniciativa no âmbito de valorização do património: as Rotas de Cascais. Depois de ter implementado a Rota da Arquitetura de Veraneio, a Câmara Municipal pretende brevemente apresentar novos percursos turísticos (Bairro dos Museus, sem data: 6).

Refira-se ainda que Cascais, cada vez mais frequentemente, tem acolhido eventos, muitos com intenção de projeção internacional, não só ao nível da cultura mas também de desporto e de lazer, como o Longines Global Champions Tour (hipismo, saltos), o Festival Internacional do Cavalo Lusitano (hipismo, saltos), o Cascais Classic Motorshow (exposição de carros clássicos), o Color Run (corrida), o Millennium Estoril Open (ténis) e conferências em variadas áreas³⁷.

³² Departamento de Comunicação da CMC, (2014), “Feira do Livro de Cascais”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 42, 26jun, p.10.

³³ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Durante 10 dias, Cascais foi capital do Cinema” em *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p.11.

³⁴ <http://www.cm-cascais.pt/projeto/landart-cascais> consultado em 25-07-2016.

³⁵ <http://www.cm-cascais.pt/evento/muraliza-festival-de-arte-mural-de-cascais-2016> consultado em 21-09-2016.

³⁶ s/a (2016a) “Festival Internacional de Cultura regressa a Cascais de 09 a 18 de Setembro”, *Jornal da Região*, sem data, disponível em <http://jregiao-online.webnode.pt/products/festival-internacional-de-cultura-regressa-a-cascais-de-09-a-18-de-setembro/> consultado em 20-09-2016.

³⁷ Departamento de Comunicação da CMC, (2016), “Grandes eventos marcam 2016”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 65, 27jan, pp.1-5.

4.2.2 Evolução da oferta cultural entre 2005 e 2015

Após a apresentação dos equipamentos culturais existentes no concelho de Cascais, no ano de referência da presente dissertação, 2016, passa-se à análise dos mesmos relativamente a cerca de uma década antes. Esta comparação diacrónica é realizada com o intuito de verificar a evolução da oferta em equipamentos culturais de Cascais.

Esta evolução é feita com base nos dados do estudo *Cartografia cultural do concelho de Cascais* (Santos, Lima e Neves, 2005), que utiliza 2002 como ano de referência. Quanto ao ano de 2016, os dados utilizados foram os recolhidos na realização do subcapítulo anterior, disponibilizados pela Câmara Municipal de Cascais (CMC).

Quadro 3: Evolução dos equipamentos culturais do concelho de Cascais entre 2002 e 2016

Equipamento Cultural	Existente em 2002	Existente em 2016
Museus	5	17
Bibliotecas municipais	3	3
Teatros/auditórios	3	6
Arquivo	1	1
Centro cultural	1	1
Coreto	1	1
<i>Total</i>	14	29

Fontes: Para 2002 foram utilizados os dados do estudo de Santos, Lima e Neves, 2005: 128, e os dados de 2016 são de elaboração própria a partir da informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Cascais (CMC).

Passando à leitura do quadro nº 3, pode-se perceber que a evolução quantitativa dos equipamentos culturais, no arco temporal considerado, foi bastante positiva, uma vez que existiam 14 equipamentos culturais em 2002 e em 2016 são 29.

Observando por categoria, a que teve notoriamente maior desenvolvimento foi a dos museus, que passaram de 5 para 17, portanto mais do que triplicaram. As bibliotecas mantiveram-se no mesmo número (3), tal como o Arquivo (1), o Centro Cultural (1) e o Coreto (1).

Em relação às bibliotecas, apesar de se ter mantido o mesmo número, em 2002 estavam projetadas 2 bibliotecas (Santos, Lima e Neves, 2005: 128). Estas eram a Biblioteca de S. Domingos de Rana, que inaugurou em 2005, e outra que seria na Parede, mas não se concretizou (Santos, Lima e Neves, 2005: 102). Apesar desta alteração

manteve-se a quantidade de bibliotecas existentes (3) de 2002 para 2016. Isto acontece porque apesar de ter sido criada a Biblioteca de S. Domingos de Rana; a Biblioteca Municipal Matilde Rosa Araújo, que era uma instalação provisória, fundada em 1998, em Alcabideche (Santos, Lima e Neves, 2005: 102) foi, entretanto, desativada. A Biblioteca Casa da Horta da Quinta de Santa Clara e a Biblioteca Infantil e Juvenil são as que se mantiveram entre 2002 e 2016.

Quanto aos teatros/auditórios, regista-se um aumento de 3 para 6. Na *Cartografia* (2005) contabilizavam-se os equipamentos culturais classificados como Teatros / auditórios, no caso seriam o Auditório Fernando Lopes Graça, o Teatro Gil Vicente e o Teatro Municipal Mirita Casimiro, que se mantêm no ano de 2016 acrescidos de mais três, que resultam de investimento privado. Assim, os seis contabilizados em 2016 nessa categoria, para além dos 3 referidos, foram o Auditório da Senhora da Boa Nova (inaugurado em 2010, de gestão privada), o Espaço Teatro Confluência (inaugurado em 2006 e também de gestão privada) e o Auditório do Centro Cultural de Cascais - este é de gestão municipal e já existia em 2002, no entanto e segundo a definição seguida no capítulo anterior é uma valência cultural, não um equipamento cultural e por isso não incluindo na contagem de 2002 para a construção deste quadro. Entretanto, os 3 teatros são hoje, em 2016, todos de gestão privada. Por este facto, dos 3 teatros serem de gestão privada e pelo facto de terem sido criados o Auditório da Senhora da Boa Nova e o Espaço Teatro Confluência (igualmente de gestão privada), é notável o investimento privado.

Por oposição, ao nível de museus, houve um forte investimento público. O significativo aumento de museus deve-se sobretudo ao investimento da CMC. Conforme referido no subcapítulo anterior, praticamente todos os museus contemplados são propriedade da CMC e também de gestão municipal, com exceção do Palácio Real da Cidadela (gerido pela Presidência da República). Hoje, e desde 2015, com o projeto Bairro dos Museus, a gestão destes equipamentos culturais é partilhada pela DAPC e pela FDL – são exceções o Marégrafo, o Moinho e o Espaço Memória do TEC (ver subcapítulo 4.2.1), que são exclusivamente de gestão municipal.

Para facilitar a contagem e análise dos museus, elaborou-se um quadro com a descrição dos que existiam em 2002 e os que existem agora em 2016. O quadro n.º4 (ver abaixo) inclui ainda o ano de abertura e freguesia em que se localiza cada museu, quais os que estavam em projeto em 2002 e quais os que fazem agora parte do Bairro dos Museus.

Quadro 4: Os Museus e outros equipamentos culturais de Cascais

BM	Equipamentos culturais	Freguesia	Ano de abertura (público)	Existente em 2002	Em projeto em 2002	Existente em 2016
	Museus					
	Museu Condes de Castro Guimarães	Cascais	1931	X		X
	Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria	Estoril	1988	X		X
	Museu do Mar – Rei D. Carlos	Cascais	1992	X		X
	Espaço Memória dos Exílios	Estoril	1999	X		X
	Forte de S. Jorge de Oitavos	Cascais	2001	X		X
	Casa Reynaldo dos Santos	Parede	2004		X	X
	Casa de Santa Maria	Cascais	2005		X	X
	TEC – Espaço Memória	Cascais	2006		X	X
	Farol e Museu de Santa Marta	Cascais	2007		X	X
	Casa de Histórias Paula Rego	Cascais	2009		X ^{38 i)}	X
	Palácio Real da Cidadela de Cascais	Cascais	2011		X ⁱ⁾	X
	Casa Duarte Pinto Coelho	Cascais	2013			X
	World Press Cartoon – Casa do Cartoon	Cascais	2015			X
	Museu da Vila	Cascais	2015			X
	Fortaleza de Nossa Senhora da Luz	Cascais	2016		X ⁱ⁾	X
	Casa-atelier do pintor Carlos Botelho	S. Domingos de Rana			X	
	Espaço Memória do povoado pré-histórico	Parede			X	
	Forte no Monte de Santa Luzia	Parede			X	
	Museu de sítio das Grutas de Alapraia	Estoril			X	
	Museu Internacional de Pintura Naif no Estoril	Estoril			X	
	Museu Municipal da Vinha e do Vinho	Carcavelos			X	
	Museu Municipal de Arqueologia	Cascais			X ⁱ⁾	
	Outros equipamentos					

³⁸ Nota i): Previsto no âmbito do projeto âncora Cidadela de Cascais que incluía a reabilitação deste espaço de forma a se constituir como um novo pólo de atracção turístico-cultural com um conjunto importante de equipamentos e monumentos não ficando isolada da envolvente, fomentando o seu aproveitamento museológico, turístico e lúdico (Santos, Lima e Neves, 2005: 212-213).

	Parque Marechal Carmona	Cascais	1940	X		X
	Parque de Palmela / Auditório Fernando Lopes Graça	Cascais	1997	X		X
	Centro Cultural de Cascais	Cascais	2000	X		X
	Cidadela Art District ³⁹	Cascais	2014			X
	Moinho de Armação – Tipo Americano	Alcabideche	2007			X
	Marégrafo de Cascais	Cascais				X

Fontes: Para os equipamentos existentes ou em projeto no ano de 2002 em Cascais recorreu-se à base de dados Bd_Equipamentos e Valências que suporta o estudo (Santos, Lima e Neves, 2005); Para os equipamentos existentes em 2016, tabela de elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela CMC, disponível *on-line* em <http://www.cm-cascais.pt/> consultado em setembro de 2016.

Em termos da distribuição dos museus no território, percebemos que grande parte deles se situa no centro histórico de Cascais. Aos museus aí existentes em 2002, nomeadamente o Museu do Mar e o Museu Condes de Castro Guimarães, juntaram-se a Casa de Santa Maria (foi adquirida pela CMC em outubro 2004), o Marégrafo de Cascais (final de 2005), o Farol Museu de Santa Marta (2007), Casa de Histórias Paula Rego (2009), a Casa Duarte Pinto Coelho (2013) e o Museu da Vila (julho 2015). Também no centro mas, ainda mais especificamente, no espaço da Cidadela de Cascais abriram o Palácio Real da Cidadela (2011), o projeto Cidadela Art District (2014), o World Press Cartoon – Casa do Cartoon (2015) e a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (junho 2016).

Ainda na freguesia Cascais-Estoril, para além do Espaço Memória dos Exílios, do Forte de São Jorge de Oitavos e do Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, existentes em 2002, passou a existir o Espaço Memória TEC (2006). Note-se que este equipamento cultural, bem como alguns dos acima referidos, nomeadamente o Farol Museu de Santa Marta, a Casa de Santa Maria, a Casa de Histórias Paula Rego, a Fortaleza Nossa Senhora da Luz e o projeto de reabilitação da Cidadela para fins turísticos e culturais, já se encontravam em projeto em 2002, com projeção de se concretizarem até 2007 (Santos, Lima e Neves, 2005: 212-213).

Com estas concretizações percebe-se o investimento público, com exceção da reabilitação da Cidadela. A CMC concedeu a exploração da Cidadela de Cascais ao Grupo

³⁹ O Cidadela Art District é um projeto da Pousada de Cascais, constituindo assim uma valência cultural. Não pertence ao Bairro dos Museus mas é um aliado do Bairro, é uma forma do hotel se unir a um bairro das artes. A implementação do projeto Cidadela Art District é anterior (2014) à do Bairro dos Museus (2015). Fonte: CMC (2014), “Cidadela de Cascais Art District já está aberta”, 17mar, Cascais. Disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/cidadela-de-cascais-art-district-ja-esta-aberta> consultado a 17-10-2016.

Pestana, que depois de investir na reabilitação da Cidadela, onde inaugurou a Pousada de Cascais (ver subcapítulo anterior 4.2.1). Portanto o investimento de reabilitação da Cidadela, exceto o do Palácio Real, foi privado.

Repare-se que a Casa de Histórias Paula Rego, no projeto de 2002 previa-se que fosse uma valência cultural da Cidadela. Em vez disso, é atualmente um equipamento cultural que se destaca na paisagem pela sua arquitetura.

Outros projetos de 2002 destacáveis são o Museu de Sítio das Grutas de Alapraia, isto é, reabilitação das Grutas e criação do Museu, no Estoril (Santos e Neves, 2005: 22); a reabilitação do Forte do Guincho, onde se pretendia a criação de um Núcleo de Interpretação do Parque Natural Sintra-Cascais; e a recuperação da Casa Henrique Sommer, onde se previa a instalação do Arquivo Histórico de Cascais (Santos, Lima e Neves, 2005: 212). Ora o Museu de Sítio das Grutas de Alapraia não se chegou a concretizar. O Forte do Guincho não foi ainda reabilitado, mas, segundo órgãos de comunicação social⁴⁰, em 2015 havia previsão de intervenção por parte da CMC, a fim de ser recuperado e rentabilizado, juntamente com outros como o Forte da Cadaveira (que também já estava em 2002 em projeto de reabilitação). Para além disso, foi criado o Núcleo de Interpretação das Dunas da Cresmina, espaço relacionado com o processo de recuperação do Sistema Dunar Cresmina-Guincho (área protegida), por parte da autarquia em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no “âmbito da Rede de Visitação e Interpretação do Parque Natural de Sintra-Cascais”⁴¹. A Casa Henrique Sommer encontra-se atualmente em obras com abertura prevista para breve, onde será instalado o Arquivo Histórico Municipal (ver subcapítulo anterior 4.2.1.). Refira-se também o projeto de reabilitação da Quinta do Barão “que prevê a criação de um Museu da Vinha e do Vinho” (Santos, Lima e Neves, 2005: 212). Pode-se ver o plano atualizado deste projeto no *site* da CMC: Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão. A Quinta da Alagoa, também situada em Carcavelos, era outro projeto de recuperação de edifícios e de espaços verdes, que já foi realizado, sendo hoje um espaço verde de recreio muito procurado pela população local⁴². Já o projeto de recuperação do Chalet Madalena, antiga Pensão Boaventura, no Monte Estoril, foi concretizado em abril de 2008, instalando conforme previsto a sede do “Conservatório de Música de Cascais,

⁴⁰ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Cascais, concelho pioneiro da descentralização de competências”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, p.4.

⁴¹ www.cascais.pt consultado em 08-08-2016.

⁴² www.cm-cascais.pt consultado em 11-08-2016.

instituição de ensino oficial de música ligada à Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras (OCCO)”⁴³.

Posto isto, apesar de alguns projetos de 2002 não concretizados (ver atrás quadro n.º4), observa-se uma continuidade na concretização de vários projetos de equipamentos culturais e de alguns dos “Projectos de recuperação do Património Edificado implicando a criação de Equipamentos com Valências Culturais” (Santos, Lima e Neves, 2005: 212).

Constata-se também a manutenção de uma concentração de equipamentos culturais no centro histórico de Cascais e consequentemente uma densificação da oferta cultural. Isto acontece porque é nos equipamentos culturais municipais que se encontra grande parte da oferta cultural concelhia, tanto permanente como temporária. Esta realidade já se verificava em 2005 (Santos, Lima e Neves, 2005: 293).

Contudo, há também uma preocupação de descentralização da oferta cultural para as outras freguesias do concelho. A título de exemplo, repare-se nos equipamentos culturais que foram criados desde 2002 fora da freguesia Cascais-Estoril. Em 2002, os 5 museus existentes no concelho localizavam-se nas freguesias de Cascais e Estoril. Hoje, em 2016, existe na Parede, a Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos, e em Alcabideche, o Moinho de Armação - Tipo Americano (2007). Note-se que estes desenvolvimentos, relativos à concentração de equipamentos em Cascais e no Estoril e, por outro lado, à desconcentração para outras freguesias, já estavam previstos em 2005, como se pode ver:

“Ainda no que respeita à concentração da oferta cultural nas freguesias de Cascais e Estoril, e se a localização dos equipamentos culturais influi no grau de (des) concentração da oferta, será de prever que esta tendência possa vir a conhecer a curto/médio prazo dois desenvolvimentos: por um lado uma desconcentração pela abertura de novos equipamentos (bibliotecas, auditórios, etc.) situados fora das freguesias de Cascais e Estoril; por outro lado uma maior concentração no centro histórico de Cascais, por via da abertura ao público de novos museus e da Cidadela” (Santos, Lima e Neves, 2005: 294).

Com esta análise, constata-se que o maior destaque no panorama da oferta cultural, na última década, ou mais concretamente no arco temporal de 14 anos considerado, foi o aumento de equipamentos culturais, particularmente de museus.

Houve várias variações ao nível dos equipamentos culturais, designadamente nas categorias de museus, bibliotecas municipais e teatros/auditórios. Destaca-se o investimento privado nesta última categoria e no projeto de reabilitação da Cidadela, e o investimento público na criação de museus. Tendo em conta a evolução desde 2002, observou-se que algumas projeções foram concretizadas, outras não e ainda outras concretizações que em

⁴³ www.occo.pt consultado em 11-08-2016.

2002 não estavam em projeto. E após isso, o balanço final é muito positivo, os equipamentos melhoraram não só em termos de quantidade, mas também de qualidade.

A oferta cultural do concelho tem-se revelado uma das prioridades da CMC, como se poderá perceber melhor no capítulo seguinte acerca das políticas culturais locais. Em termos práticos, pode-se confirmar isso não só ao nível da aposta em equipamentos culturais, mas também da realização de atividades e valências culturais em equipamentos não culturais e de eventos culturais recorrentes em espaços públicos. No subcapítulo anterior (4.2.1), no subponto 'outras observações', foi feita a referência a exemplos práticos disso, que têm sido cada vez mais frequentes desde 2005.

4.3. Políticas culturais locais: contexto atual e evolução

4.3.1. Contexto atual: objetivos estratégicos da autarquia

O município tem pretendido afirmar-se como local de excelência em termos de qualidade de vida, apostando na inovação em várias áreas, fomentando a cidadania, promovendo a participação e criando diversas iniciativas culturais. Em 2016, ano de referência da presente dissertação, Cascais celebra 652 anos de elevação a Vila e a autarquia apresenta uma visão estratégica para Cascais: “afirmar Cascais como o melhor lugar para viver um dia, uma semana ou uma vida inteira”⁴⁴. Pode-se ver uma imagem ilustrativa disto no anexo A, onde se refere o que se procura quando se começa uma vida nova, ou seja, todas as áreas que bem cuidadas, no seu conjunto, proporcionam uma boa qualidade de vida. Portanto o município de Cascais pretende que todos os cidadãos tenham:

igualdade no acesso a boas escolas, uma assistência social que está presente quando é preciso, cuidados de saúde de qualidade, uma programação cultural diversificada e um ambiente protegido. Ou simplesmente uma cidade ordenada e cuidada, capaz de solucionar os constrangimentos que afetam os seus cidadãos. É um projeto de democratização da qualidade de vida.⁴⁵

A Câmara Municipal de Cascais (CMC), segundo informação disponibilizada pela mesma, definiu um Planeamento Estratégico (PE) que tem como objetivo construir uma vantagem sustentada e continuada, num contexto de “competitividade regional, nacional e internacional”. Para isso, delineou uma estratégia que consiste em “apostar na criatividade, na inovação, na singularidade e no empreendedorismo, em articulação com todos os agentes sociais”. Com o propósito de “o município tender no rumo das cidades criativas sustentadas” o PE é necessariamente abrangente, “envolvendo temas como: Competências Técnicas, Gestão Estratégica, Território, Recursos Naturais, Cultura, Vantagens Competitivas, Marketing Territorial e Afirmação de Âmbito Local à Internacionalização”⁴⁶.

Em 2013, na tomada de posse do presente mandato 2013-2017, o Presidente da CMC, Carlos Carreiras, declarou que Cascais está numa boa fase de desenvolvimento, assente em 4 pilares fundamentais: a coesão social, o desenvolvimento económico, a

⁴⁴ Departamento de Comunicação da CMC, (2016), “Cascais: o que somos e o que queremos ser”, *C Aniversário do Município*, Edição especial, 7jun, p. 3.

⁴⁵ Departamento de Comunicação da CMC, (2016), “Cascais: o que somos e o que queremos ser”, *C Aniversário do Município*, Edição especial, 7jun, p. 3.

⁴⁶ http://www.cascais.pt/area/planeamento_estrategico consultado em 20-07-2016.

salvaguarda dos valores ambientais e um bom governo⁴⁷, que prime pela transparência da gestão municipal⁴⁸.

A informação anterior mostrou quais são os objetivos estratégicos de âmbito geral para o concelho, apresentados pela autarquia. Contudo, para os compreender melhor procedeu-se à consulta do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cascais. Note-se que este PDM foi alvo de revisão em 2013 e nessa fase esteve disponível para consulta pública, estando exposto no Centro Cultural de Cascais. Carlos Carreiras afirmou que este PDM tem um sentido diferente do que até então vigorava, declarando que “é um PDM para a sustentabilidade ambiental, energética, identitária, cultural, económica e humana”⁴⁹.

Este PDM⁵⁰ foi aprovado a 25 de junho de 2015 e o seu artigo 2.º (ver Anexo B) dá a conhecer a estratégia e objetivos para o concelho. O primeiro ponto deste artigo explica que “o PDM-Cascais estabelece as orientações e políticas de ordenamento e de urbanismo para o desenvolvimento sustentável do concelho, numa ótica de coesão territorial” (artigo 2.º do PDM 2015). Portanto, pretende-se que Cascais seja um território coeso, isto é, no qual todas as áreas se interliguem num propósito comum de ter um concelho desenvolvido de forma sustentável. Nesta lógica, a estratégia do município assenta em 5 eixos, que definem Cascais como território: com qualidade de vida urbana; de criatividade, conhecimento e inovação; de valores ambientais; coeso e inclusivo; e de cidadania ativa. Cada um destes eixos comporta entre um a três objetivos principais, dos quais se destaca um objetivo do primeiro eixo: “a) ii) Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade” (artigo 2.º do PDM 2015) pois a cultura é uma das áreas a ter em conta para o alcançar.

Ainda no mesmo artigo 2º, no terceiro ponto, estão delineados 18 objetivos territoriais, dos quais se destacam os que dizem respeito à área cultural: “e) Defesa dos valores culturais do concelho, designadamente do seu património histórico-cultural e imaterial, implementando medidas de salvaguarda e de incentivo à sua conservação, reabilitação, preservação, investigação, divulgação e fruição” e “k) Consolidação da rede municipal de infraestruturas territoriais e urbanas e de equipamentos”. Note-se ainda a alínea que realça a importância da atratividade e qualificação do concelho, mostrando preocupação genérica, não específica da área da cultura, com os diferentes públicos: “f)

⁴⁷ Vídeo Reportagem “Tomada de Posse do Novo Executivo da Câmara Municipal de Cascais”, em Canal Cascais, consultado em 17-08-2016.

⁴⁸ <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/transparencia-municipal> consultado em 16-08-2016.

⁴⁹ Departamento de Comunicação da CMC (2013), “PDM de Cascais em exposição”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 27, 20jun, p.8.

⁵⁰ Plano Diretor Municipal publicado em *Diário da República*, 2.ª série, N.º 124, 29 de junho de 2015. Disponível em www.cascais.pt, consultado em 17-08-2016.

Fomento da atratividade do concelho para os jovens e a qualificação para os seniores” (artigo 2.º do PDM 2015).

Para conhecer melhor os objetivos estratégicos da autarquia, consultou-se, para além do documento legislativo mencionado acima, uma outra fonte sobre a estratégia de Cascais: a comunicação “Smart cities” de Marco Espinheira - diretor da Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação da CMC - no 25º Congresso das Comunicações, realizado no CCB a 25 e 26 de novembro de 2015. Esta apresentação dá como exemplo o caso de Cascais, declarando que a atual missão da autarquia – fazer de Cascais o melhor local para viver, tal como já foi referido no início deste capítulo – será cumprida “através da inovação nas políticas públicas e gestão do território, da atração de investimentos estratégicos, promovendo e gerindo o conhecimento e a participação dos cidadãos, do uso eficiente da tecnologia e da preservação dos recursos naturais, da herança e dos valores históricos e culturais do município” (Espinheira, 2015). Para concretizar a missão, são também tidos em conta os seguintes vetores estratégicos: educação e conhecimento, saúde, qualidade do espaço público, cultura e segurança (ver anexo A).

Segundo a comunicação de Marco Espinheira, há um caminho já percorrido no âmbito da estratégia de inovação delineada, em diferentes áreas, incluindo a da cultura, e nesta em particular o Bairro dos Museus. Por exemplo, ao nível da comunicação deu-se uma mudança de paradigma, passando a comunicar-se por tema a um público interessado, em vez de se comunicar tudo a todos. Investiu-se também na marca de Cascais. Na publicidade urbana vê-se com frequência o logótipo de Cascais, com o slogan “Tudo começa nas pessoas” ou “The Charm of the Atlantic Coast”, percebendo-se assim a intenção da projeção nacional e internacional do concelho de Cascais. No âmbito do desenvolvimento de áreas como a juventude, o ambiente, a participação e a cultura, também outras marcas foram criadas: Cascais Ambiente, Cascais Jovem, Cascais Participa, Cascalitos, Bairro dos Museus (Espinheira, 2015).

Segundo a mesma fonte, ao nível da comunicação *on-line* realizou-se: uma reformulação completa do *site* da CMC, em 2012, inovando no design e apresentando conteúdos mais completos⁵¹; uma atualização constante do *facebook*, conquistando o 2º lugar em nº de fãs entre todas as câmaras municipais⁵²; criação de um canal no *youtube*, o ‘canal cascais’, e de 4 aplicações para *smartphones* (Espinheira, 2015), das quais destaca-se a que diz respeito à cultura, a Agenda Cascais, que é uma âncora para o *website*, referente à programação cultural do concelho. Entre as diversas realizações na área da

⁵¹ Carreiras, Carlos (2012), “Cascais mais perto – Novo portal da Câmara Municipal de Cascais”, C – *Boletim Municipal Cascais*, 8, 15mar, p.12.

⁵² <http://www.rankupt.com/index.php/paginas/search> consultado em 20-09-2016.

tecnologia, realçam-se as edições em e-book e o arquivo histórico digital. Para conseguir realizar tudo isto, a autarquia recorreu a parcerias estratégicas com o Estado, com várias Universidades e com muitas empresas (Espinheira, 2015).

Para além destas concretizações inovadoras na área da comunicação e da tecnologia, é importante realçar outra área que, conforme já referido se relaciona com a cultura: o turismo. O ano anterior, 2015, foi o melhor ano para o setor do turismo em Cascais, segundo “dados divulgados pela Associação de Turismo de Cascais (...) atingindo recordes no número de dormidas, no número de hóspedes, no preço médio por quarto e também na taxa de ocupação”⁵³. Registaram-se 1,260 milhões de dormidas (+1,3%) e 466 mil hóspedes (+5,5%). Estes factos são relevantes dado que “o aumento do número de turistas reflete-se na economia local”⁵⁴. Isto acontece porque os turistas gastam não só em hotelaria, mas também em comércio, restauração, etc. Destaque-se ainda que, de entre as várias qualidades apontadas a Cascais, alguns turistas destacam a oferta cultural⁵⁵.

Como referido anteriormente, o turismo é um dos setores de atividade mais importantes deste concelho por isso é necessário haver um contínuo desenvolvimento de modo a manter a atratividade, “consolidando a identidade de Cascais como destino turístico de excelência”⁵⁶ (ver anexo B). Tal como foi explicado no enquadramento teórico da presente dissertação, no capítulo 2.2, a cultura constitui um fator de enriquecimento para qualquer local, daí que a CMC se preocupe em investir em infraestruturas culturais e em preservar o património histórico-cultural de Cascais. Atente-se então à área da Cultura, que é o âmbito desta dissertação. A CMC afirma que a atividade cultural se desenvolve em torno de cinco eixos estratégicos:

- Património: estudo, salvaguarda e formulação e implementação de projetos de utilização; projetos estratégicos interdisciplinares consubstanciados em Planos de Pormenor e na definição de perímetros culturais.
- Gestão das Redes de Equipamentos Culturais (Museus, Bibliotecas, Auditórios e Centro Cultural de Cascais).
- Apoio ao associativismo e à consolidação do tecido cultural do concelho.
- Desenvolvimento de iniciativas e projetos culturais locais, mas orientados para um âmbito nacional ou internacional e de grande prestígio.
- Forte aposta num setor editorial diversificado que responda às necessidades de todos os tipos de público⁵⁷.

⁵³ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “2015: O melhor ano de sempre para o turismo em Cascais”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 65, 27jan, p.16.

⁵⁴ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “2015: O melhor ano de sempre para o turismo em Cascais”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 65, 27jan, p.16.

⁵⁵ *Idem*

⁵⁶ Alínea p) do Artigo 2.º do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM) publicado em *Diário da República*, 2.ª série, N.º 124, 29 de junho de 2015.

⁵⁷ <http://www.cm-cascais.pt/area/cultura> consultado em 18-08-2016.

Relativamente à linha do Património, no subcapítulo anterior (4.2.2.) foram referidos alguns projetos, levados a cabo, de reabilitação e preservação do mesmo. Quanto ao setor editorial, no mesmo subcapítulo, foi mencionada a Livraria Municipal (ver 4.2.2.). No âmbito do associativismo, a autarquia apoia 27 associações culturais. É na linha da gestão de Redes de Equipamentos Culturais que surgiu o conceito Bairro dos Museus, que será apresentado na parte 5 desta dissertação. Na linha das iniciativas e projetos, “o estabelecimento de parcerias com entidades externas tem permitido garantir a qualidade e a diversidade da oferta cultural promovida”⁵⁸. Veja-se as principais iniciativas de carácter regular enunciadas pela CMC:

Festivais e Temporada de Música, Promoção do Livro e da Leitura, Feira do Livro de Cascais, Roteiros do Património Concelhio, Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, Dia Internacional dos Museus, Prémios de Apoio à Criação e Investigação, Parceria com o Instituto de Cultura e Estudos Sociais, XI Congresso Internacional de Reabilitação do Património Arquitetónico e Edificado, Congresso Internacional de Museus Marítimos, Programa Cascais Cultura [Estudo desenvolvido pelo Observatório das Atividades Culturais], Casas com Memória⁵⁹.

Numa perspetiva geral do concelho, através dos órgãos de comunicação social, são observáveis reconhecimentos e outros factos acerca de Cascais. Em 2013, ganhou o Prémio Cidade Perfeita na categoria governação, como resultado de uma iniciativa da revista Visão e da Siemens, que “teve como objetivo divulgar os melhores projetos e boas práticas das cidades portuguesas ao nível da sustentabilidade, inclusão, inovação, conectividade e governação”⁶⁰. Cascais ganhou esse Prémio por se ter destacado nas seguintes áreas: governação (participação pública no Orçamento Participativo 2012, serviços públicos com sistemas inovadores e proximidade com os cidadãos, e transparência da governação), inclusão (coesão social “políticas de combate à exclusão social, igualdade de oportunidades, apoio à inserção profissional e voluntariado”⁶¹), inovação (competitividade, economia social e economia verde) e sustentabilidade (edifícios, energia, gestão de água e resíduos, biodiversidade e ecologia).

É também de realçar três factos mais recentes. O Orçamento Participativo de Cascais, realizado anualmente desde 2011, com projetos apresentados e escolhidos (votados) pelos cidadãos, “apresenta uma das mais elevadas taxas de execução a nível nacional”. Desde a implementação deste projeto em 2011, o OP 2015 foi o mais votado⁶².

⁵⁸ www.cm-cascais.pt consultado em 18-08-2016.

⁵⁹ www.cm-cascais.pt consultado em 18-08-2016.

⁶⁰ Castro, Laís (2013), “Cascais, ‘Vila Perfeita’”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 22, 24jan, p.14-15.

⁶¹ *Idem*

⁶² Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Orçamento participativo 2011-2015”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p. 2-4.

A 26 de novembro de 2015, em Madrid, “Cascais foi escolhida para Capital Europeia da Juventude 2018”⁶³.

O concelho é recomendado a nível internacional:

A revista Paris Match foi a última a recomendar uma visita à vila de 650 anos. Grandes jornais como o Daily Telegraph, Le Monde ou El País, e mesmo cadeias como a CNN, têm mantido Cascais no radar destacando a cultura, o ambiente e a identidade de um local centenário⁶⁴.

Apesar da nítida centralidade da vila de Cascais, é notório o interesse e preocupação, por parte da autarquia, com as outras freguesias. Veja-se os projetos que pretendem colocar a freguesia de Carcavelos e Parede como uma nova centralidade. Na área da educação, destaca-se que vão ser construídas em Carcavelos novas instalações (ou um polo) de uma universidade, a Nova School of Business and Economics, com início previsto para 2017. Em termos de qualidade de vida, há alguns projetos de requalificação em curso, nomeadamente na Bateria da Parede e na Quinta do Barão, sendo que nesta última “a ideia é manter viva toda a tradição vitivinícola de Carcavelos: um parque verde urbano, um Museu da Vinha e do Vinho, e um centro de produção vitivinícola”⁶⁵. Em relação ao comércio, foi realizada a requalificação do Mercado de Carcavelos. Prevê-se ainda avanços na área do desporto, prevendo-se a criação de um centro desportivo (investimento da marca Quiksilver), na área do urbanismo com um grande projeto para a Quinta dos Ingleses e ainda na área da saúde⁶⁶.

Pouco depois desta notícia, que explica os planos de uma nova centralidade do concelho em Carcavelos e Parede, surgiu outra notícia que anunciava também São Domingos de Rana como uma nova centralidade concelhia:

No momento de revisão do Plano Diretor Municipal, a estratégia concelhia para o desenvolvimento da freguesia passa precisamente pelo reconhecimento de três principais polos, criando condições para a sua requalificação e desenvolvimento, de forma a esbater ao máximo a assimetria litoral-interior resultante de anteriores políticas municipais⁶⁷.

Ainda relativamente à descentralização mas desta vez à descentralização de competências do poder central para o local, ou mais precisamente do Estado para o município de Cascais, veja-se a seguinte notícia:

⁶³ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Cascais é capital europeia da juventude 2018”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p. 7.

⁶⁴ Departamento de Comunicação da CMC (2014), “Excelência de Cascais reconhecida por imprensa estrangeira”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 41, 7jun, p.2.

⁶⁵ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Carcavelos e Parede: uma nova centralidade e mais qualidade de vida”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 50, 29jan, p. 4-5.

⁶⁶ *Idem*

⁶⁷ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “S. Domingos de Rana: uma freguesia rumo ao futuro”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 52, 31mar, p.4-5.

Cascais foi o primeiro município do país a assinar o Acordo Quadro para a Cooperação e Delegação de Competências do Estado no Município. Um acordo que abrange as áreas da Educação, Saúde, Cultura, Segurança Social e Património e que vem aproximar, ainda mais, a decisão das pessoas e resolver questões que se arrastam há dezenas de anos⁶⁸.

Com tudo isto, através de diversas fontes (documento legislativo e informação disponibilizada pela CMC e pela imprensa) foi possível tomar conhecimento dos objetivos estratégicos da autarquia em diversas áreas, incluindo a da cultura, e de algumas concretizações, que ilustram a realização desses objetivos.

4.3.2. Evolução das políticas culturais 2005-2015

Nesta segunda parte de estudo das políticas culturais locais, trata-se da análise da evolução das políticas culturais de Cascais. Para isso, em primeiro lugar, é feita a análise do atual *Regulamento de Organização dos Serviços Municipais* (ROSM), da Câmara Municipal de Cascais, em vigor desde janeiro de 2016. Este Regulamento formaliza “a estrutura orgânica dos serviços autárquicos” (Santos, Lima e Neves, 2005: 84-85), sendo assim uma fonte que permite saber quais são os “meios orgânicos disponíveis para a execução de políticas” (Idem). É a partir do ROSM que se analisa a estrutura orgânica da cultura na CMC e as atribuições e competências para a área da cultura dos diversos serviços municipais, realizando uma comparação relativamente a 2005. Para os dados relativos a esse ano utiliza-se como fonte principal a *Cartografia cultural do concelho de Cascais* (Santos, Lima e Neves, 2005). Foram também analisados os ROSM 2012 e 2014. Para além disso, faz-se uma breve análise dos recursos humanos, tendo por base o *Mapa Pessoal da Câmara Municipal de Cascais 2016*. Por fim, estudou-se a evolução dos objetivos estratégicos autárquicos, utilizando para esse efeito a *Cartografia Cultural do concelho de Cascais* (Santos, Lima e Neves, 2005), *Os Museus Municipais de Cascais* (Santos e Neves, 2005), um artigo de Augusto Santos Silva (2007) - “Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro” - e o subcapítulo anterior desta dissertação (4.3.1).

Estrutura orgânica da cultura na CMC

Antes de ver quais são as competências dos serviços encarregues do setor cultural, é necessário ter em conta a estrutura orgânica camarária e sua evolução. O setor cultural da Câmara Municipal de Cascais, em 1998, era da competência do Departamento da Cultura, então composto por 3 divisões: a Divisão de Promoção e Animação Cultural (DPAC), a

⁶⁸ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Cascais, concelho pioneiro na descentralização de competências”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, p.3.

Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico (DBAH) e a Divisão de Património Histórico e Cultural (DPAT). Em 2004, o mesmo Departamento, manteve a primeira Divisão, alterou o nome da segunda para Divisão de Bibliotecas e Arquivos (DBAR) e dividiu a terceira divisão em 3 secções especializadas: Divisão de Museus (DMUS), Gabinete do Património Histórico e Cultural (GPAT) e Gabinete de Arqueologia (GARQ) (Santos, Lima e Neves, 2005: 86).

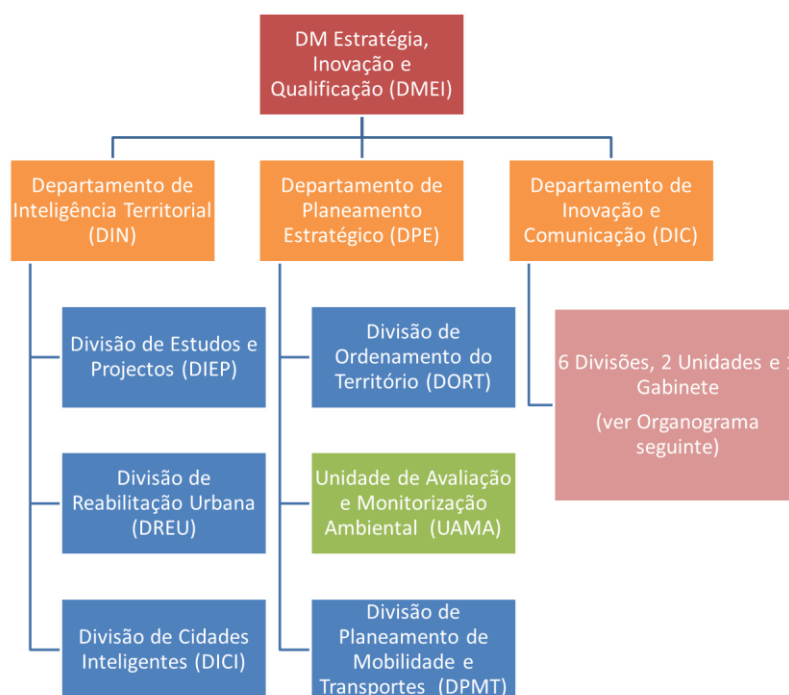
Hoje, em 2016, segundo o Artigo 3.º do ROSM, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016, os serviços municipais organizam-se em 4 categorias: Direções Municipais, Departamentos, Divisões e Unidades, e Gabinetes. Existem quatro Direções Municipais, sendo que a área da Cultura está integrada no Departamento de Inovação e Comunicação (DIC), que por sua vez pertence à Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI) (ver figura n.º1). Mais precisamente, dentro do DIC, a área da cultura está repartida pela Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DABP) e pela Divisão de Animação e Promoção Cultural (DAPC) (ver adiante figura n.º2).

Assim, em relação aos ROSM de 1998 e 2004, percebe-se que deixou de existir um Departamento da Cultura. Contudo, subentende-se que, ao integrar o Departamento de Inovação e Comunicação, se pretenda que o setor cultural se relacione melhor com as outras divisões, no âmbito dos objetivos estratégicos camarários apresentados no subcapítulo anterior, que caminham no sentido da coesão territorial. Quanto às Divisões, vê-se que a DAPC se mantém e a DABP é como se fosse uma conjugação das duas anteriores Divisões, a DBAR e a DPAT.

Refira-se ainda que na Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG) existe um Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP), que inclui uma Divisão de Assuntos Patrimoniais e Expropriações (DAPE). Esta, por sua vez, inclui 3 Gabinetes de Gestão Patrimonial: Móvel (GPAM), Imóvel (GPAI) e Cultural (GPAC)⁶⁹.

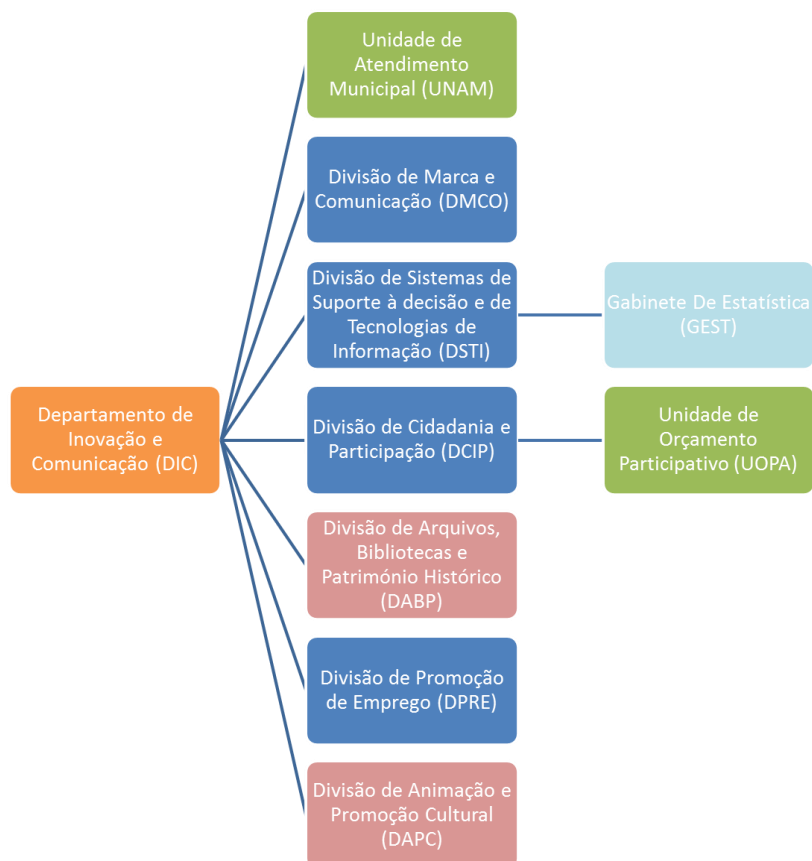
⁶⁹ Fonte: ROSM) de 2016.

Figura 1: Organograma da Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (2016)



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), 2016.

Figura 2: Organograma do Departamento de Inovação e Comunicação (2016)



Fonte: Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), 2016.

A gestão de algumas áreas de intervenção está entregue a empresas municipais ou entidades privadas, como por exemplo, a DNA Cascais (empreendedorismo, apoio a novas empresas) e a Cascais dinâmica (promoção turística), entre outras (Espinheira, 2015). No caso da Cultura, a Câmara Municipal de Cascais, desde 2000, recorre a uma parceria com a Fundação D. Luís I (FDL), que consiste numa gestão integrada, conjugando recursos humanos e financeiros, e encarregando a FDL da gestão programática de alguns equipamentos culturais municipais (Menezes, 2015a). Este modelo de gestão está integrado no Bairro dos Museus, que será apresentado no próximo capítulo. Assim, desde 2015, esta parceria foi alargada, aumentando significativamente o número de equipamentos em gestão conjunta.

Recursos Humanos

É também relevante mencionar, ainda que brevemente, os recursos humanos na área da Cultura, pois são parte integrante desta estrutura que executa as políticas culturais autárquicas. Observe-se então como estava a situação em 2005, segundo a análise da *Cartografia cultural do concelho de Cascais*:

... em 2002, o DEC era composto por 141 funcionários. Da análise da distribuição pelas diversas divisões destaca-se o maior número de funcionários na DPAT (62). Note-se que é a esta divisão que cabe a gestão dos museus municipais. A DBAH conta com 45 funcionários. Já a DPAC representa apenas cerca de metade dos funcionários da DPAT, sendo a menor das três divisões, com 25 funcionários (Santos, Lima e Neves, 2005: 111).

Atualmente a DMEI comporta 284 funcionários, dos quais a maioria, 249 mais precisamente, pertence ao DIC, o Departamento onde está inserido o setor cultural. Dentro deste Departamento, a DAPC, que em 2005 era a Divisão com menos funcionários, é agora a que tem mais (78), seguindo-se a DABP com 71. Estas 2 Divisões completam um conjunto de 149 funcionários, portanto houve um ligeiro acréscimo na quantidade de responsáveis pela Cultura, de 2002 para 2016. As outras secções com bastantes funcionários são a DSTI (Divisão de Sistemas de Suporte à decisão e de Tecnologias de Informação) com 28, a UNAM (Unidade de Atendimento Municipal) com 26 e a DMCO (Divisão de Marca e Comunicação) com 19. As secções deste Departamento (que também podem ser vistas na figura n.º2) com menos funcionários são a DCIP (9), a DPRE (8), o GEST (5) e a UOPA

(4)⁷⁰. Assim, apesar da área cultural estar integrada num Departamento que engloba outras áreas, é a que tem mais recursos humanos.

Competências do setor cultural municipal

Nesta parte, analisa-se as competências orgânicas do DIC (Departamento de Inovação e Comunicação) e das Divisões aí integradas com atribuições culturais, enunciadas no ROSM de 2016 e observa-se a evolução das mesmas desde 2005, com base na *Cartografia cultural do concelho de Cascais*, onde, desde já, se explica a importância desta análise:

A análise das competências consignadas no ROSM permite estabelecer as relações pertinentes entre objectivos políticos e meios orgânicos. Este objectivo é mais elucidativamente alcançado se se abordar a evolução das competências formalizadas nas diversas versões (Santos, Lima e Neves, 2005: 87).

Segundo o Artigo 2.º do Anexo I do ROSM 2016 (ver Anexo C), as “atribuições e competências das Direções Municipais” são a supervisão e a coordenação das subunidades que abarcam, isto é, dos Departamentos e respetivas Divisões, Unidades e Gabinetes.

Dentro da DMEI, atente-se então às competências do DIC - onde se integra a Cultura neste ano de 2016 – enumeradas no Artigo 9.º do Anexo I do ROSM 2016 (ver anexo C). A alínea “a) Gerir à marca Cascais” vai de encontro aos objetivos estratégicos autárquicos, já referidos no subcapítulo anterior. Podem-se observar as alíneas que indicam as competências de âmbito cultural. A *f)*, *g)* e *h)* apontam para a gestão dos arquivos e bibliotecas municipais e desenvolvimento da política editorial, respetivamente. A alínea *i)* - “Contribuir para o desenvolvimento do Município, tanto pela promoção do património natural, histórico e cultural, pela oferta de atividades e objetos culturais de qualidade, como pela divulgação e vivência das manifestações locais da cultura portuguesa” – mostra que a promoção do património e a oferta cultural de qualidade são formas de contribuir para o desenvolvimento do município, conforme referido no capítulo 2.2 desta dissertação, e que isso é importante na atual gestão camarária de Cascais. Estas competências serão atribuídas à DABP, como se poderá ver nos artigos referidos mais adiante. Outras duas já serão da competência da DAPC: a alínea *q)*, que refere a gestão de equipamentos e iniciativas culturais, e a “*p)* Assegurar a realização das estratégias e políticas municipais na área da promoção cultural, desenvolvendo parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que contribuam para melhorar a intervenção municipal”.

⁷⁰ Estas contagens foram feitas a partir da fonte: Mapa Pessoal da Câmara Municipal de Cascais 2016.

Esta alínea é importante para a presente dissertação pois é aqui que se insere a parceria entre a autarquia e uma organização do terceiro setor - a Fundação D. Luís I - na gestão do Bairro dos Museus.

Note-se também algumas competências de um outro Departamento, o DIN - Departamento de Inteligência Territorial:

- d) Apoiar o executivo na conceção e implementação de estratégias nas áreas da requalificação, valorização do património histórico-cultural e tratamento do espaço público (...)
- j) Promover a qualificação do espaço público como elemento fundamental da afirmação do território e competitividade entre as cidades (Artigo 7.º, Anexo I do ROSM 2016)

A partir das competências enunciadas percebe-se a interligação entre os Departamentos abrangidos pela mesma Direção Municipal, dado que há uma competência neste Departamento (a descrita na alínea d)) relacionada com a área cultural. E a alínea j) refere a promoção da qualificação do espaço público, o que também está interligado com o DIC, pois esse é um propósito comum, é um dos objetivos estratégicos da autarquia, referidos no subcapítulo anterior. Ainda no DIN, pode-se observar a primeira competência de âmbito geral de uma das suas divisões, a Divisão de Cidades Inteligentes (DICI):

- “a) Elaborar um plano estratégico de cidades inteligentes para o Município de Cascais, incluindo a definição de missão, visão e eixos estratégicos de atuação que o Município deva adotar como território gerido de forma inteligente para os seus cidadãos e empresas” (Artigo 36.º, Anexo II do ROSM 2016)

De seguida, vejam-se as competências das divisões às quais se atribui a área da Cultura - a Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DABP) e a Divisão de Animação e Promoção Cultural (DAPC) – enunciadas nos Artigos 47.º e 49.º, Anexo II do ROSM 2016 (ver Anexo C).

Em 1996 e 1998 havia uma divisão encarregue das competências referentes ao património, a DPAT, e outra responsável pelas Bibliotecas e Arquivos, a DBAH. Em 2004, a DPAT subdividiu-se em DMUS, GAPT e GARQ (Santos, Lima e Neves, 2005: 86-91). Em 2012, segundo o ROSM 2012, o DEC (Departamento de Cultura), para além da DAPC, mantinha uma Divisão de Bibliotecas e Arquivos (DBAR), e uma Divisão do Património e Museus Municipais (DPAM) (ROSM 2012). Portanto voltou, assim, a agregar as competências relativas aos museus e ao património, sem as subdivisões de 2004.

Em 2014, segundo o organograma do ROSM 2014, observa-se o início de uma reestruturação. A Cultura, que estava sob responsabilidade do DEC desde 1996 (Santos, Lima e Neves, 2005: 86), passa para a responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento Estratégico (DDE), que integrou a DAPC, e do DIC, onde se inseriu a Divisão de Arquivos Municipais (DARQ). Em 2016, a Cultura passa em exclusivo para a responsabilidade do DIC.

Agora, em 2016, as competências relativas ao património e aos arquivos e bibliotecas, que até 2012 se dividiam entre duas divisões, congregam-se numa só divisão, a DABP. Contudo, a atribuição de gestão de museus não cabe a esta divisão, mas sim à já antiga (1996) DAPC.

Como se pode ver no Artigo 47.º do ROSM 2016 (ver anexo C), a DABP tem as suas competências divididas pelas 3 áreas que lhe são atribuídas: os Arquivos Municipais, as Bibliotecas e Livraria Municipal e Património Histórico e Cultural.

As competências referentes aos Arquivos têm vindo a aumentar. As alíneas a) e e) são parecidas com as que já existiam no ROSM 1998, mas acrescenta-se, já desde o ROSM 2012, a gestão do Arquivo Intermédio, e com o ROSM 2016 acresce ainda a organização da documentação no Sistema Eletrónico de Gestão Documental e a gestão do Arquivo Técnico de Urbanismo.

As competências no âmbito das Bibliotecas mantêm-se praticamente idênticas em conteúdo desde o ROSM 2004 (Santos, Lima e Neves, 2005: 93-94), acrescentando-se apenas, neste ROSM 2016, a gestão da Livraria Municipal. Contudo, sempre houve preocupação com a política editorial, como uma das formas transmitir a história e identidade de Cascais, e esta Livraria já existia em 2005 (Santos, Lima e Neves, 2005: 79).

As atribuições relativas ao Património no ROSM 2016 são muito parecidas com as do ROSM 1998 (Santos, Lima e Neves, 2005: 92). Contudo, deram-se algumas alterações. Foi acrescentada a alínea “e) Assegurar o acompanhamento técnico de obras em áreas de interesse histórico-cultural (...)” (Artigo 47.º, ROSM 2016), que não estava no ROSM de 1998 mas já estava no ROSM 2012 (alínea o) do Artigo 53.º, ROSM 2012). Algumas alíneas que estavam no ROSM de 1998 e ainda no de 2012 (Artigo 53.º, ROSM 2012) desapareceram, como por exemplo as referentes à gestão de museus e desenvolvimento de programas de informação e animação, pois passaram a ser competências da DAPC. Também passou a ser responsabilidade de outro Departamento a promoção da participação da população, ainda presente no ROSM de 2012, e deixou de existir a alínea “f) Propor acordos e protocolos de cooperação com outras instituições e entidades que prossigam fins idênticos (museus, associações de defesa do património, escolas, etc.)” (Artigo 64º, ROSM 1998). O ROSM 2012 também tinha alíneas que já não estão presentes no ROSM 2016, nomeadamente as h), i), k), l), m), n) e r) do Artigo 53.º do ROSM 2012.

Quanto à DAPC, desde 1996, tem mantido competências semelhantes, nomeadamente ao nível da promoção, difusão e criação de cultura e apoio ao associativismo (ROSM 1998 e Santos, Lima e Neves, 2005: 91). Para além disso, em 2012 (ROSM 2012, Artigo 54.º, alínea f)) é lhe também atribuída a gestão dos Auditórios e Teatros Municipais. E agora, em 2016, vê as suas competências ainda mais acrescidas, com a gestão dos museus municipais, tal como se pode ver no anexo C (ROSM 2016, Artigo

49.º alínea a)). Embora não expressa no ROSM, esta gestão é realizada em parceria com a FDL (Fundação D. Luís I), conforme foi referido no início deste subcapítulo. Antes, em 2002, a gestão dos museus era competência da DPAT (Santos, Lima e Neves, 2005: 111).

Observa-se ainda que o aumento de competências da DAPC justifica o aumento ao nível dos recursos humanos, já referido acima neste subcapítulo. Se em 2005, no setor cultural, a DAPC era a divisão com menos funcionários a cargo, agora é a que tem mais. Importa relembrar também que o número de museus aumentou de 2002 para 2016, de 5 para 17, conforme referido, nesta dissertação, no subcapítulo 4.2.2 Evolução da oferta cultural entre 2005 e 2015.

Refira-se ainda que o Associativismo não faz parte apenas das competências da DAPC, conforme se vê na alínea *h*) do Artigo 49.º do ROSM 2016 (ver anexo C), mas também das competências da Divisão de Cidadania e Participação (DCIP), integrada no mesmo Departamento (DIC) (Artigo 45.º, Anexo II do ROSM 2016). Noutro Departamento, o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP) é de destacar que existe um Gabinete de apoio ao setor cultural, o Gabinete de Gestão Patrimonial Cultural (GPAC), ao qual cabe, entre outras, as seguintes atribuições: “a) Gerir e atualizar o inventário do património histórico e cultural municipal” e “b) Assegurar a conservação e manutenção dos bens culturais” (Artigo 58.º, Anexo II do ROSM 2016) – ver anexo C.

Por fim, em traços gerais, nota-se que, do ROSM de 1998 para o de 2016, observando as atribuições do DEC (ROSM 1998) e do DIC (ROSM 2016), apesar das várias alterações orgânicas, há continuidade em algumas temáticas, nomeadamente, a preocupação em contribuir para um espaço público com “um ambiente social saudável” (alínea 1.a) Artigo 62.º ROSM 1998), para a estimulação da participação dos cidadãos e para o desenvolvimento do concelho; a defesa e conservação do património; o acesso da população às diversas expressões culturais; promover edições que preservem a identidade do município; “Promover uma gestão moderna da iniciativa cultural caracterizada (...) por uma ponderada gestão de recursos e por uma visão a médio e longo prazo” (alínea 1.e) Artigo 62.º ROSM 1998 e alínea q) Artigo 9.º Anexo I ROSM 2016); “os equipamentos e infra-estruturas culturais, seu planeamento e distribuição pelo território” (Santos, Lima e Neves, 2005: 88). A questão da descentralização de equipamentos culturais para as outras freguesias do município (para além da freguesia central Cascais-Estoril) é uma preocupação que se mantém na CMC. Isso é observável na prática, através das realizações referidas nos capítulos anteriores (4.2. e subcapítulo 4.3.1).

Evolução dos objetivos estratégicos

Após as observações feitas acima vê-se que a continuidade tem sido um traço evidente nas políticas culturais locais desde 1998 (Santos, Lima e Neves, 2005: 77). Aliás desde 1993, como se pode observar pelas linhas orientadoras do setor da cultura nos mandatos de 1993-2001:

Nos dois mandatos com presidência do PS as grandes linhas que orientaram a sua acção podem sintetizar-se, segundo o vereador responsável pelo pelouro da Cultura, em três eixos: i) a criação de “uma dinâmica cultural de ano inteiro”, combatendo a sazonalidade da oferta; ii) a diversificação dos públicos; iii) a criação de “uma rede de equipamentos polivalentes”, capazes de sustentar a continuidade da oferta (Santos, Lima e Neves, 2005: 77)

Os eixos estratégicos que orientam atualmente as atividades culturais foram apresentadas no subcapítulo anterior (4.3.1.). Relembre-se quais são os 5 eixos: a salvaguarda e reaproveitamento do património, a gestão das redes de equipamentos culturais, o apoio ao associativismo, o desenvolvimento de iniciativas e projetos culturais locais e a aposta num setor editorial diversificado (informação disponível no *site* institucional da CMC). Contudo, também os três eixos referidos na citação acima continuam a ser seguidos, na prática, no atual mandato do PSD, apesar da filiação político-partidária da administração do concelho ser diferente da que os referiu (PS entre 1993 e 2001). Para perceber isso basta observar a oferta cultural e os objetivos estratégicos da autarquia. Em termos de oferta, repare-se na criação de eventos, por exemplo, nos eventos temáticos ao longo do ano no Mercado da Vila, o verão já não se resume a concertos e festivais de música, mas alarga-se a setembro e a outras áreas com o Festival Lumina, o FIC (Festival Internacional de Cultura) e o Classic Motorshow (ver final do subcapítulo 4.2.1.). Isto é uma forma de combater a sazonalidade da oferta acima referida. Nos objetivos estratégicos atuais já se viu que uma das preocupações é identificar os públicos e promover iniciativas direcionadas aos vários tipos de público (ver subcapítulo 4.3.1.). É observável a criação de novos equipamentos culturais no concelho ao longo da última década e meia (ver capítulo 4.2.) e a polivalência é um traço comum a muitos deles (Santos, Lima e Neves, 2005: 79).

Ainda em relação ao diagnóstico da situação herdada, já não se verifica “uma escassez de equipamentos culturais e o subaproveitamento do potencial turístico-cultural” (Idem: 78). Pelo contrário, hoje verifica-se um aproveitamento, cada vez maior na última década e meia, desse potencial e um grande aumento na quantidade de equipamentos, que aliás se iniciou na década aqui em estudo (Idem: 78-79). A “intervenção directa da câmara na oferta cultural” era considerada fraca (Idem: 78). Contudo, no arco temporal aqui estudado, nota-se que a cultura tem sido cada vez mais valorizada pela autarquia como fator de desenvolvimento que beneficia o turismo e a economia local. A diferença

litoral/interior, referida pelo (ex) vereador da Cultura José Jorge Letria (Idem: Ibidem), mantém-se mas têm sido realizadas diversas concretizações no sentido de atenuar essa diferença (ver subcapítulos 4.2.2 e 4.3.1). A FDL, entidade de direito privado, que já estava “ligada à gestão e programação do CCC” (Santos, Lima e Neves, 2005: 79) agora alargou as suas competências à gestão da programação dos equipamentos culturais de Cascais. O plano internacional (Idem, Ibidem) continua a ter grande importância, como se pode ver pelas exposições que tem vindo a ser realizadas no CCC por exemplo e pela realização do recente FIC, criado em 2015.

Veja-se também as linhas da vereação seguinte (2001-2005) àquela enunciada acima, que continuam a ser prosseguidas atualmente:

As grandes linhas de orientação da vereação PSD/PP saída das eleições de Dezembro de 2001, patentes no programa eleitoral desta candidatura encabeçada por António Capucho, visam: o património arquitectónico, histórico e cultural do concelho; a articulação entre cultura e educação; “garantir a qualidade das iniciativas e eventos culturais organizados ou patrocinados pelo município, mas com a preocupação de lhes retirar o cunho excessivamente elitista”; a correcção das “assimetrias na distribuição de equipamentos e eventos culturais, estando o interior desfavorecido, descaracterizado e mal estudado face ao litoral (Santos, Lima e Neves, 2005: 79-80).

Nesse mandato, a vereadora da cultura Ana Clara Justino referia dois aspetos importantes: “fraca atenção até então prestada ao património (...), por outro lado, a divulgação das actividades culturais realizadas em Cascais, até então muito descurada” (Santos, Lima e Neves, 2005: 80). Se esses aspetos eram descuidados até à última década do séc. XX, desde então, neste séc. XXI, passaram a ser uma prioridade. Em relação à política de valorização do património nota-se, mais uma vez, uma continuidade. Isso é visível através da concretização dos projetos de requalificação do património, como é o caso, já referido no subcapítulo 4.2.2, da requalificação da Cidadela e do Farol de Santa Marta (Santos, Lima e Neves, 2005: 81). Continua também a ser relevante, nos objetivos e projetos autárquicos, “a valorização do centro histórico da vila de Cascais” (Idem: 121). Quanto à divulgação das atividades culturais criou-se nesse mandato (2001-2005) uma Agenda Cultural do município, que se mantém ainda hoje, com o intuito “de atribuir maior visibilidade à oferta cultural” (Idem, Ibidem).

Ainda em relação às linhas de atuação e aos projetos desse programa eleitoral, veja-se que o âmbito de muitos dos mesmos mantém-se: eventos de prestígio e alargamento dos utilizadores nos auditórios, apoio ao TEC, criar um espírito de identidade local e envolver a população do concelho, articular a cultura e a educação, “valorização dos equipamentos existentes e de criação de novos (...) promoção das bibliotecas e da leitura (...) melhoria dos sistemas informáticos de gestão de informação internos e a disponibilizar ao público” (Idem: 80-81). A noção de rede de equipamentos, particularmente de museus e bibliotecas

(Idem: 122), que começou a ganhar maior expressão nesse início do milénio, toma agora nova força com o conceito de “Bairro dos Museus” que será exposto no próximo capítulo. Destas linhas de atuação, destaque-se a valorização e criação de equipamentos, que está relacionada com a política acima referida de valorização e salvaguarda do património, como se pode ver:

O forte acréscimo de equipamentos existentes ou em projecto, em particular a partir de 2000 e com destaque para os localizados na freguesia de Cascais – prioridade da política cultural da autarquia na última década, ao nível da preservação e salvaguarda de património (Santos e Neves, 2005: 22) (...) adaptando os espaços preexistentes a novas funções culturais (Idem: 135).

Após a análise dos eixos estratégicos da ação cultural e das linhas de atuação, é ainda importante ter em conta alguns dos sete dilemas apresentados na *Cartografia cultural do concelho de Cascais* (Santos, Lima e Neves, 2005: 328) que, conforme observado, ainda se colocam nas políticas culturais locais atuais. Sendo este concelho caracterizado por uma diferença entre o litoral e o interior, “um litoral cosmopolita, turístico e um interior localista e residencial” e por “outra assimetria (...) entre o eixo Cascais-Estoril e as restantes freguesias”. Esta diferença cria um dilema de política cultural: “complementar a atividade turística ou proporcionar condições de acesso aos bens e serviços culturais por parte da população local” (Santos, Lima e Neves, 2005: 328). É visível através das diversas realizações, expostas nos subcapítulos anteriores (4.2.1, 4.2.2. e 4.3.1), que a autarquia está empenhada em trabalhar nos dois sentidos.

O segundo dilema observável é o “binómio densificação *versus* descentralização” (Santos, Lima e Neves, 2005: 328). Existe uma densificação da oferta cultural no centro histórico da vila de Cascais, particularmente no património, refletindo-se também numa maior procura turística. Portanto as políticas culturais locais procuram sempre adequar-se a esta realidade sem esquecer que isso “não poderá significar desertificação cultural do demais território concelhio (...) sendo certo que a descentralização é um princípio de actuação basilar das políticas culturais locais” (Idem: 329). Assim, apesar de se observar uma intensificação da densificação da oferta, através, entre outros exemplos, da criação de novos equipamentos culturais: o Farol Museu de Santa Marta (2007), a Casa de Histórias Paula Rego (2009), a Casa Duarte Pinto Coelho (2013) e o Museu da Vila (julho 2015); verifica-se, desde 2005, alguma atenção à descentralização, também através do exemplo de novos equipamentos noutras freguesias - a Biblioteca S. Domingos de Rana (logo em 2005) e o Moinho de Armação (em Alcabideche) - entre outras concretizações e projetos (ver capítulo 4.2).

Outro dilema identificado é: “intervir na vida cultural através da construção / requalificação de infra-estruturas ou através do apoio à realização de eventos” (Santos,

Lima e Neves, 2005: 329). A autarquia tem procurado responder aos dois objetivos, tanto requalificar infraestruturas para abrir novos equipamentos, como apoiar regularmente eventos culturais. Na linha deste último dilema surge um outro muito relevante:

Mesmo quando se trata de equipamentos e eventos totalmente suportados pela autarquia, pode colocar-se o problema de ser esta a gerir ou de, pelo contrário, delegar, em condições normalmente acordadas através de protocolo, a respectiva gestão. Trata-se de um problema que remete para o peso, na estrutura autárquica, do pessoal (qualificado e) necessário à prestação dos serviços em causa. Remete igualmente para problemas de eficiência e de qualidade dos serviços. Sendo certo que é uma solução mais comum nos eventos do que nos equipamentos (Santos, Lima e Neves, 2005: 328-329)

Sobre esta questão, é importante referir que a autarquia decidiu partilhar a gestão dos museus, como já foi referido neste e em anteriores subcapítulos. Apesar da gestão dos museus municipais ser uma competência da DAPC, foi recentemente delegada à FDL a gestão programática dos museus. Esta opção insere-se no conceito “Bairro dos Museus” (tema do próximo capítulo - 5) e prende-se com as questões acima referidas, isto é, conseguir uma maior eficiência e qualidade de serviços através de pessoal qualificado da FDL, de modo a não pesar tanto na estrutura autárquica. Assim a solução que antes era mais usual nos eventos, estende-se agora a alguns equipamentos culturais, isto é, aos museus municipais.

O último dilema é “favorecer a autonomia do setor cultural ou, pelo contrário, favorecer a articulação deste com outros?” (Santos, Lima e Neves, 2005: 330). Apesar de em 2005 a autonomização do setor parecer ser uma tendência crescente, hoje vê-se a cultura cada vez mais articulada com outras áreas como a educação, o turismo e o desenvolvimento estratégico do concelho.

Para além dos dilemas, não se deixe de referir três questões implicadas nas opções tomadas pela autarquia, no que se refere às medidas de política cultural. A primeira tem a ver com a acessibilidade da cultura: “O acesso à cultura é tomado normalmente no sentido da democratização da cultura, ou seja, de criar as condições para que setores crescentes da população tenham acesso às grandes obras da cultura e da arte” (Idem: 331).

Outra “refere-se à diversificação cultural. O alargamento quantitativo da oferta (...) não é, só por si, sinónimo de diversificação” (Idem: 335). Os eventos culturais recorrentes são o melhor exemplo da diversidade da oferta, pois “os eventos promovidos e / ou apoiados pela autarquia abrangem a generalidade dos domínios culturais. Áreas como a animação de rua, o artesanato, os eventos de moda” (Idem: Ibidem) continuam, numa tendência crescente, a marcar a oferta cultural municipal.

Por fim, a última questão aqui considerada é que a “concretização das políticas culturais locais não se faz isoladamente” (Idem: 336). Prova disso são as inúmeras parcerias que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a realizar, a nível intermunicipal, nacional e

internacional. Destaquem-se apenas alguns exemplos. Ao nível intermunicipal, há por exemplo a parceria com a Câmara de Oeiras na criação da OCCO (Orquestra da Câmara de Cascais e Oeiras) (Idem: 337). A nível nacional, depois de já ter sido assinado um acordo em 2012, foi assinado em 2015 um protocolo de delegação de competências do Estado para os municípios, o Acordo Quadro para a Cooperação e Delegação de Competências do Estado no Município⁷¹ (ver 4.3.1). A nível internacional, têm sido estabelecidas várias geminações⁷² (Santos, Lima e Neves, 2005: 337). Relembre-se ainda as parcerias estratégicas com o Estado e com o setor privado, já mencionadas no subcapítulo anterior (4.3.1), bem como as articulações feitas com o terceiro setor.

Posto isto, para terminar, o município nesta última década e meia tem dedicado muita atenção à dimensão cultural. Augusto Santos Silva afirma que “Cascais serve de ilustração clara, como já vimos, para o paradigma mais difundido de política cultural local, assente em pilares doutrinários e carrilada por intervenções públicas bastante consensuais, no Portugal autárquico dos princípios do século XXI” (Silva, 2007: 18). Segundo a perspetiva do autor, a *Cartografia cultural do concelho de Cascais* reconheceu como os pilares das políticas culturais em Cascais: a descentralização, a dotação de equipamentos culturais no território municipal, o apoio ao associativismo, a formação de públicos e a aposta em eventos distintivos (Silva, 2007: 14-15). Tendo em conta os dados apresentados nesta dissertação, conclui-se que estas questões continuam a orientar as políticas culturais locais e que “a administração pública local desempenha um papel estruturante na oferta cultural concelhia” (Santos, Lima e Neves, 2005: 327).

⁷¹ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Cascais, concelho pioneiro da descentralização de competências”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, p.3.

⁷² Silvestre, Marta (2012), “Cidades geminadas – Ligações internacionais fortalecem o concelho”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 7, 16fev, pp.8-9.

5. O BAIRRO DOS MUSEUS

Este capítulo trata de apresentar o Bairro dos Museus (BM), também designado por Bairro, um projeto cultural recente em Cascais. Para isso, as fontes utilizadas foram a Fundação D. Luís I (FDL), a Câmara Municipal de Cascais (CMC), os folhetos com atividades culturais do Bairro dos Museus (ver Anexo D) disponíveis ao público e notícias dos jornais locais sobre este projeto.

Mais concretamente, os instrumentos de recolha de informação utilizados foram: uma entrevista, realizada em 2015, a Salvato Telles de Menezes, Presidente da FDL (uma das entidades responsáveis pelo projeto)⁷³ (Menezes, 2015a), e uma comunicação do Presidente da FDL no Seminário Internacional de “Gestão Estratégica de Recursos Patrimoniais”⁷⁴ (Menezes, 2015b). Para recolher informação da CMC foram vistos os seguintes documentos informativos: “Bairro dos Museus – o primeiro ano” (CMC e FDL, 2016), “Cascais lança Bairro dos Museus” (CMC, 2015), e “Linhas programáticas para a gestão dos Espaços Culturais sob responsabilidade da Fundação D. Luís I no quadro do Bairro dos Museus” (Bairro dos Museus Cascais, sem data), que tal como o nome indica, “tem como objetivo estabelecer as linhas programáticas para a gestão dos equipamentos, no seu conjunto. O documento baseia-se no Plano Estratégico Cascais Cultura 2020, da Câmara Municipal, e defende uma visão integrada na qual a Cultura preside a um ciclo virtuoso em que têm lugar Educação, Urbanismo, Juventude e Turismo” (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 4).

5.1. Caracterização e objetivos do projeto Bairro dos Museus

Os museus desempenham um papel fundamental na comunidade: “Museums play major roles, we realized, in urban and communal life, they are repositories of history and belief, of artifacts, but also of ideas and ideals. Museums, we realized, are durable agencies for reflecting issues and changes in the society” (Bradford, Gary e Wallach, 2000: 211). Por isso, os museus devem estar constantemente em comunicação com a sociedade. Essa é uma das melhorias que o Bairro dos Museus pretende trazer a Cascais. Para além da comunicação, outras implementações do projeto foram ao nível da reorganização e da

⁷³ Entrevista realizada para trabalho final da cadeira “Projetos culturais de Património” sob orientação do Professor José Soares Neves no âmbito do Mestrado “Empreendedorismo e Estudos da Cultura” e que se encontra citada na bibliografia do presente trabalho (Ferreira, 2015).

⁷⁴ Seminário, organizado por Spira – revitalização patrimonial, realizado a 14 de Maio de 2015, no auditório Millenium BCP, em Lisboa, e subordinado à temática “Gestão Estratégica de Recursos Patrimoniais”.

gestão dos equipamentos culturais municipais, da definição de um perímetro geográfico, da bilhética, da oferta cultural e da abertura de novos equipamentos (relacionada ainda com reabilitação do património).

Este projeto cultural começou a ser desenvolvido em 2014, proposto pelo atual Presidente da Câmara de Cascais, Carlos Carreiras, tendo sido “publicamente apresentado a 27 de Fevereiro de 2015” (CMC e FDL, 2016), ano em que a vila comemorou 650 anos.

Segundo Salvato Telles de Menezes, Presidente da FDL, o primeiro objetivo do projeto Bairro dos Museus é retomar uma ideia de há 20 anos atrás, aquando da criação da Fundação Dom Luís I, que é a de reorganizar os equipamentos culturais de Cascais, sendo que muitos deles constituem Património. O projeto cria uma união de grande parte dos equipamentos culturais municipais, através do conceito Bairro dos Museus, aproveitando o facto de haver proximidade entre muitos dos equipamentos (Menezes, 2015a).

Outro objetivo deste projeto, referido pelo Presidente da FDL, é utilizar a cultura como fator de desenvolvimento do concelho, assumindo a cultura como cadeia de valor e indo de encontro à estratégia cultural definida pela CMC (Menezes, 2015a). Assim, este projeto trabalha no sentido da promoção e desenvolvimento da cultura e do concelho de Cascais.

Para a fundamentação do projeto Bairro dos Museus em Cascais, os documentos estruturantes recorrem a Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em 1998⁷⁵, para argumentar o objetivo de aquele se tornar numa linha de ação cultural integrada e sustentada, responsabilidade a cargo da FDL (Bairro dos Museus Cascais, sem data). Assim, Amartya Sen:

propõe como medida do desenvolvimento de um povo a sua capacidade e autonomia para escolher os projetos de vida que lhe pareçam mais atraentes, a partir da apresentação de boas propostas. E, nesse processo de escolha, a cultura surge como um dos elementos-chave (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 1).

O Bairro dos Museus é um conceito “geograficamente contido num perímetro que integra diversos equipamentos culturais, cada um com o seu carácter e a sua missão” (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 1), estando na mesma linha do conceito de distrito cultural – apresentado no capítulo 2.3. desta dissertação - implementado em cidades tão diversas como Viena e Amsterdão. Considera-se isto, tendo em conta os pontos em comum observados, sendo que a diferença evidente é a escala. Este Bairro de Cascais é um tipo de distrito cultural, mais especificamente um dos 4 modelos apresentados por Walter Santagata (Santagata, 2002), o distrito cultural de museus, só que em ponto pequeno. Tal como

⁷⁵ Para mais informações ver: <http://www.amartya.org.ar/> consultado em 12-10-2016.

acontece nos distritos culturais de museus (Santagata, 2002), o BM é um conceito que engloba património, talento, cultura, criatividade e inovação (ver anexo D)⁷⁶.

Portanto, este conceito, aplicado agora em Cascais, além de significar um desenvolvimento na área cultural, poderá contribuir para o desenvolvimento do local em sentido lato. Como aliás já foi dito nesta dissertação, o desenvolvimento cultural também contribui para o desenvolvimento noutros setores de atividade, como o turismo e a economia (ver capítulos 2.2 e 2.3). Neste sentido, o Bairro dos Museus insere-se num planeamento estratégico autárquico mais vasto, que abrange vários setores (ver subcapítulo 4.3.1). Desta forma, o projeto do Bairro está integrado nas políticas culturais locais.

O projeto tem como objetivo a dinamização local, cultural e turística. Cascais atrai muitos turistas devido às suas praias, ambiente e oferta cultural, mas para dar resposta a essa procura é necessário organizar melhor a oferta cultural do concelho, e é essa melhoria que o Bairro dos Museus pretende trazer. Tendo em conta que os museus são uma forma de atratividade, é importante destacá-los e melhorar a acessibilidade das experiências culturais. Assim, o BM é uma forma de valorização do património cultural, com o objetivo de dar resposta à procura turística existente no concelho e de aumentar a visibilidade de Cascais e da sua oferta cultural (Ferreira, 2015).

O início do Bairro dos Museus

De acordo com Augusto Santos Silva:

a qualidade dos projectos e programas de desenvolvimentos depende crucialmente da qualidade das identificações e das escolhas. Perguntar o valor e a eficiência de certo programa é também perguntar as condições da sua elaboração, da sua aprovação e da sua implementação (Silva, 2000: 24).

Falemos então brevemente das condições de elaboração do projeto aqui em estudo. Como já foi dito anteriormente nesta dissertação, a maior parte dos equipamentos situa-se no centro histórico de Cascais. Conforme já referido no subcapítulo 4.2.1, até se denominava perímetro ou zona da Parada (Martinho e Gomes, 2005: 24) a uma determinada área de significado histórico e valor patrimonial, onde se concentram grande parte dos equipamentos. Veja-se a sua delimitação: “O “Perímetro da Parada” abrange uma área geográfica limitada a Oeste pelo Farol de Santa Marta, a Este pela Cidadela e a Norte pelo Museu do Mar” (Carvalho, 2010: 34). Essa área inclui ainda o Forte de S. Jorge de Oitavos, a Casa de Santa Maria, o Museu Condes de Castro Guimarães, o Parque Marechal

⁷⁶ Ver *site* oficial do BM www.bairrodosmuseus.pt.

Carmona, a Casa das Histórias Paula Rego, o Centro Cultural de Cascais (CCC) e o Marégrafo (Idem: Ibidem).

A proximidade existente entre os equipamentos culturais municipais foi o principal motivo para a criação deste projeto. A proximidade é positiva para criar o Bairro, é uma das condições do conceito de distrito cultural de museus. Apesar das vantagens desta concentração, já se falou também, nesta dissertação, na importância da descentralização nas políticas culturais locais (ver subcapítulo 4.3.2). Portanto, o Bairro dos Museus pretende também atuar no sentido de destacar os equipamentos culturais das outras freguesias, incluindo-os no seu circuito.

Em 2014, o atual Presidente da Câmara Municipal de Cascais apresentou então a sua ideia à Fundação Dom Luís I, e estabeleceram o objetivo de reorganizar os equipamentos culturais do concelho. A CMC e a FDL juntaram sinergias, decidindo-se que a FDL ficaria responsável pela gestão programática (esta questão é detalhada neste capítulo, posteriormente) e formalizou-se esta parceria (Bairro dos Museus Cascais, sem data). Deu-se então início ao projeto em fevereiro de 2015, com a finalidade de impulsionar o desenvolvimento do concelho, através da cultura, para “colocar definitivamente Cascais num mapa da cultura internacional” (Menezes, 2015a). Neste sentido, note-se que a definição do nome Bairro dos Museus teve em conta o público internacional, pois assim pode também ser designado por *Museum Quarter*.

Objetivos e linhas estratégicas do projeto

Apresentam-se agora os objetivos e linhas estratégicas do projeto de forma mais detalhada. Para tal segue-se a definição e grelha conceptual proposta por Cerezuela: “El proyecto se define pues como un conjunto ordenado de decisiones sobre las tareas que realizamos y los recursos de que disponemos, encaminadas a obtener unos objetivos o resultados deseados” (Cerezuela, 2006).

O projeto insere-se num plano maior de dinamização cultural e turística de Cascais, a fim de a colocar definitivamente no circuito de cultura internacional (Menezes, 2015a). Nesse sentido, é destinado aos turistas, aos visitantes e à população residente em Cascais (Ferreira, 2015).

Segundo Salvato Telles de Menezes, a finalidade do projeto de desenvolver a cultura e de a mesma ser um fator de desenvolvimento para o concelho, traduz-se em objetivos específicos: reorganizar os equipamentos culturais, melhorar a oferta cultural, criar um conceito unificador e inovador, conseguir maior coesão social e criar emprego. Deste modo, o projeto consiste na criação de um conceito que abrange os equipamentos culturais

inseridos numa mesma área geográfica, para trazer mais visibilidade para a área cultural de Cascais (Menezes, 2015b).

As linhas estratégicas do projeto, conforme explicou o Presidente da FDL, estão integradas num plano estratégico de promoção do concelho, “num modelo global de acção da Câmara Municipal de Cascais em prol da promoção de Cascais” (Menezes, 2015a). Assim, para mostrar uma localidade viva e dinâmica, os responsáveis pelo projeto adotam uma linha estratégica, “com base num conjunto de valores patrimoniais” (Menezes, 2015a). Isto é, uma “peculiar visão geopolítica e geocultural que consiste em aprofundar um vasto leque de relações com base em 3 línguas (inglês, português e espanhol) das 3 regiões na entrada do Atlântico” (Menezes, 2015b). Esta visão definida pelo Presidente da CMC, Carlos Carreiras, “está intimamente ligada com a estratégia geral da Câmara Municipal de Cascais para o desenvolvimento do concelho” e “assume naturalmente que Cascais é a porta de entrada na Europa de todos esses países que fazem parte do mundo Atlântico” (Menezes, 2015a). É sobre essa base estratégica que decidiram organizar a programação cultural do Bairro.

Nesta linha estratégica, o projeto tem como objetivos dar visibilidade ao facto de que o “património arquitectónico e arqueológico concelhio evidencia uma herança cultural vasta e diversificada” (Santos, Lima e Neves, 2005: 213) e complementar e requalificar a oferta cultural (Ferreira, 2015). Assim, o Bairro dos Museus constitui-se como “um lugar que nos liga à cultura” (slogan da marca, ver *site* oficial do Bairro dos Museus⁷⁷), englobando no início do projeto os 2 parques urbanos e 12 equipamentos culturais que já existiam.

⁷⁷ <http://www.bairrodosmuseus.pt/>

5.2. Estrutura organizacional e meios de gestão

Neste subcapítulo, apresenta-se a estrutura organizacional e meios de gestão do Bairro dos Museus. As entidades responsáveis por este projeto são a autarquia e a Fundação D. Luís I (FDL). Portanto, vão-se aqui expor quatro tópicos: apresentação da FDL, o seu historial de articulação com a CMC, como se concretiza a sua parceria com a CMC no BM e quais os recursos financeiros utilizados na FDL e no projeto.

5.2.1. Apresentação da Fundação D. Luís I

A estrutura organizacional do Bairro dos Museus é a mesma que a da FDL, a entidade encarregue do projeto. A estrutura é composta por um conselho diretivo, constituído por três membros (um Presidente e Diretor-delegado, dois vogais), e por três colaboradores (Coordenador Geral, Assessor jurídico e fiscal único) (FDL, 2013a)⁷⁸. Depois tem mais um conjunto de serviços: gabinete de comunicação, serviços administrativos e serviços de logística. A Gestão de Recursos Humanos é feita em estreita colaboração com a Câmara (Menezes, 2015a).

A FDL foi criada em 1996, com o intuito de “potenciar a acção municipal no desenvolvimento da sua política cultural” (Martinho e Gomes, 2005: 28). É uma instituição autónoma, de génese municipal aberta à comparticipação privada. Portanto, o seu “funcionamento é viabilizado pelos setores público (autarquia) e privado (mecenias)” (Martinho e Gomes, 2005: 28). A Fundação, de acordo com os seus estatutos “tem por fim criar, desenvolver, acolher, divulgar e acessibilizar a cultura no Concelho de Cascais” (FDL, 2013b: artigo terceiro). Repare-se também, segundo o mesmo artigo, em alguns dos seus fins:

c) investigar, valorizar e cooperar na reabilitação do património cultural (...) e) construir e gerir equipamentos colectivos de índole cultural; f) fomentar a educação e a formação cultural; g) criar eventos culturais e prestar serviços especializados de organização e gestão de espaços (FDL, 2013b: artigo terceiro).

A sede da Fundação está localizada no Centro Cultural de Cascais (CCC) desde que o mesmo entrou em funcionamento, ano 2000, assumindo desde logo um papel central no funcionamento do mesmo (Martinho e Gomes, 2005: 29). Assim, gere o CCC em conjunto com a DAPC (Divisão de Animação e Promoção Cultural da CMC), destacando-se a programação de exposições na atividade que tem vindo a desenvolver. Em 2005, as “mostras de autores mais emblemáticos têm decorrido ao abrigo de protocolos da FDL com

⁷⁸ A informação legal, conselho da Fundação e mecenias e parceiros, entre outros, são disponibilizados *on-line*, pela Fundação, disponível em <http://www.fundacaodmluis.pt/>

instituições congéneres” (Martinho e Gomes, 2005: 33) internacionais. Para além das exposições, em 2005 já se notava o contributo da FDL noutras áreas de atividade como a “realização de conferências e colóquios e a colaboração com os Pelouros da Cultura e Juventude da CMC na organização de ciclos de cinema” (Idem: Ibidem). Ao longo da sua existência a FDL foi construindo o seu acervo, com obras doadas pelos artistas que expõem no CCC. O público pode ver o acervo, ou pelo menos parte dele, no CCC. A realização de exposições mais mediáticas tem trazido visibilidade ao concelho de Cascais. Estes factos verificavam-se já em 2005 (Martinho e Gomes, 2005: 33-34) mas também em 2015 (observação direta – ver capítulo 3).

5.2.2. Articulação CMC / Fundação D. Luís I

Verifica-se uma articulação entre a Câmara Municipal de Cascais e a FDL desde o início da existência da Fundação. A ideia da criação da FDL data de 1994 e partiu da autarquia, pela necessidade que o executivo sentiu de “fortalecer a intervenção do setor da Cultura” (Martinho e Gomes, 2005: 32). Para o município, criar esta entidade com o formato de fundação trazia vantagens: “a agilização dos procedimentos administrativos – em oposição a constrangimentos derivados do funcionamento burocrático da administração pública – e a possibilidade de angariar o apoio regular de financiadores com estatuto público e privado” (Martinho e Gomes, 2005: 33).

Assim, a articulação com a autarquia está na origem da FDL. A Fundação tem apoio financeiro, mas também “apoio de técnicos camarários, como carpinteiros, na fase de montagem e desmontagem das exposições” (Martinho e Gomes, 2005: 37). A FDL colabora ainda com a CMC na organização de algumas iniciativas culturais, tais como os exemplos, acima referidos, dos ciclos de cinema, conferências e demais eventos, sendo ainda parceira em projetos como o do Bairro dos Museus.

Não se pode deixar de referir que a proximidade entre a Câmara e a FDL realiza-se também em termos físicos, pois a DAPC instalou-se no CCC em 2002, onde já era a sede da FDL (Idem: 30). E assim se mantém até à data da presente dissertação, 2016. Isto deve-se ao facto de as duas entidades serem responsáveis conjuntamente pela gestão programática do CCC, sendo que a “intervenção da FDL e da DPAC nas áreas programáveis surge regulada, na perspectiva de ambas as entidades, por um acordo tácito, uma reconhecendo na outra competências próprias em determinadas áreas” (Martinho e Gomes, 2005: 31). Na prática, este acordo processa-se da seguinte forma: a DAPC tem competências nas áreas da música e do teatro, ficando por isso encarregue da programação do auditório do CCC; e a FDL tem competências ao nível das artes visuais e das relações internacionais, estando assim encarregue da realização/produção de exposições.

5.2.3. Parceria CMC com FDL no projeto Bairro dos Museus

A parceria entre a CMC e a FDL concretiza-se também no modelo de gestão definido para o Bairro dos Museus. Antes do BM ser apresentado publicamente, a 27 de fevereiro de 2015, as duas entidades celebraram um protocolo e a partir daí a FDL assumiu "a administração do Bairro dos Museus a nível da programação, comunicação e gestão de meios. Inicialmente eram 9 os equipamentos tutelados pela Fundação D. Luís I, mas apenas um ano depois, são já 17, sendo de prever que, em breve, ascendam a cerca de 20" (CMC e FDL, 2016).

Este modelo de gestão partilhada significa que os equipamentos mantêm a sua autonomia e continuam a depender da CMC como entidade proprietária, mas passam a depender da FDL em termos de gestão e programação. Antes do início do projeto, a FDL já tinha a gestão da programação do CCC, da Casa Duarte Pinto Coelho e da Casa das Histórias Paula Rego (Menezes, 2015a).

Assim, o modelo de gestão do Bairro dos Museus é misto, "é um modelo em que a Câmara Municipal de Cascais e a Fundação Dom Luís I conjugam os seus recursos (...) humanos e financeiros. E existe no fundo uma gestão integrada do departamento de cultura da CMC e da FDL. Sendo que em matéria de programação cabe à FDL a responsabilidade de a escolher, seleccionar, aprovar e levá-la à prática" (Menezes, 2015a). Desta forma, esta parceria, entre setor público e o terceiro setor (ou privado não lucrativo), é uma forma de realizar o projeto, complementando esforços financeiros (o regime de fundação permite acolher apoios privados e públicos) e humanos (a estrutura orgânica camarária não fica tão sobrecarregada). E ainda pretende possibilitar uma maior coerência programática dos equipamentos culturais do Bairro (conforme será explicado mais à frente neste capítulo), aproveitando o *know-how* da FDL em termos de programação e produção de exposições.

5.2.4. Recursos

Relativamente aos recursos, já se viu acima que a FDL conta com financiamento público e privado, o qual suporta:

para além das remunerações dos cinco funcionários da Fundação, as actividades desenvolvidas, em que a economia das exposições representa os custos mais elevados, pelas diversas despesas implicadas – seguros das obras, comissariado, catálogos, divulgação, entre outras (Martinho e Gomes, 2005: 38).

Veja-se quais são os recursos financeiros da FDL, que direta ou indiretamente contribuem também para apoiar o Bairro dos Museus. A FDL conta com o patrocínio do

Estoril Sol, que “é um mecenas da Fundação”, e com o apoio do Turismo de Portugal. Têm também recursos financeiros de:

outras pessoas a título privado. Portanto a Fundação D. Luís I é uma fundação que foi criada pela Câmara Municipal e (...) há 2 pessoas a título individual e 5 instituições privadas (...) que ao longo dos anos de uma forma mais ou menos regular têm apoiado a Fundação. Portanto, no caso da Câmara de Cascais, as verbas para a Fundação vêm efectivamente do Turismo de Portugal (Menezes, 2015a).

Isto significa que, indiretamente, as verbas da Câmara para a Fundação, vêm do Casino do Estoril, pois “existe um decreto em que o Casino do Estoril é obrigado a dar uma percentagem dos seus lucros e essa percentagem é distribuída pelas Câmaras Municipais, que também têm a sua percentagem própria” (Menezes 2015a). Essas verbas, que vêm do Casino por obrigação contratual do Estado Português, “só podem ser aplicadas de duas maneiras: ou para a promoção do Turismo ou para a promoção da Cultura. Portanto a Câmara tem direito a uma verba desse bolo e uma parte dessa verba é atribuída a FDL. Para quê? Para organizar atividades culturais” (Menezes, 2015a). As contrapartidas da zona de jogo do Estoril são uma “fonte de financiamento particularmente importante de que a autarquia dispõe” (Santos, Lima e Neves, 2005: 322). Segundo os termos legais os fundos do Casino destinam-se a fins culturais ou turísticos e os responsáveis locais têm vindo a canalizar os fundos especialmente para o setor cultural (Idem: Ibidem).

Em abril de 2015, o projeto Bairro dos Museus tinha um “orçamento à volta de 1 milhão e 200 mil euros, do qual grande parte vem da Pousada de Cascais” (Menezes, 2015a). Têm ainda um outro parceiro privado, a Associação de Turismo de Cascais, que também colabora na difusão e promoção de todas as atividades culturais que são realizadas no âmbito do Bairro dos Museus (Idem).

Quanto à Gestão financeira do projeto, refira-se que a “sustentabilidade financeira e utilização de todas as valências estão na primeira linha de gestão deste projeto” (Idem).

5.3 Implementação do projeto

O Bairro dos Museus é um conceito, que engloba um perímetro bastante mais alargado do que a antiga zona da Parada (Martinho e Gomes, 2005: 24), e um conjunto de medidas. Ao nível da gestão dos equipamentos culturais municipais, a mesma passou a ser partilhada com a FDL. Em termos de oferta cultural, deu-se a reestruturação do serviço educativo e da programação dos equipamentos, um aumento de atividades e iniciativas culturais, e a criação de novos museus. Ao nível da comunicação, verifica-se a criação de uma marca cultural – o nome Bairro dos Museus com logótipo - e a aposta numa maior divulgação das atividades culturais. E ainda outras ações complementares como a introdução da bilhética. Note-se ainda que, a construção de uma imagem de marca dos museus de Cascais contribui para a valorização do património, que é um dos objetivos do projeto.

Uma das primeiras medidas implementadas foi ao nível da gestão dos equipamentos culturais. Conforme referido acima, é a FDL que administra o Bairro, mais particularmente no que respeita à comunicação, programação gestão de meios financeiros e humanos. Tal como já o fazia no CCC (onde tem a sua sede), e na Casa Duarte Pinto Coelho e Casa das Histórias Paula Rego, que estão mesmo ao lado do Centro Cultural.

A comunicação é essencial neste projeto pois a afirmação de um lugar cultural é central neste conceito. Desde o início do BM, a comunicação passou a ser feita num gabinete descentralizado que trata da difusão das atividades de todos os equipamentos culturais municipais. Segundo o Presidente da FDL, isto causa mais impacto ao nível da visibilidade, sendo esta outra razão para se ter optado pelo Bairro dos Museus (Menezes, 2015a). Para a comunicação do Bairro foram criados folhetos explicativos, foi feita divulgação através de cartazes e notícias nos jornais e na *internet*, e foi criado um *site* próprio do Bairro dos Museus (www.bairrodosmuseus.pt) e um logótipo da marca. A identidade gráfica do Bairro foi criada pela designer russa Irina Blok⁷⁹. A página da FDL também tem um separador do Bairro dos Museus, que mostra os equipamentos culturais que o mesmo inclui⁸⁰.

Verifica-se uma presença constante da marca Bairro dos Museus na promoção cultural do concelho, através dos anúncios e *outdoors* com as mais recentes exposições, eventos e atividades culturais disponíveis, tornando o Bairro dos Museus numa imagem de marca da cultura em Cascais (observação direta – ver capítulo 3).

⁷⁹ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Bairro dos Museus: Cascais a par de grandes capitais europeias”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 52, 31mar, p.8-9.

⁸⁰ Bairro dos Museus em *site* institucional da Função D. Luís I http://www.fundacaodmluis.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=98&Itemid=72 consultado a 28-09-2016.

A gestão programática dos equipamentos do BM é outro dos aspetos relevantes. Aproveitando sinergias já existentes, passa a haver uma coordenação programática mais coerente entre os vários equipamentos culturais que compõem o Bairro. Isto significa, por exemplo, não haver sobreposição de eventos em termos de horário. Portanto, passou a haver “uma articulação entre a programação de cada um desses equipamentos, que mantêm naturalmente a sua autonomia própria mas não deixam de estar sobre uma tutela organizadora” (Menezes, 2015a). Esta tutela organizadora, que pretende melhorar a gestão programática, é a FDL. Como já acontecia no CCC, a programação e o planeamento das atividades do BM são feitos com dois anos de antecedência. Há também a preocupação de criar uma melhor adequação das atividades, em que cada equipamento terá as exposições e as atividades que lhe são mais adequadas (Menezes, 2015a).

Deste modo, o Bairro veio centralizar em termos de gestão, mas descentralizar em termos de manifestações culturais. A medida tomada para a descentralização é a inclusão, no perímetro do Bairro dos Museus, de alguns equipamentos que não estão no centro histórico de Cascais, mas noutras Freguesias, como por exemplo no Estoril e na Parede. O próprio Presidente da FDL explica: “para lá também desenvolvermos atividades e portanto permitir que essas áreas que habitualmente não estão tão cobertas pelas atividades culturais e artísticas passem a estar” (Menezes, 2015a).

Para além desta gestão estratégica que inclui medidas a diferentes níveis (administração, comunicação, programação e descentralização), observe-se as outras ações de implementação deste projeto.

Uma das ações principais é a criação de novas valências e equipamentos culturais. O projeto original incluía dois parques urbanos (Parque Marechal Carmona e o Parque Palmela – Auditório Fernando Lopes Graça) e 12 equipamentos culturais (CCC, Casa das Histórias Paula Rego, Museu Conde Castro Guimaraes, Casa Duarte Pinto Coelho, Casa de Santa Maria, Farol-Museu de Santa Marta, Museu do Mar - Rei D. Carlos I, Fortaleza Nossa Senhora da Luz, Forte de S. Jorge de Oitavos, Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria, Espaço Memória dos Exílios, Casa Reynaldo dos Santos), ou seja, o que se fez no início do projeto foi incluir no perímetro do BM esses equipamentos culturais municipais já existentes.

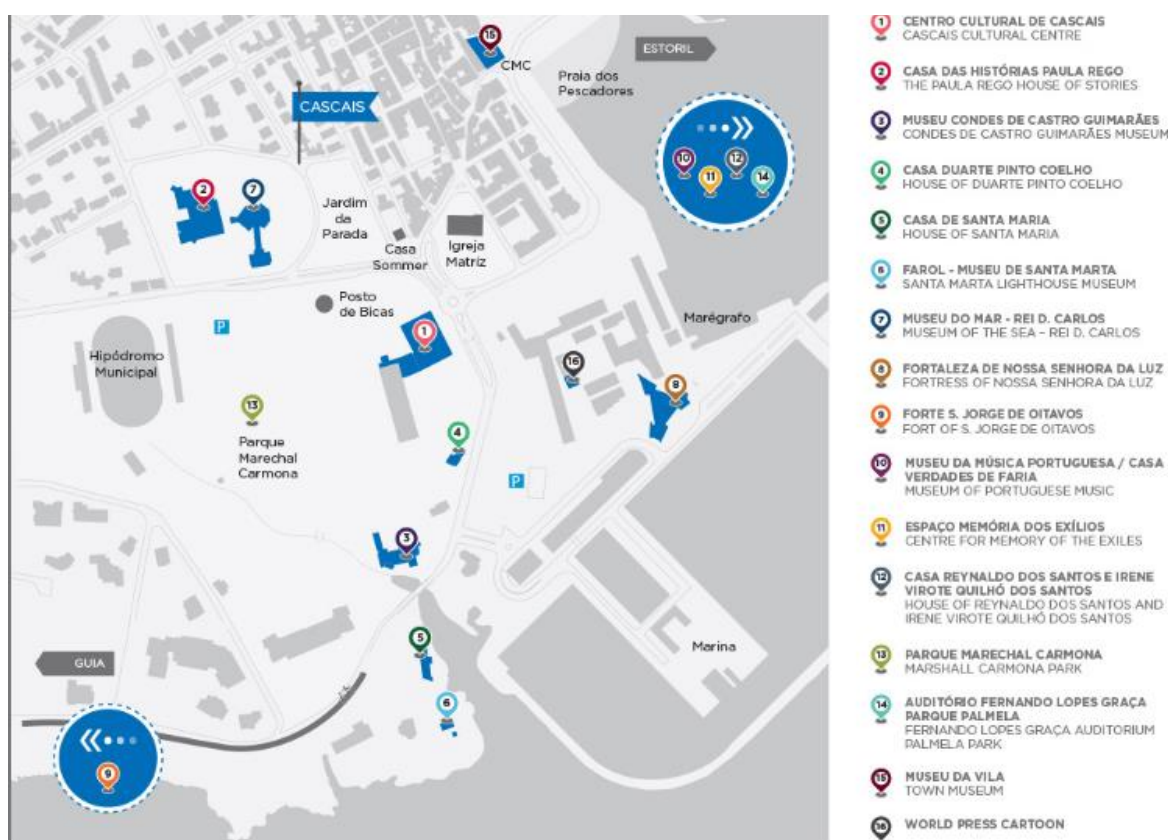
Em termos geográficos, o projeto inclui a zona da Parada (no centro histórico da vila, junto à Marina de Cascais) e alarga-se até às outras freguesias do concelho.

Hoje, em 2016, após o primeiro ano de implementação, já são 17 os equipamentos culturais que integram o Bairro e prevê-se que em breve passem a cerca de 20 (CMC e FDL, 2016: 2). Estes equipamentos previstos são o Centro de História Local, a instalar na Casa Henrique Sommer, o Museu do Automóvel Clássico a criar perto da marina de Cascais, e um centro de investigação na casa Reynaldo dos Santos (Lourenço, 2015). Os

atuais equipamentos do BM, englobam os 12 já referidos, juntamente com os dois parques, acrescentando-se o Palácio da Cidadela de Cascais, o Museu da Vila e o World Press Cartoon – Casa do Cartoon, sendo que estes dois últimos foram criados especificamente no âmbito deste projeto (CMC e FDL, 2016: 1). Observa-se assim o cumprimento de um dos objetivos do BM, que visa um aumento contínuo da oferta cultural.

O *site* do Bairro dos Museus⁸¹ apresenta os equipamentos culturais que estão incluídos no Bairro, com o respetivo horário de funcionamento, preço de entrada e morada e um clique sobre qualquer um deles remete para o *site* da CMC, que tem a apresentação e historial de cada equipamento. Também no mesmo *site* se pode ver o mapa com a localização dos equipamentos do BM assinalados (ver Figura nº 3). No *site* constam também indicações de como chegar ao Bairro, sendo que em grande parte o percurso para visitar os museus pode ser feito a pé ou de bicicleta, devido à proximidade entre eles.

Figura 3: Mapa de localização dos equipamentos culturais incluídos no Bairro dos Museus em 2016



Fonte: Bairro dos Museus - <http://www.bairrodosmuseus.pt/>.

⁸¹ Ver <http://www.bairrodosmuseus.pt/>

Como ações complementares, foi implementada uma bilhética única que permite a aquisição de bilhetes de entrada para todos os equipamentos culturais incluídos no BM, havendo na mesma a possibilidade de aquisição de bilhetes para cada um dos museus. Um bilhete para um só museu custa 3€, contudo, há 50% desconto para munícipes e o bilhete é gratuito para pessoas com mais de 65 anos ou com menos de 11 anos. O bilhete único diário, que inclui entrada em todos os museus do BM custa 8€⁸². A venda destes bilhetes está disponível em cada um dos museus do BM e também em outros circuitos de venda de bilhetes como a bilheteiraonline.pt, CTT, FNAC, Worten e El Corte Inglés (Lourenço, 2015). Salvato Telles de Menezes declarou que a “obtenção das receitas será para otimizar todas as valências” (Lourenço, 2015).

Note-se que, em 2005, a autarquia optava claramente pela gratuidade no acesso à oferta cultural (Santos, Lima e Neves, 2005: 260-261). Contudo, o facto de a entrada dos museus passar a ser paga, desde 2015, não parece ter tido impacto negativo no afluxo de visitantes, a “adesão do público foi excelente (...) em nada se fazendo sentir negativamente a introdução da bilhética”, sendo que “o número de espectadores foi sempre crescendo desde fevereiro” de 2015” (CMC e FDL, 2016: 3). Agora, o objetivo é “ampliar e consolidar o relacionamento afetivo entre a Comunidade e o seu Bairro” (CMC e FDL, 2016: 3).

Para além da introdução da bilhética, destaca-se a criação do Serviço Cultural Educativo do Bairro dos Museus, que integra os serviços educativos já existentes anteriormente nalguns museus⁸³ e realiza várias ações das quais se destaca o Programa Envolva-te⁸⁴. Juntam-se assim as sinergias dos museus, que trabalham agora para um bem coletivo, ou seja, um único serviço educativo para todos os museus.

Outra ação complementar do projeto é a realização de eventos culturais na área geográfica do BM para dinamizar o espaço público, no intuito de melhorar e diversificar a oferta cultural, sendo também uma forma de complementar a oferta turística. Como foi, por exemplo, o caso do “Baile dos Candeeiros”, um espetáculo de animação de rua, que se realizou em maio de 2016 por ocasião do Dia Internacional dos Museus / Semana dos Museus⁸⁵.

Destaquem-se ainda outras atividades concretizadas. Em 2015, a CMC iniciou “um plano para a salvaguarda do património histórico e cultural de Cascais” (Menezes, 2015b).

⁸² Departamento de Comunicação da CMC (2016), “Agenda Cascais”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 66, 29fev, p.13.

⁸³ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Bairro dos Museus: Cascais a par de grandes capitais europeias”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 52, 31mar, p.8-9.

⁸⁴ <http://www.fundacaodomluis.pt> consultado em 2-10-2016.

⁸⁵ CMC, Baile dos Candeeiros (evento no âmbito da Semana dos Museus), disponível em <http://www.cm-cascais.pt/evento/baile-dos-candeeiros> consultado em 26-09-2016.

Neste sentido, para além das rotas de Cascais referidas no subcapítulo 4.2.1, a CMC elaborou um:

Plano estratégico para a salvaguarda do património cultural imaterial de cascais. Neste âmbito, têm vindo a ser desenvolvidas ações de identificação das expressões culturais imateriais, sendo certo que o reforço da identidade e a dignificação da memória coletiva muito contribuirão para o espírito de pertença e para a coesão social no concelho (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 6).

No âmbito da Arte Pública, uma escultura em homenagem às Festas do Mar e aos pescadores de Cascais, que fazem parte da história de Cascais, da autoria de Vhils (Alexandre Farto) e Pedro Pires, foi colocada em frente ao CCC⁸⁶.

Ao nível da programação, pretende-se uma diversificação da oferta cultural: “a Fundação D. Luís I, sempre em estreita articulação com a Câmara Municipal, procurou assegurar a boa gestão de uma programação vasta e eclética, mas sempre de elevada qualidade” (CMC e FDL, 2016: 3). Em 2015, no primeiro ano de concretização do BM, são vários os destaques das suas iniciativas culturais realizadas em diversas áreas: cinema, música, teatro, exposições, palestras, encontros e debates. Em 2016, pretendendo-se que haja atividades todas as semanas, continuaram as apostas culturais nas mesmas áreas, estendendo-se aos grandes eventos como o FIC⁸⁷, evento anual iniciado em 2015, abrangente às várias áreas culturais; o Muraliza, evento de arte mural⁸⁸; a exposição LandArt Cascais, exposição anual na Quinta do Pisão; o CIBA – Cascais International Book Art, exposição de livros de artista, integrada no FIC; e o Music Festival Cascais Groove (CMC e FDL, 2016: 5).

Em alguns destes eventos se percebe o cunho internacional, que vai de encontro ao objetivo de internacionalização, sendo que:

A programação proposta pela Fundação D. Luís I para o Bairro dos Museus tende naturalmente para a concretização desta estratégia, estabelecendo novos contactos internacionais (como a Slade School of Fine Art, a Academy of Visual Arts/Hong Kong, o Museu Grão Vasco e a Fundação José Rodrigues) e aproveitando aqueles que já tem (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 5).

⁸⁶ CMC (2016), “ ‘Terra Mar’, Bairro dos Museus tem nova escultura”, 21jul, disponível em http://www.cascais.pt/noticia/terra-mar-bairro-dos-museus-tem-nova-escultura__e_s/a (2016b) “Ligação de Cascais ao mar evocada em obra de arte feita com técnica inédita”, Jornal da Região, sem data, <http://jregiao-online.webnode.pt/products/ligacao-de-cascais-ao-mar-evocada-em-obra-de-arte-feita-com-tecnica-inedita/> consultado em 27-09-2016.

⁸⁷ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “FIC o maior evento cultural do país”, *C – Tudo sobre Cascais*, 74, Agosto - mensal, p.2-4.

⁸⁸ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “Bairro dos Museus o primeiro ano” *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 66, 29fev, p.2-5.

Sendo demasiado extensivo estar a referir vários exemplos das atividades culturais que têm sido realizadas no âmbito do BM, mencione-se apenas a exposição de fotografia de Sam Shaw, no CCC, e os concertos da Sinfónica de Cascais e da OCCO. Essa exposição foi um sucesso de bilheteira, foram muitos os quiseram ir ver as fotografias da Marilyn Monroe e de outros famosos, esgotando até os livros e muitos postais (merchandising da exposição). Ainda a título de exemplo, em maio de 2015, Cascais celebrou “a Noite Europeia dos Museus, a 16 de maio, e o Dia Internacional dos Museus, a 18 de maio sob a chancela do Bairro dos Museus (BM)”⁸⁹. Apostaram numa programação para crianças e adultos, realizando atividades no Museu do Mar, no Farol de Santa Marta, no Museu da Música Portuguesa, Casa de Santa Maria, Forte de S. Jorge de Oitavos, Casa das Histórias Paula Rego e Casa Duarte Pinto Coelho. E novamente em maio de 2016, pela mesma razão, se realizaram diversas atividades e eventos culturais nos museus do BM⁹⁰.

Relativamente às implementações previstas, o Museu do Automóvel Clássico tem previsão de abertura para janeiro de 2017, segundo um dos responsáveis por este museu, Duarte Cancellia de Abreu; e a Casa Henrique Sommer, encontra-se em obras de recuperação, que já estavam projetadas em 2002 (Santos, Lima e Neves, 2005: 212-213), tendo também abertura prevista para breve (ver capítulo 4.2.1).

Outras ações previstas são as parcerias com hotéis, restaurantes e transportes, como se pode ver: a “autarquia avança, ainda, a possibilidade de futuros protocolos com parceiros locais, como hotéis e restaurantes, assim como ao nível dos transportes públicos e parques de estacionamento, como factores de atracção para os visitantes” (Lourenço, 2015). Algumas destas parcerias foram recentemente concretizadas. É o caso da parceria com a CP – Comboio de Portugal, estando atualmente disponível aos utentes da CP um bilhete conjunto de viagem de comboio e de visita a todos os museus do Bairro⁹¹. As parcerias com restaurantes poderão ser realizadas da seguinte forma: “um restaurante pode ter um menu Bairro dos Museus que inclui um bilhete diário ou, o contrário: passe diário pode ‘oferecer’ o café num restaurante parceiro”⁹².

O projeto BM pretende ainda captar novos públicos, criar um maior envolvimento com a comunidade de Cascais e atrair indústrias criativas. Segundo as entidades

⁸⁹ Departamento de Comunicação da CMC (2015), “Cascais celebra os museus em maio”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, p.11.

⁹⁰ Idem

⁹¹ CMC (2016), “Vá de comboio ver o Bairro dos Museus | Bilhete único 10 euros”, 8ago, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/va-de-comboio-ver-o-bairro-dos-museus-bilhete-unico-10-euros> consultado a 20-09-2016.

⁹² Sem autor (2015), “Cascais já tem Bairro dos Museus”, SOL, 27fev, disponível em <http://www.sol.pt/noticia/126037> consultado em maio de 2015.

responsáveis pelo BM, há uma consciência da nova realidade destas indústrias⁹³, que têm um peso “na taxa de crescimento de diversos países, potenciando a criação de riqueza e gerando um elevado número de postos de trabalho” (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 4). A fim de cumprir esse desígnio e “também com a finalidade de promover a aproximação e fruição dos equipamentos culturais, o Bairro dos Museus terá, entre os propósitos já referidos, o de potenciar as capacidades de utilização tecnológica dos seus equipamentos” (Bairro dos Museus Cascais, sem data: 4).

Considerações finais

De acordo com a Câmara, o Bairro dos Museus em Cascais é um projeto pioneiro em Portugal, “Cascais tornou-se no primeiro e, até agora, único município do país a ter um Bairro totalmente dedicado às Artes”⁹⁴. O BM caracteriza-se por uma “forte componente de inovação e de coerência cultural, tendo sido concebido para facilitar uma melhor experiência por ser um perímetro geográfico” e para proporcionar um “melhor serviço prestado a quem visita os equipamentos culturais integrados no referido perímetro”⁹⁵.

O BM pretende assim melhorar a qualidade da oferta, a acessibilidade da cultura e a comunicação, para fortalecer a relação com a comunidade. Simultaneamente, o projeto é uma forma de preservar a tradição, valorizando o património, como se pode ver: “através do Bairro dos Museus também se asseguram a memória, a tradição e o património de Cascais, sendo que este desígnio se realiza graças ao dinamismo, ao talento, à inovação e à criatividade de quem vive o Bairro”⁹⁶. Isto mesmo atestam os testemunhos de alguns artistas que vivem no perímetro do BM em Cascais. O músico Júlio Resende afirmou que gosta de fazer parte do Bairro e o arquiteto e artista plástico Júlio Quaresma falou da importância da economia de escala e na contribuição para a fruição da cultura que o BM traz:

A construção de um percurso cultural, como o Bairro dos Museus, até numa ótica de economia de escala, ligando os espaços museológicos entre si e criando como um continuum de atividades, permite uma leitura sequencial dessas ações, potencia o usufruto da cultura em si mesma e cria uma história e uma mnemónica para o enriquecimento da nossa memória cultural e da sedimentação desses valores em Cascais⁹⁷

⁹³ As Indústrias Culturais e Criativas (ICCs) e o Setor Cultural e Criativo (SCC) são um setor em crescimento na Europa (GEPAC, sem data).

⁹⁴ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “Cultura- Um Bairro dedicado às artes”, *C – Tudo sobre Cascais*, 72, Julho - mensal, p.3.

⁹⁵ <http://www.bairrodosmuseus.pt/> consultado em 28-09-2016.

⁹⁶ <http://www.bairrodosmuseus.pt/> consultado em 28-09-2016.

⁹⁷ Departamento de Comunicação da CMC (2016), “Bairro dos Museus o primeiro ano” *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 66, 29fev, p.3-4.

Como se referiu anteriormente, o BM pretende a dinamização do espaço público, oferecendo um conjunto de experiências que tornem Cascais uma referência, não só turística, que já o é, mas cultural:

A coerência do conceito, já implementado noutros países, possibilita potenciar o que de melhor cada equipamento tem, valorizando cada um per si, mas também o conjunto, criando sinergias essenciais para quem pretende estar na linha da frente da cultura, da educação e da inovação. E ainda criar massa crítica, quer ao nível da oferta cultural, quer do ponto de vista da comunicação (CMC, 2015: 1).

O atual Presidente da CMC, Carlos Carreiras, refere que este apoio à cultura é também uma forma de ação política e explica a principal razão do investimento na cultura: “Para além de serem o cimento que nos une enquanto povo, a cultura, a arte e a criatividade são molas poderosas ao serviço do crescimento económico e da coesão social. Dito por outras palavras: apoiar os setores culturais é criar emprego e criar valor” (Lourenço, 2015).

As entidades responsáveis pelo projeto reconhecem algumas dificuldades iniciais:

Este primeiro ano do Bairro dos Museus enfrentou, como era expectável, um razoável conjunto de dificuldades que só a experiência, a prática e a análise de resultados podem revelar e corrigir. A garantia é que não haverá hesitações na sua ultrapassagem, assegurando a ampliação, diversificação e excelência da oferta cultural no Concelho (CMC e FDL, 2016: 5-6).

Apesar disso, consideram que o projeto Bairro dos Museus tem promovido uma imagem positiva e dinâmica, confirmando-se “como um projeto de extrema relevância para o futuro da atividade cultural na globalidade do Concelho de Cascais” (CMC e FDL, 2016: 1).

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivos compreender como se têm vindo a processar as políticas culturais locais em Cascais durante a última década. Isso implicou tomar conhecimento dos objetivos estratégicos autárquicos, particularmente do setor cultural e a sua evolução; observar como se refletem as políticas culturais locais na oferta cultural concelhia entre 2005 e 2016; e estudar o projeto Bairro dos Museus (BM), que se atualmente mostra central na estruturação da oferta cultural.

As questões de partida foram: O que é que mudou entre 2005 e 2015 quanto à oferta cultural (nomeadamente ao nível de equipamentos culturais e de eventos culturais recorrentes)? Cascais tem sido um concelho promotor da dinamização cultural local (quais os objetivos estratégicos autárquicos e as políticas culturais locais na última década)? Em que medida o projeto “Bairro dos Museus” contribui para o alargamento da oferta cultural em Cascais? Para responder a estas questões, recorreu-se à metodologia qualitativa e o principal método utilizado foi a análise documental e de conteúdo.

Uma vez que a cultura tem ganho cada vez mais importância na sociedade nos últimos anos e, visto que o desenvolvimento da cultura vai potenciar o desenvolvimento local, particularmente ao nível social, turístico e económico, a autarquia de Cascais definiu como a visão estratégica procurar que o concelho seja um local de excelência para viver. Para isso, tem fomentado o desenvolvimento e inovação de diversas áreas: cultura, saúde, segurança, espaço público de qualidade, educação e conhecimento (ver anexo A).

A criação da marca Cascais, com os slogans ‘Tudo começa nas pessoas’ e ‘The Charm of the Atlantic Coast’ faz parte da estratégia autárquica de projetar uma imagem positiva do concelho para conseguir visibilidade, no âmbito de atrair novos públicos e investidores, dinamizando o concelho, fomentando o turismo - que é uma área de atividade central no concelho - e promovendo o crescimento da economia local.

Assim, a cultura, como forma de identidade, tornou-se um aspeto de distinção de um local. Os locais que transmitem uma imagem positiva e estão bem preparados para serem visitados, são mais atrativos. Isto faz com que o desenvolvimento da cultura seja essencial para o desenvolvimento dos territórios. É nesse sentido que surgem novas estratégias de dinamização do território, como por exemplo os distritos culturais de museus.

Este tipo de estratégia encontra-se presente nas políticas culturais de Cascais. Estas abrangem vários objetivos: ampliar e diversificar a oferta cultural, preservar e valorizar o património, investir na criação de equipamentos culturais, apostar na formação de públicos, realizar parcerias, apoiar as associações culturais, promover o concelho no intuito de atrair pessoas e investimento, apostar em eventos culturais para dinamizar o espaço público e conseguir visibilidade para o concelho, descentralizar e procurar corrigir assimetrias.

Analisadas as políticas culturais de Cascais, é possível verificar que tem havido uma certa continuidade. Apesar dos diferentes partidos no poder, há questões que se mantêm na linha de preocupações e objetivos, como a formação de públicos, o apoio ao associativismo, a captação e diversificação de públicos, a criação de equipamentos culturais, o combate à sazonalidade da oferta e a salvaguarda do património.

O atual Plano Diretor Municipal de Cascais pretende o desenvolvimento do concelho e coesão territorial. Ao nível da cultura, prima pelos objetivos de atratividade do concelho, defesa dos valores culturais, salvaguarda do património e consolidação da rede de infraestruturas.

Quanto à orgânica camarária, observou-se que em 1998 e 2004, segundo os Regulamentos de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), existiam três Divisões encarregues da cultura enquanto agora, em 2016, existem duas: a Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico (DABP) e a Divisão de Animação e Promoção Cultural (DAPC). Para além disso, as divisões já não estão integradas num Departamento de Cultura, mas pertencem ao Departamento de Inovação e Comunicação (DIC). Estas mudanças vão de encontro à estratégia global da CMC de inovação nas diversas áreas e de coesão territorial. Realço ainda que ao nível de recursos humanos de 2002 para 2016 não houve prejuízo, têm 149 funcionários nas duas divisões, enquanto em 2002 totalizavam 141. Dentro do DIC, são as divisões com mais funcionários.

Ao nível das atribuições e competências, registou-se continuidade em algumas temáticas, a DABP tem competências semelhantes e a DAPC tem competências acrescidas, mas também passou a ter mais funcionários.

Observada a evolução da oferta cultural conclui-se que, entre 2002 e 2016, houve um aumento bastante significativo de equipamentos culturais. Este crescimento foi considerável na categoria de auditórios/teatros, que passaram de 3 para 6, resultado sobretudo de um investimento privado. Já ao nível dos museus, houve um grande investimento público. Agora, em 2016, existem 17 museus, ao passo que em 2002 eram apenas 5. Quanto à distribuição dos equipamentos culturais, é notável a intensificação da sua concentração na freguesia Cascais- Estoril, especialmente no centro histórico da vila de Cascais. Contudo, nota-se também alguma preocupação com a descentralização, visto que foi criado um museu na freguesia da Parede (Casa Reynaldo dos Santos e Irene Quilhó dos Santos), uma Biblioteca em S. Domingos de Rana (a maior do concelho), e ainda o Moinho (re)abriu atividades culturais educativas em Alcabideche (Moinho de Armação – Tipo Americano). Há ainda outros projetos, como a criação de um Museu da Vinha e do Vinho em Carcavelos. Esse aumento de equipamentos culturais reflete-se necessariamente no aumento da oferta cultural do concelho, posto que é nos equipamentos que se situa grande parte da oferta.

Para além do aumento de equipamentos, verificam-se outros progressos no âmbito da melhoria da oferta cultural concelhia. A autarquia tem apostado na realização de eventos culturais. Após ter observado a oferta cultural atual e a sua evolução, viu-se que aos vários eventos que já existiam como por exemplo as Festas do Mar e o Festival Estoril Jazz, juntaram-se muitos outros na última década, como o Landart, o Lumina, os mercados temáticos no Mercado da Vila, o Muraliza e o Festival Internacional de Cultura. Assim, os eventos também aumentaram e contribuem para a diversificação da oferta cultural, dado que vão desde eventos de música, literatura, teatro, entre outras expressões artísticas, até eventos de lazer e de gastronomia. Note-se que os eventos podem atrair visitantes que acabem por se interessar em conhecer também a oferta cultural do concelho e que podem ainda contribuir positivamente para a economia local.

Focando a análise no projeto concreto do Bairro dos Museus, verifica-se, através das ações que já implementou e dos objetivos que almeja, que se trata de um exemplo de estratégia de inovação no âmbito da dinamização cultural e turística de um local, o que comprova o valor da cultura e o seu contributo para o desenvolvimento local, algo reconhecido nas políticas culturais de Cascais.

A criação do projeto Bairro dos Museus em Cascais foi possível devido à proximidade geográfica entre os equipamentos culturais, ao ambiente social do local, e ao património histórico e cultural que fazem parte da identidade cascalense. Estas características 'pessoais e intransmissíveis', isto é, distintivas, são condições necessárias para se poder criar um distrito cultural de museus.

A gestão do BM é feita em parceria entre a FDL e a CMC. Celebrada em protocolo em fevereiro de 2015, traduz-se numa partilha de recursos humanos e financeiros, sendo que a CMC continua a ser proprietária dos equipamentos culturais mas a FDL fica encarregue da sua gestão, principalmente ao nível de programação. Esta solução, de descentralizar a gestão cultural, permite mais recursos, menos burocracias e é uma forma de garantir a sustentabilidade do projeto.

Para além da gestão partilhada e da constituição de um perímetro unificador dos equipamentos culturais municipais, a CMC e a FDL, no âmbito do BM, realizaram diversas implementações: criação de novos museus, reestruturação do serviço educativo, aumento das iniciativas culturais, melhoria da programação dos equipamentos (passando a haver uma maior coordenação entre todos e um planeamento a longo prazo), criação de uma marca cultural (com o seu nome), aposta na divulgação das atividades culturais e introdução de uma bilhética única (a entrada passa a ser paga com bilhetes para cada museu ou um bilhete que dá acesso a todos os museus). Contribui também para a descentralização, ao incluir no seu perímetro equipamentos culturais de outras freguesias. Todas estas ações

contribuem para o cumprimento dos objetivos de valorização do património, de melhoria da oferta cultural e da visibilidade do concelho de Cascais.

O BM tem tido programação específica para os diferentes segmentos de público, numa continuidade aliás do que já tinha sido feito até então. A título de exemplo, melhorou-se o serviço educativo para os mais novos (aumentando as atividades e havendo um serviço educativo do BM, abrangente aos vários museus incluídos no BM), mantiveram-se os concertos de música erudita que já possuem um público fidelizado (grande parte sénior) e acrescentaram-se exposições que atraem massas, de cunho internacional, como por exemplo a exposição de fotografias de Sam Shaw.

Podemos prever alguns resultados que o projeto almeja. O projeto teve um início positivo pois as suas atividades têm, de facto, sido concretizadas. Prevê-se uma melhoria na gestão programática dos equipamentos culturais, uma vez que as suas atividades passam a estar mais coordenadas entre si e com uma programação a longo prazo (2anos). O projeto é adequado - cria um conceito que une equipamentos culturais próximos, dando-lhes mais visibilidade. É relevante pois é justificável no seu contexto conceptual e territorial.

O projeto é relevante pois constitui um ótimo exemplo de como a cultura pode interligar a valorização do património cultural com o turismo cultural, promover a oferta cultural local, atrair visibilidade para o concelho e funcionar como fator de desenvolvimento local. O BM, tal como os distritos culturais de museus (como por exemplo o Museum Quarter em Amesterdão e o Quartier Museum em Viena), trabalha nesse sentido. Para além disso, ao promover os equipamentos culturais e ao realizar eventos, faz com que as visitas culturais se tornem mais frequentes.

Deste modo, é visível que o Bairro dos Museus tem procurado atingir os seus objetivos de dinamização. O projeto, após ano e meio de ter sido implementado, confirma-se como sendo útil para a melhoria da oferta cultural, em termos de aumento da oferta, captação de públicos e valorização do património cultural. Assim, confirma-se que o BM é de grande relevância no panorama da oferta cultural, constituindo uma identidade que é positiva para a imagem de Cascais, que por sua vez tem sido um concelho promotor da dinamização cultural local.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arthurs, Alberta (2000), "Making change: museums and public life" em Gigi Bradford, Michael Gary e Glenn Wallach (ed.), *The Politics of Culture*, Nova Iorque, New Press, p.209-217.
- Banha, Rui *et al* (1994), "Dinâmicas culturais e desenvolvimento no concelho de Loures", em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Bernardi, Chiara (2006), "The Strategic Development of Museums: A System Dynamics Approach", comunicação apresentada na 8th International Conference of Arts & Cultural Management Disponível em: http://neumann.hec.ca/aimac2005/PDF_Text/Bernardi_Chiera.pdf
- Borja, Miguel Ángel Gómez *et al* (2005), *Gestión del turismo cultural y de ciudad*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Bradford, Gigi, Michael Gary e Glenn Wallach (ed.) (2000), *The Politics of Culture*, Nova Iorque, New Press.
- Bryman, Alan (1992), *Quantity and Quality in Social Research*, Londres, Routledge.
- Burgess, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno*, Oeiras, Celta Editora.
- Carvalho, António (ed.) (2008), *Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães: roteiro*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/MBCCG.
- Carvalho, Carla Raquel Antunes de (2010), *Casa das Histórias Paula Rego. Estratégias Comunicacionais e suas Implicações nos Visitantes*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Cerezuela, David Roselló (2006), *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*, Barcelona, Universitat Internacional de Catalunya.
- Costa, António Firmino da (1997), "Políticas culturais: conceitos e perspectivas", *OBS*, 2, pp.10-14. Disponível em: www.gepac.gov.pt/gepac-oac/obs-n-2-3-pdf.aspx
- Cunha, Licínio (2013), *Economia e política do turismo*, Lisboa, LIDEL.
- D'Angelo, Mario (2000), *Cultural policies in Europe: Local Issues*, Estrasburgo, Concelho da Europa.
- D'Angelo, Mario e Paul Vespérini (2000), *Cultural policies in Europe: regions and cultural decentralisation*, Estrasburgo, Concelho da Europa.
- Dicks, Bella (2003), *Culture on display: the production of contemporary visitability*, Maidenhead, Open University Press.
- Espinheira, Marco (2015), Apresentação "Smart Cities" no 25º Congresso das Comunicações, realizado no Centro Cultural de Belém entre 25 e 26 de novembro de 2015, Lisboa, Disponível em [http://static.viatecla.com/apdc/share/2015-11/2015-11-27170446_f667a141-09d0-450a-abe0-07cd6be4708f\\$\\$e735a362-ec13-41a6-87ba-9a8167f340d6\\$\\$68a95a73-4d80-4ef9-826a-d63375c0bc25\\$\\$File\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://static.viatecla.com/apdc/share/2015-11/2015-11-27170446_f667a141-09d0-450a-abe0-07cd6be4708f$$e735a362-ec13-41a6-87ba-9a8167f340d6$$68a95a73-4d80-4ef9-826a-d63375c0bc25$$File$$pt$$1.pdf) consultado em 17-08-2016.
- Fernandes, Carlos O. e Lúcia Correia de Sousa (2000), *Turismo cultural no Alto Minho: um estudo*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho.
- Ferreira, Filipa D. (2015), *Reflexão sobre o projecto "Bairro dos Museus"*, trabalho final da cadeira "Projetos culturais de Património" sob orientação do Professor José Soares Neves no âmbito do Mestrado "Empreendedorismo e Estudos da Cultura", Lisboa, ISCTE-IUL.

- Ferreira, Vítor Matias e Isabel Guerra (1994), "Identidades sociais e estratégias locais", em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, pp.299-317.
- Francesconi, Alberto e Claudia Dossena (2016), "Learning to design cultural districts and learning from designing them", *European Planning Studies*, 24 (4), pp. 704-722.
- Garcia, Orlando, "Contradança" (2010), em Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.219-236.
- Gomes, Rui Telmo, Vanda Lourenço e Teresa Duarte Martinho (2006), *Entidades culturais e artísticas em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Grefe, Xavier (1999), *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Anthropos.
- Henriques, Eduardo Brito (2002), "Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português", *Finisterra*, (online), 73, pp. 61-80.
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento: caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.
- Hernández, Josep Ballart e Jordi Juan i Tresserras (2001), *Gestión del patrimonio cultural*, Barcelona, Ariel.
- Kurin, Richard (2000), "The new study and curation of culture" em Gigi Bradford, Michael Gary e Glenn Wallach (ed.), *The Politics of Culture*, Nova Iorque, New Press, pp.338-356.
- Le Blanc, Antoine (2010), "Cultural Districts, A New Strategy for Regional Development? The South-East Cultural District in Sicily", *Regional Studies*, 44(7), pp. 905-917.
- Lopes, João Teixeira (2000a), "Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão", *Sociologia Problemas e Práticas*, 34, pp. 81-91.
- Lopes, João Teixeira (2000b), *A Cidade e a Cultura*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lopes, João Teixeira (2010), "Da cultura como locomotiva da cidade-empresa a um conceito alternativo de democracia cultural", em Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.51-62
- Lourenço, Vanda e Rui Telmo Gomes (2005), *O festival Estoril jazz : construção de uma imagem de marca*, Cascais, Observatório das Actividades Culturais
- Lynch, Kevin (1960), *The Image of the City*, Cambridge, The Mit Press.
- Marchante, Joaquín S. García e M^a del Carmen Poyato Holgado (coords.) (2002), *La función social del patrimonio histórico: el turismo cultural*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Martinho, Teresa Duarte e Rui Telmo Gomes (2005), *O Centro Cultural de Cascais. Estudo de um Equipamento Municipal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- McCarthy, John (2005), "Making spaces for creativity: designating 'cultural quarters'", paper apresentado no 41st ISoCaRP Congress, Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.537.3152&rep=rep1&type=pdf>
- Melo, Alexandre (2010), "O Lugar da Cultura na política do século XXI", *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 16, pp.121-123.

- Montalvo, António R. (2003), "Tendências e perspectivas do novo modelo de gestão pública municipal", em Juan Mozzicafreddo *et al* (orgs.), *Ética e Administração: como modernizar os serviços públicos*, Oeiras, Celta Editora, pp.245-264.
- Montgomery, John (2003), "Cultural Quarters as Mechanisms for Urban Regeneration. Part 1: Conceptualising Cultural Quarters", *Planning, Practice & Research*, (online), 18 (4), pp. 293–306.
- Morató, Arturo Rodríguez (2010), "A metamorfose do valor cultural na sociedade contemporânea: desafios e paradoxos" em Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.37-50.
- Mozzicafreddo, Juan *et al* (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa, Escher.
- Neves, José Soares (2002), texto expositivo em *As artes e o Estado. O Estado das artes / Actas do Encontro realizado em Lisboa no CCB, a 19, 20 e 21 de Abril de 2001*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, p.84-91
- Neves, José Soares (2010), "Políticas culturais locais e financiamento da Cultura: crescimento e planeamento", *Trajectos. Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 16, pp. 125-130.
- Neves, José Soares (coord.), Jorge Alves dos Santos e Maria João Lima (2013), *O Panorama Museológico em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*, Lisboa, DGPC/SEC.
- Neves, José Soares e Maria João Lima (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Nikolić, Mila (2010), *Ciudad de Museos: clústeres de museos en la ciudad contemporánea*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Barcelona, Escola Tècnica Superior d'Arquitectura, Universitat Politècnica de Catalunya.
- Noonan, Douglas S. (2013), "How US cultural districts reshape neighbourhoods", *Cultural Trends*, (online), 22 (3–4), pp. 203–212.
- Pinheiro, João e Rui Telmo Gomes (2005), *Associativismo cultural em Cascais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Pinto, José Madureira (1994), "Uma reflexão sobre políticas culturais" em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local / Actas do Encontro de Vila do Conde, 1, 2 e 3 Abril de 1993*, Vila do Conde, Associação Portuguesa de Sociologia, pp.767-792.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2013), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rubim, Antonio Albino Canelas (2010), "Políticas culturais e novos desafios", em Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.249-272.
- Sacco, Pier Luigi *et al* (2013), "Culture as an Engine of Local Development Processes: System-Wide Cultural Districts I: Theory", *Growth and Change*, 44 (4), pp. 555–570.
- Santagata, Walter (2002), "Cultural districts, Property Rights and Sustainable Economic Growth", *International Journal of Urban and Regional Research*, 26 (1). pp. 9-23.
- Santagata, Walter (2006), "Cultural districts and their role in developed and developing countries" em Victor Ginsburgh e David Throsby (eds.), *Handbook of the Economics of Art and Culture*, Amsterdão, Elsevier, pp. 1101-1119.
- Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais: políticas culturais locais e património móvel*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2010), "Uma panorâmica com três vertentes e duas dimensões", em Maria de Lourdes Lima dos Santos e José Machado Pais (orgs.), *Novos Trilhos Culturais, Práticas e Políticas*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp.29-36.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004), *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Maria João Lima e José Soares Neves (2005), *Cartografia cultural do concelho de Cascais*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Santos, Teresa Cristina Menezes dos (2012), *Práticas culturais de estrangeiros residentes no concelho de Cascais*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE.
- Silva, A. S., Babo, E. P., & Guerra, P. (2013), "Cultural policies and local development: The Portuguese case", *Portuguese Journal Of Social Science*, 12 (2), 113-132.
- Silva, Augusto Santos (1995), "Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano - uma análise de seis cidades portuguesas" em Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), *Cultura & Economia. Actas do Colóquio realizado em Lisboa*, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa, ICS-UL, pp. 253-270.
- Silva, Augusto Santos (2000), *Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Oeiras, Celta.
- Silva, Augusto Santos (2003), "Como classificar as políticas culturais? Uma nota de pesquisa", *OBS*, 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 10-20.
- Silva, Augusto Santos (2007), "Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro", *Sociologia Problemas e Práticas*, 54, pp. 11-33.

Outros documentos consultados

- Bairro dos Museus Cascais (sem data) "Linhas programáticas para a gestão dos Espaços Culturais sob responsabilidade da Fundação D. Luís I no quadro do Bairro dos Museus" disponível em http://bairrodosmuseus.weebly.com/uploads/5/6/9/7/56970403/bairro_dos_museus_-_apresentação.pdf
- CMC (2015) "Cascais lança bairro dos museus" [comunicado para os órgãos de comunicação social emitido em 26 de fevereiro de 2015] disponível em http://bairrodosmuseus.weebly.com/uploads/5/6/9/7/56970403/cascais_lança_bairro_dos_museus.pdf
- CMC (2016), "Guia de serviços da Câmara Municipal de Cascais". Disponível em <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/guia-de-servicos-da-camara-municipal-de-cascais>, consultado em 15-07-2016.
- CMC e FDL (2016) "Bairro dos Museus – o primeiro ano" Disponível online em http://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/bairro_dos_museus.pdf
- FDL (2013a), *Corpos sociais da Fundação D. Luís I*. Disponível em http://www.fundacaodmluis.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=66&Itemid=76 consultado a 29-09-2016

FDL (2013b), *Estatutos da Fundação D. Luís I*, Cascais, Aprovados em reunião da Assembleia Municipal de 27/11/2013. Disponível em <http://www.fundacaodomluis.pt/media/clipping/Livro%20Estatutos.pdf>

GEPAC (sem data), *As Indústrias Culturais e Criativas e o Direito de Autor*, Disponível em <http://www.gepac.gov.pt/industrias-culturais-e-criativas.aspx?v=ef8cdefd-1b59-48cb-bbac-dc7b0fd22823#3> consultado em 17-10-2016.

Henriques, João Miguel *et al* (2014), “650 anos de história”, Departamento de Inovação e Comunicação da CMC, Cascais. Disponível em: http://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/cascais_650_anos_de_historia.pdf

Menezes, Salvato Telles de (2015a), Entrevista realizada ao Presidente da Fundação D. Luís I, para trabalho final da cadeira “Projetos culturais de Património”, sob orientação do Professor José Soares Neves, no âmbito do Mestrado “Empreendedorismo e Estudos da Cultura” e que se encontra citada na bibliografia do presente trabalho (Ferreira, 2015).

Menezes, Salvato Telles de (2015b), intervenção no seminário “Gestão Estratégica de Recursos Patrimoniais”, organizado por Spira – revitalização patrimonial, Auditório Millennium BCP, Lisboa, 14 de Maio.

Documentos audiovisuais

Vídeo Reportagem “Tomada de Posse do Novo Executivo da Câmara Municipal de Cascais”, em Canal Cascais, consultado em 17-08-2016.

Fontes estatísticas

INE (2012), *Censos - Resultados definitivos. Portugal – 2011*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE (2014), *Anuário Estatístico da Região Lisboa – 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE (2015a), *Estatísticas da Cultura 2014*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE (2015b), *Anuário Estatístico da Área Metropolitana de Lisboa 2014*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE (2016), *Estimativas Anuais da População Residente*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Artigos de jornais

Carreiras, Carlos (2012), “Cascais mais perto – Novo portal da Câmara Municipal de Cascais”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 8, 15mar, p.12

Castro, Laís (2013), “Casa Sommer: obras de recuperação vão finalmente arrancar”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 27, 20jun, p. 7.

Castro, Laís (2013), “Cascais, ‘Vila Perfeita’ ”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 22, 24jan, p.14-15.

Coelho, Catarina (2012a), “Perfil do Município – Ricardo Carriço, promover o sonho através da cultura”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 8, 15mar, pp.6-7

Coelho, Catarina (2012b), “Uma nova página na Cidadela de Cascais”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 7, 16fev, pp.20-21.

Departamento de Comunicação da CMC (2013), “PDM de Cascais em exposição”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 27, 20jun, p.8.

Departamento de Comunicação da CMC (2014a), “Excelência de Cascais reconhecida por imprensa estrangeira”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 41, 7jun, p.2.

Departamento de Comunicação da CMC (2014b), “Feira do Livro de Cascais”, *C – Boletim Municipal Cascais*, 42, 26jun, p.10.

Departamento de Comunicação da CMC (2015a), “Bairro dos Museus: Cascais a par de grandes capitais europeias”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 52, 31mar, p.8-9.

Departamento de Comunicação da CMC (2015b), “Carcavelos e Parede: uma nova centralidade e mais qualidade de vida”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 50, 29jan, p. 4-5.

Departamento de Comunicação da CMC (2015c), “Cascais celebra os museus em maio”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, p.11.

Departamento de Comunicação da CMC (2015d), “Cascais é capital europeia da juventude 2018”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p. 7.

Departamento de Comunicação da CMC (2015e), “Cascais, concelho pioneiro da descentralização de competências”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 53, 24abr, pp.2-5.

Departamento de Comunicação da CMC (2015f), “Orçamento participativo 2011-2015”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p. 2-4.

Departamento de Comunicação da CMC (2015g), “S. Domingos de Rana: uma freguesia rumo ao futuro”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 52, 31mar, p.4-5.

Departamento de Comunicação da CMC (2015h), “Durante 10 dias, Cascais foi capital do Cinema” em *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 63, 30nov, p.11.

Departamento de Comunicação da CMC (2016a), “2015: O melhor ano de sempre para o turismo em Cascais”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 65, 27jan, p.16.

Departamento de Comunicação da CMC (2016b), “Agenda Cascais”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 66, 29fev, p.13.

Departamento de Comunicação da CMC (2016c), “Bairro dos Museus o primeiro ano” *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 66, 29fev, p.2-5.

Departamento de Comunicação da CMC (2016d), “Cascais: o que somos e o que queremos ser”, *C Aniversário do Município*, Edição especial, 7jun, pp.2-3.

Departamento de Comunicação da CMC (2016e), “Cultura- Um Bairro dedicado às artes”, *C – Tudo sobre Cascais*, 72, julho - mensal, p.3.

Departamento de Comunicação da CMC (2016f), “FIC o maior evento cultural do país”, *C – Tudo sobre Cascais*, 74, agosto - mensal, p.2-4.

Departamento de Comunicação da CMC (2016g), “Grandes eventos marcam 2016”, *C Atual – Tudo sobre Cascais*, 65, 27jan, pp.1-5.

Freitas, Ricardo D. (2012), “Pestana inaugura 'Pousada de Cascais' a 18 de Março”, *Diário de Notícias*, 27 de fevereiro, Disponível em <http://www.dnoticias.pt/hemeroteca/310205-pestana-inaugura-pousada-de-cascais-a-18-de-marco-HIDN310205> consultado em 12-10-2016.

Lourenço, Francisco (2015), “Perímetro cultural aberto ao talento e criatividade – Câmara apresenta “Bairro dos Museus”, *Jornal da Região*, Cascais, IV (20), 4mar, pp. 2-3.

Mesquita, Marta (2013), “Casa Duarte Pinto Coelho ‘traz’ decorador de volta à sua Cascais”, *Caras*, 31out, disponível em www.caras.sapo.pt.

Prado, Miguel (2008), “Reabilitação da Cidadela de Cascais terá investimento mínimo de oito milhões”, *Jornal de Negócios*, 28 de julho, Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/reabilitaccedilatildeo_da_cidadela_de_cascais_teraacute_investimento_miacutenimo_de_oito_milhotildees.html consultado em 12-10-2016.

s/a (2016a) “Festival Internacional de Cultura regressa a Cascais de 09 a 18 de Setembro”, *Jornal da Região*, sem data, disponível em <http://jregiao-online.webnode.pt/products/festival-internacional-de-cultura-regressa-a-cascais-de-09-a-18-de-setembro/>

s/a (2016b) “Ligação de Cascais ao mar evocada em obra de arte feita com técnica inédita”, *Jornal da Região*, sem data, <http://jregiao-online.webnode.pt/products/ligacao-de-cascais-ao-mar-evocada-em-obra-de-arte-feita-com-tecnica-inedita/> consultado em 27-09-2016.

Sem autor (2015), “Cascais já tem Bairro dos Museus”, SOL, 27fev, disponível em <http://www.sol.pt/noticia/126037> consultado em maio de 2015.

Sem autor (sem data), “Fortaleza da Nossa Senhora da Luz”, Guia da Cidade, disponível em <https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-fortaleza-de-nossa-senhora-da-luz-cidadela-282584> consultado a 21-07-2016.

Silvestre, Marta (2012), “Cidades geminadas – Ligações internacionais fortalecem o concelho”, C – Boletim Municipal Cascais, 7, 16fev, pp.8-9.

Artigos no site da autarquia

CMC (2014a), “Cidadela Art District chega em março”, 29jan, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/galeria-de-imagens/cidadela-art-district-chega-em-marco> consultado em 11-08-2016.

CMC (2014b), “Cidadela de Cascais Art District já está aberta”, 17mar, Cascais. Disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/cidadela-de-cascais-art-district-ja-esta-aberta> consultado a 17-10-2016.

CMC (2014d), “Há nova vida no Mercado da Vila de Cascais - Nos primeiros e segundos domingos do mês há bons motivos para ir ao Mercado da Vila de Cascais”, 24jan, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/residentes-visitantes-investidores/destaque/ha-nova-vida-no-mercado-da-vila-de-cascais-nos-primeiros> consultado a 15-07-2016.

CMC (2015), “Cascais lança Bairro dos Museus”, 3mar, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/cascais-lanca-bairro-dos-museus>

CMC (2016a), “ ‘Terra Mar’, Bairro dos Museus tem nova escultura”, 21jul, disponível em <http://www.cascais.pt/noticia/terra-mar-bairro-dos-museus-tem-nova-escultura>

CMC (2016b), “Vá de comboio ver o Bairro dos Museus | Bilhete único 10 euros”, 8ago, disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/va-de-comboio-ver-o-bairro-dos-museus-bilhete-unico-10-euros> consultado a 20-09-2016.

CMC (2016c), “Mercado da Vila Cascais – Mercados Temáticos 2016” disponível em http://www.visitcascais.com/dynamic-media/event/mercado_da_vila_de_cascais_2016.pdf

CMC (2015), “Requalificação da Casa Sommer”, 11dez, disponível em <http://www.cascais.pt/requalificacao-da-casa-sommer> consultado em 20-09-2016.

CMC, “Arquivo Histórico Digital”, disponível em <http://cascais.pt/arquivohistoricodigital>

CMC, “Livraria Municipal de Cascais”, disponível em <http://www.cascais.pt/sub-area/livraria-municipal-de-cascais> consultado em 20-09-2016.

CMC, “Património Classificado”, disponível em: <http://www.cascais.pt/sub-area/patrimonio-classificado>.

CMC, “Venda de edições municipais centralizada na Livraria do edifício Cascais Center” (27 de agosto de 2012), disponível em <http://www.cm-cascais.pt/noticia/venda-de-edicoes-municipais-centralizada-na-livraria-do-edificio-cascais-center> consultado em 20-09-2016.

CMC, Baile dos Candeeiros (evento no âmbito da Semana dos Museus), disponível em <http://www.cm-cascais.pt/evento/baile-dos-candeeiros> consultado em 26-09-2016.

Documentos legais

Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, *Diário da República*, 1.ª série — N.º 176 — 12 de setembro de 2013.

Mapa Pessoal da Câmara Municipal de Cascais 2016.

Plano Diretor Municipal publicado (aprovado em 26 de junho de 2015, Presidente da CMC Carlos Carreiras), *Diário da República*, 2.ª série, N.º 124, 29 de junho de 2015. Disponível em www.cascais.pt, consultado em 17-08-2016.

Programa do XXI Governo Constitucional. Disponível em Portal do Governo - <http://www.portugal.gov.pt>.

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (aprovado em 23 de novembro de 2015, vereadora Paula Gomes da Silva), *Diário da República* 2.ª série — N.º 1 — 4 de janeiro de 2016, Despacho n.º 49/2016, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016.

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (aprovado em 27 novembro de 2011, vereadora Maria da Conceição Ramirez de Salema Cordeiro), *Diário da República*, 2.ª série — N.º 242 — 20 de dezembro de 2011, Despacho n.º 17044/2011, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2012.

Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (aprovado em 26 de dezembro de 2013, director municipal Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento), *Diário da República*, 2.ª série — N.º 5 — 8 de janeiro de 2014, Despacho n.º 353/2014, em vigor a partir de 9 de janeiro.

Referências eletrónicas

Agenda de Cascais <http://www.cascais.pt/agenda-cascais>

Amartya – Empresa social - <http://www.amartya.org.ar>

Área Metropolitana de Lisboa – www.aml.pt

Associação dos Bombeiros Voluntários de Cascais <http://www.ahbvc.org.pt>

Bairro dos Museus (site oficial) - <http://www.bairrodosmuseus.pt>

Bairro dos Museus (site secundário) - <http://bairrodosmuseus.weebly.com>

Bairro dos Museus [em site institucional da Fundação D. Luís I] http://www.fundacaodmluis.pt/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=98&Itemid=72 consultado a 28-09-2016.

Cascais Groove - <https://cascaisgroove.pt>
Centro Paroquial do Estoril - www.cpestoril.pt
Fundação D. Luís - <http://www.fundacaodmluis.pt>
Gazeta dos Artistas - <http://www.gazetadosartistas.pt>
Instituto Nacional de Estatística - <https://www.ine.pt>
Lumina - <http://www.lumina.pt>
Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras - www.occo.pt
Outjazz – NCS Audiovisuais - <http://www.ncs.pt/outjazz.php>
RanKu pt (página de rankings)- <http://www.rankupt.com/index.php/paginas/search>
Sites oficiais da CMC - www.cascais.pt e www.cm-cascais.pt.

8. ANEXOS

Anexo A – Imagens retiradas do site da Câmara Municipal de Cascais



Imagem 1: “O que procuramos quando começamos uma vida nova?”

Fonte: <http://www.cm-cascais.pt/area/cascais-o-que-somos-e-o-que-queremos-ser>



Imagem 2: novo design da Agenda Cascais

Fonte: website da CMC - www.cascais.pt

Anexo B – Artigo 2.º do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM Cascais)

Fonte: Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM) publicado em Diário da República, 2.^a série, N.º 124, 29 de junho de 2015.

Artigo 2.º

Estratégia e objetivos

1 — O PDM-Cascais estabelece as orientações e as políticas de ordenamento e de urbanismo para o desenvolvimento sustentável do concelho, numa ótica de coesão territorial.

2 — A estratégia de desenvolvimento do município assenta nos seguintes eixos e objetivos:

a) Cascais, território com qualidade de vida urbana;

i) Promover a compacidade e o policentrismo do território;

ii) Criar espaços públicos de qualidade e de proximidade;

iii) Promover a conectividade territorial.

b) Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação:

i) Estimular a competitividade e a cooperação, criando novos nós de valor acrescentado;

ii) Estimular a atividade económica de elevado perfil.

c) Cascais, território de valores ambientais:

i) Reduzir a pressão sobre os recursos;

ii) Encorajar e facilitar a consciência ecológica.

d) Cascais, território coeso e inclusivo:

i) Apostar na diversidade social;

ii) Fomentar a dinamização social inclusiva.

e) Cascais, território de cidadania ativa:

i) Impulsionar a democracia de proximidade.

3 — O PDM-Cascais tem como referência os eixos e as linhas estratégicas referidos no número anterior e visa os seguintes objetivos territoriais:

a) Promoção da coesão territorial, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável;

b) Consolidação dos perímetros urbanos, contenção da expansão urbana, reforço de centralidades, reestruturação interna dos aglomerados urbanos e combate à construção dispersa;

c) Regeneração e requalificação do edificado e do espaço público;

d) Requalificação urbana com vista a um maior equilíbrio entre os diversos usos e funções de suporte ao desenvolvimento qualificado do território;

e) Defesa dos valores culturais do concelho, designadamente do seu património histórico-cultural e imaterial, implementando medidas de salvaguarda e de incentivo à sua conservação, reabilitação, preservação, investigação, divulgação e fruição;

f) Fomento da atratividade do concelho para os jovens e a qualificação para os seniores;

g) Promoção da reabilitação de imóveis degradados e de zonas desqualificadas ou de génese ilegal, privilegiando as intervenções no espaço público;

h) Contribuição para a mitigação dos efeitos resultantes do processo das alterações climáticas;

i) Implementação da Estrutura Ecológica Municipal, através de ações que visem a biodiversidade autóctone, a manutenção dos ecossistemas naturais, a valorização paisagística e ambiental do território e o incremento da oferta de espaços verdes de utilização coletiva e de produção agrícola em meio urbano;

j) Promoção de intervenções urbanísticas segundo os princípios e as tecnologias do desenvolvimento sustentável, ao nível do planeamento, da urbanização e da edificação;

k) Consolidação da rede municipal de infraestruturas territoriais e urbanas e de equipamentos;

l) Reformulação dos sistemas de mobilidade, reestruturando a oferta de transportes públicos e promovendo os modos suaves e as tecnologias ambientalmente sustentáveis;

m) Criação das condições necessárias à fixação de empresas e de mecanismos de captação de investimento, designadamente nas áreas do turismo, ambiente, inovação, educação e investigação científica, indústrias criativas ou de saúde, potenciando a criação de emprego e valor acrescentado no município;

n) Promoção da economia verde, do ambiente e da ecologia;

o) Requalificação e/ou relocalização de núcleos industriais e logísticos existentes, indutores de desqualificação do território;

p) Reforço, melhoria e diversificação da oferta turística, consolidando a identidade de Cascais como destino turístico de excelência;

q) Fomento da democracia participativa, em particular nos processos de natureza urbanística e territorial, no contexto concelhio e metropolitano;

r) Implementação dos modelos de governança adaptados à visão, aos objetivos e à estratégia do PDM-Cascais;

s) Monitorização da implementação do PDM-Cascais.

Anexo C – Alguns artigos do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM) de Cascais, 2016

Artigo 9.º

Departamento de Inovação e Comunicação

São competências do DIC:

a) Gerir a marca Cascais, garantindo a sua coerência, bem como definir as normas inerentes à marca, imagem e comunicação e divulgação pelos demais serviços municipais, incluindo as empresas municipais, em articulação com os mesmos;

b) Planear e garantir a execução das ações de promoção da imagem institucional do Município e do Concelho e de divulgação de informação relevante para os munícipes;

c) Desenvolver e gerir o atendimento municipal numa lógica de balcão único multicanal, através da operacionalização dos vários canais, nomeadamente, presencial, internet, telefone, correio eletrónico e outros;

d) Gerir a rede de atendimento municipal, incluindo a Loja do Cidadão e Espaços do Cidadão;

e) Promover a utilização de tecnologias de informação e comunicação que facilitem a ligação entre os Munícipes e o Município através da prestação de um serviço público de qualidade;

f) Garantir a gestão dos arquivos municipais promovendo a sua preservação como instrumento de cidadania e de valorização do património e identidade de Cascais;

g) Desenvolver e gerir a rede de bibliotecas municipais, promovendo o acesso à informação e conhecimento;

h) Promover o desenvolvimento de uma política editorial que assegure a preservação e difusão da memória e identidade municipais;

i) Contribuir para o desenvolvimento do Município, tanto pela promoção do património natural, histórico e cultural, pela oferta de atividades e objetos culturais de qualidade, como pela divulgação e vivência das manifestações locais da cultura portuguesa;

j) Apoiar o executivo na conceção e implementação de políticas e estratégias para a área das tecnologias e sistemas de informação;

k) Assegurar o planeamento e a gestão das infraestruturas tecnológicas, do parque informático e dos sistemas de informação de suporte à atividade dos serviços municipais, em articulação com estes;

l) Consolidar a visão integrada de Cascais, assegurando um sistema de disponibilização de informação de gestão de apoio à decisão, promovendo a melhoria da qualidade da informação produzida no município;

m) Promover a inovação organizacional para melhorar o desempenho da administração municipal;

n) Desenvolver iniciativas de promoção do empreendedorismo e criação de emprego;

o) Promover a aplicação de metodologias de envolvimento do cidadão, empresas e trabalhadores do Município no desenvolvimento e avaliação de políticas, programas e ações municipais de incentivo ao emprego;

p) Assegurar a realização das estratégias e políticas municipais na área da promoção cultural, desenvolvendo parcerias com entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que contribuam para melhorar a intervenção municipal;

q) Promover a gestão moderna, responsável e flexível dos equipamentos e iniciativas culturais caracterizadas por uma elevada participação social, por uma ponderada gestão de recursos e por um planeamento a médio e longo prazo;

r) Promover e apoiar a conceção e implementação de políticas, estratégias e iniciativas que contribuam para a cidadania e participação dos munícipes.

Artigo 47.º

Divisão de Arquivos, Bibliotecas e Património Histórico

São competências da DABP:

I — No âmbito dos Arquivos Municipais:

- a)* Garantir a gestão de toda a documentação produzida e recebida pelo município, independentemente do tipo de suporte, promovendo a sua preservação, tratamento arquivístico, acesso e difusão, de acordo com o Regulamento do Arquivo Municipal e as disposições legais em vigor;
- b)* Gerir o Arquivo Geral Corrente, assegurando a gestão, por meio da receção, registo e encaminhamento do Expediente e a organização da documentação no Sistema Eletrónico de Gestão Documental, em termos de classificação e de acesso, bem como a coordenação técnica da documentação à sua guarda;
- c)* Gerir o Arquivo Intermédio, coordenando as tarefas de avaliação, seleção e eliminação de documentação municipal;
- d)* Gerir o Arquivo Técnico de Urbanismo, coordenando a gestão de processos concluídos de operações urbanísticas, por meio da sua organização, descrição, digitalização, preservação e disponibilização para consulta e fornecimento de cópias;
- e)* Gerir o Arquivo Histórico enquanto Centro de História Local, promovendo a recolha, tratamento arquivístico e preservação de documentação considerada de interesse para a história municipal e assegurando a sua difusão através de edições ou exposições dedicadas à história local ou a figuras e temáticas relacionadas com o acervo;

f) Coordenar o Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal, destinado a identificar, inventariar, organizar, preservar e disponibilizar todo o tipo de documentação com interesse para a história do concelho, física ou digitalmente, que esteja ou não em situação de risco.

2 — No âmbito das Bibliotecas e Livraria Municipal:

a) Gerir a Rede de Bibliotecas Municipais de modo a garantir o acesso à informação e ao conhecimento através de todos os tipos de suporte e tecnologias, desenvolvendo serviços e coleções adaptados aos diversos tipos de público;

b) Promover iniciativas que fomentem os hábitos de leitura e facilitem o acesso a diferentes formas de expressão cultural;

c) Assegurar, através da Rede de Bibliotecas Municipais, a gestão e organização de um fundo documental, que se pretende atualizado, em bom estado de conservação e de livre acesso, nomeadamente nas áreas da educação, informação, ocupação de tempos livres e desenvolvimento pessoal, no âmbito do qual se destaque um Fundo Local que permita a difusão da história e herança cultural do município;

d) Garantir o desenvolvimento da Rede de Bibliotecas Escolares, para que estas se assumam como instrumentos de apoio ao acesso igualitário e gratuito à informação e ao conhecimento, promovendo e fomentando hábitos de leitura junto das crianças e jovens;

e) Gerir a Livraria Municipal, assegurando a gestão e controlo de stocks de edições produzidas ou patrocinadas pelo Município e promovendo o desenvolvimento de uma política editorial que corresponda às necessidades dos diversos tipos de público e assegure a preservação e difusão da memória e identidade coletivas.

3 — No âmbito do Património Histórico e Cultural:

a) Assegurar através do Núcleo de Património Histórico e Cultural o estudo, proteção, conservação, preservação, valorização, divulgação e promoção do património histórico e cultural material e imaterial do município, quer esteja localizado no solo, subsolo ou em meio subaquático, nomeadamente dos sítios arqueológicos e dos materiais arqueológicos e etnográficos a seu cargo;

b) Emitir pareceres e apresentar projetos sobre matérias relacionadas com a preservação do património histórico e cultural do município, designadamente imóveis classificados ou em vias de classificação;

c) Elaborar e apresentar propostas, bem como desenvolver todos os procedimentos administrativos para a classificação dos patrimónios material e imaterial como bens culturais;

d) Colaborar com outras unidades orgânicas na elaboração dos regulamentos de salvaguarda e ou Planos de Pormenor necessários à preservação e valorização de espaços incluídos nas classes de Espaço Central Histórico e Espaço Residencial Histórico ou que integrem elementos inventariados;

e) Assegurar o acompanhamento técnico de obras em áreas de interesse histórico-cultural e proceder à realização de intervenções arqueológicas e ao acompanhamento de trabalhos arqueológicos no concelho, em articulação com as entidades oficiais com tutela nessa área.

Artigo 49.º

Divisão de Animação e Promoção Cultural

São competências da DAPC:

- a) Gerir a rede de Museus Municipais;
- b) Conservar o Património integrado em coleções de Museus sob sua responsabilidade, nomeadamente no que respeita à conservação passiva e ativa de museus e núcleos museológicos e garantindo a sua fruição pelo público;
- c) Promover a gestão e exibição das coleções da rede de Museus Municipais, bem como a exibição de obras pertencentes a outros museus, desde que integradas em exposições que se insiram no plano programático das unidades museológicas;
- d) Propor e desenvolver com carácter sistemático ações programáticas de informação e animação em cooperação com outros serviços e entidades, tendo por objetivo a valorização integrada do património na sua função social, tanto ao nível cultural e educativo, como turístico;
- e) Promover e incentivar a difusão e criação da cultura nas suas variadas manifestações, de acordo com programas específicos e integrados com o esforço de promoção turística, valorizando os espaços e equipamentos disponíveis e atendendo a critérios de qualidade;
- f) Colaborar com outros serviços municipais no desenvolvimento de programas especiais e integrados visando a dinamização da prática cultural junto de grupos populacionais específicos;
- g) Gerir a rede de Auditórios e Teatros Municipais, diretamente ou em parceria com outras instituições, garantindo a sua adequada manutenção em articulação com os correspondentes serviços municipais;
- h) Fazer o diagnóstico e propor metodologias de intervenção relativamente ao associativismo cultural.

Artigo 49.º - Competências da DAPC

Artigo 58.º

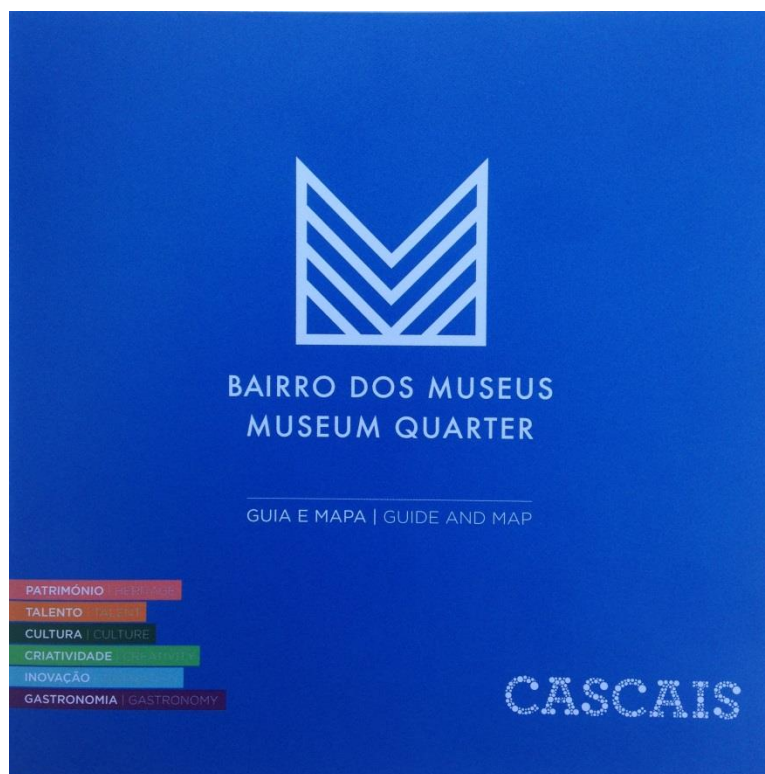
Gabinete de Gestão Patrimonial Cultural

Incumbe ao Gabinete de Gestão do Património Cultural (GPAC):

- a) Gerir e atualizar o inventário do património histórico e cultural municipal, material e imaterial no Sistema de Gestão Integrada do Património Cultural, assegurando, ainda, a sua integração no Sistema de Informação Geográfica municipal (Património arqueológico, Património arquitetónico, Elementos singulares e arte pública, Parques, jardins e quintas históricas);
- b) Assegurar a conservação e manutenção dos bens culturais;
- c) Garantir uma gestão eficiente dos recursos materiais para valorizar estes bens;
- d) Assegurar os procedimentos administrativos relativos a estes bens.

Artigo 58.º - Atribuições do GPAC

Anexo D - Capa do folheto desdobrável do “Bairro dos Museus” (2015)





9.CV

FILIPA PEREIRA COUTINHO
DUARTE FERREIRA
CURRICULUM VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Data de nascimento

20/12/1992

Naturalidade

Lisboa, Portugal

Morada

Rua Manuel

Casanova Rodrigues,

nº178, 1ºdt.

2750-779 Cascais

Telemóvel

911068483

Email

filipaduarteferreira@gmail.com

LÍNGUAS

Português língua materna

Inglês nível intermédio B1

Francês nível Básico A2

Italiano nível Básico A2

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Microsoft Office

Boa capacidade de redacção e de
comunicação

Trabalho em equipa

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Responsabilidade

Organização

Desenho

Experiência com crianças

FORMAÇÃO

Nível 6 do Quadro Europeu de Qualificações

2011>2014

Licenciatura em Estudos Portugueses

Major em Literatura e Cultura Portuguesa

Minor em Comunicação e Cultura

Faculdade de Letras da Universidade de
Lisboa

Classificação final: 14

11/2015 Workshop Curadoria de Arte
Contemporânea na Restart

2014> 2016

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da
Cultura com especialização no ramo de Gestão
Cultural – em ISCTE-IUL

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2011>2014 Hospedeira na agência Extra-A
People & Brand Events

05/2014> 07/2014 Assistente de sala na exposição
“Diálogo com o Imperador Qin” no Museu Nacional
de História Natural e da Ciência

10/2014>12/2014 Estágio na Sociedade Histórica
da Independência de Portugal como colaboradora
dos serviços culturais e editoriais

05/2015 Participação como voluntária no
Seminário Internacional “Gestão Estratégica de
Recursos Patrimoniais”

07/2015>08/2015 Promotora na BTO - Besides the
obvious - Agência de Marketing e Comunicação

10/2015>11/2015 Voluntária como recepcionista e
assistente de produção no Centro Cultural de
Cascais

Atualmente (2016) Promotora na Agência
INLOCO, Comunicação Promocional

INTERESSES

Arte; Cultura; Fotografia; Literatura; Moda;
Turismo; Viagens; Yoga